



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**  
**CAMPUS ERECHIM**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS**  
**HUMANAS**  
**CURSO DE MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS**

**FRANCISCA KLÉCIA BERNARDINO DA SILVA**

**TRANSFORMAÇÕES PROVOCADAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO**  
**CASTANHÃO NA VIDA COTIDIANA SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES DO**  
**MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB**

**ERECHIM**  
**2024**

**FRANCISCA KLÉCIA BERNARDINO DA SILVA**

**TRANSFORMAÇÕES PROVOCADAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO  
CASTANHÃO NA VIDA COTIDIANA SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES DO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim, como requisito para obtenção do título de Mestra Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Orientador Prof. Dr. Reginaldo José de Souza.

ERECHIM  
2024

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

, Silva, Francisca Klécia Bernardino  
TRANSFORMAÇÕES PROVOCADAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM  
DO CASTANHÃO NA VIDA COTIDIANA SOB A PERSPECTIVA DAS  
MULHERES DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS - MAB  
/ Francisca Klécia Bernardino Silva. -- 2024.  
172 f.:il.

Orientador: Dr. Reginaldo José de Souza

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação  
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2024.

I. , Reginaldo José de Souza, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

**FRANCISCA KLÉCIA BERNARDINO DA SILVA**

**TRANSFORMAÇÕES PROVOCADAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO  
CASTANHÃO NA VIDA COTIDIANA SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES DO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Erechim, como requisito para obtenção do título de Mestra Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Este trabalho foi defendido e provado pela banca examinadora em 19/02/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Reginaldo José de Souza– UFFS  
Presidente da banca/orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raphaela de Toledo Desiderio  
Avaliador/membro titular externo - UFFS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaís Janaina Wenczenovicz  
Avaliadora/membro titular interno

---

Prof. Dr. Luís Fernando Santos Correia da Silva – UFFS  
Avaliador/membro titular interno

ERECHIM  
2024

## AGRADECIMENTOS

Tenho muita fé e crença em Jesus e sou muito grata por ele ter me sustentado e me trazido até aqui, minhas mais profunda gratidão a Maria Ivone (mãe), Luiz Paulino (pai), Iuri (irmão), Klésio (irmão), e a Tatiane (irmão/mãe) a minha maior incentivadora na vida, e responsável por eu estar aqui hoje defendendo este título, agradeço por todo o cuidado e zelo que tens por me, por me cuidar, apoiar, ajudar e me incentivar a sempre perseverar nos estudos, na minha qualificação profissional e pessoal, por não me deixar desistir de mim, por acreditar na minha capacidade mais do que eu mesmo acredito, agradeço pelos ensinamentos de vida, gratidão por tudo e por tanto que sempre fez e faz por mim, por ser presente mesmo estando ausente. Sigo sendo grata a Cleidiane e Rosângela (cunhadas) e Mario (cunhado) por todo incentivo e paciência e acolhida. A ela Amanda Caroliny (sobrinha), Maria Haydee (sobrinha), Luiz Bernardo (sobrinho) e Luna Esther (sobrinha) que me ensinam tanto sobre o amor, paciência, e torna a vida mais leve, divertida e cheia de gargalhadas, meus maiores amores. Vinicius (namorado) meu muito obrigado pelo companheirismo, paciência, amor e todo apoio que sempre me deu. Gratidão ao MAB, por me fazer a mulher militante, feminista, empoderada que sou hoje. UFFS, professores e servidores muita gratidão pelo acolhimento e por me proporcionar muito aprendizado. Reginaldo gratidão por me escolher como orientando, por sempre estar disposto e aberto a me escutar e construir este trabalho comigo, muita gratidão pela paciência e resiliência que sempre teve comigo, muito obrigado. Agradeço as mulheres atingidas do Alagamar que aceitaram participar deste trabalho e compartilhar parte de suas histórias de vida, muita gratidão a vocês. Agradeço em nome de Milena, Alceu e Ana Paula a todos meus amigos e amigas pelos incentivos e apoio em toda esta caminhada, agradeço em nome de Josivaldo, Lívia e Valdecir meus companheiros de militância, lutas e trabalho por toda a compreensão e apoio durante a minha ausência no trabalho o que me permitiu cumprir os componentes curriculares desta curso, agradeço aos meus vizinhos do prédio que sempre me incentivaram, cuidaram do meu apartamento e de mim durante todo este processo, em fim foram muitas mãos que me fizeram chegar até aqui e todas têm minha mais profunda gratidão.

Agradeço a mim, mulher nordestina, filha de agricultores, negra e atingida por barragem por minha perseverança e determinação para continuar mesmo diante de algumas dificuldades, sou grata pelos novos aprendizados e experiências e por acreditar que fui capaz de escrever esta linda dissertação.

## RESUMO

O desenvolvimento e construção de grandes obras hídricas (barragens) no Brasil expandiu-se a partir do final dos anos 1950 com o governo de Getúlio Vargas, principalmente após o regime militar, sendo historicamente amparado. Isso tornou o Brasil um dos maiores construtores mundiais de barragens e o segundo país que mais gera energia hidrelétrica a partir dos rios no mundo. O ideário da construção e desenvolvimento dessas obras e geração de energia dificultou, ao longo do processo histórico, o reconhecimento de que nas áreas onde se desenvolviam esses grandes projetos, havia também populações que não necessariamente pautavam a construção das obras e/ou seriam beneficiadas por elas. Neste cenário, no final da década de 1970, surgiu a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), fundadora do Movimento dos Atingidos por Barragem em 1988, como uma forma de luta e resistência das populações atingidas. A presente pesquisa tem como objetivo realizar um levantamento qualitativo acerca das transformações provocadas pela construção da barragem do Castanhão na vida cotidiana, sob a perspectiva das mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, no estado do Ceará. Para atender a esse objetivo, pretende-se traçar o perfil socioeconômico, identificar as causas que promovem a desigualdade entre gêneros e conhecer a relevância das mulheres na comunidade em estudo. Levando em consideração que historicamente as mulheres já viviam em um contexto de desigualdade, evidenciado na formação histórica socioeconômica da região Nordeste e vivendo em uma sociedade patriarcal, machista e racista, busca-se compreender o quanto a construção desta obra hídrica agravou o nível de violação de direitos na vida das mulheres atingidas.

**Palavras-chave:** barragens; violações de direitos; mulheres do movimento; atingidos, dívida histórica.

## ABSTRACT

The development and construction of large hydraulic works (dams) in Brazil expanded from the late 1950s with the Getúlio Vargas government, particularly after the military regime. Historically supported, Brazil became one of the world's largest dam builders and the second-largest hydroelectric power producer globally. The ideology of building these works and generating energy historically hindered the recognition that in areas where these large projects developed, there were also populations not necessarily aligned with the construction or benefiting from it. In this scenario, the Regional Commission of Dam-Affected People emerged in the late 1970s, founding the Dam-Affected People's Movement in 1988 as a form of resistance for the affected populations. In this context, this research aims to qualitatively survey the transformations caused by the construction of the Castanhão dam in the daily lives of women from the Dam-Affected People's Movement in the state of Ceará. To address this objective, we intend to outline the socioeconomic profile, identify the causes promoting gender inequality, and understand the significance of women in the studied community. Considering that historically women have faced inequality, evident in the historical socioeconomic formation of the Northeast region and living in a patriarchal, sexist, and racist society, the research seeks to comprehend how the construction of this hydraulic project exacerbated rights violations in the lives of affected women.

**Keywords:** dams; rights violations; movement women; affected individuals; historical debt.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Mapeamento dos Movimentos Nacionais do Brasil (1972 – 1997) .....	31
Quadro 2 –	Depoimento das participantes atingidas .....	81
Quadro 3 –	Depoimento das participantes atingidas .....	84
Quadro 4 –	Depoimento das participantes atingidas .....	91
Quadro 5 –	Depoimento das participantes atingidas .....	95
Quadro 6 –	Depoimento das participantes atingidas .....	99
Quadro 7 –	Depoimento das participantes atingidas .....	117
Quadro 8 –	Depoimento das participantes atingidas .....	121
Quadro 9 –	Depoimento das participantes atingidas .....	128
Quadro 10 –	Depoimento das participantes atingidas .....	136
Quadro 11 –	Depoimento das participantes atingidas .....	139

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Localização geográfica do município de Jaguaretama e do Reassentamento Novo Alagamar .....	42
Figura 2 –	Barracos de madeirite .....	44
Figura 3 –	Barracos de madeirite .....	45
Figura 4 –	Área residencial da comunidade .....	46
Figura 5 –	Área residencial da comunidade .....	46
Figura 6 –	Posto de Saúde .....	47
Figura 7 –	Escola .....	47
Figura 8 –	Igreja Católica .....	47
Figura 9 –	Produção de feijão .....	48
Figura 10 –	Consórcio de milho e feijão .....	48
Figura 11 –	<i>Arpilleira</i> direito já .....	78
Figura 12 –	<i>Arpilleira</i> dupla violação do trabalho das atingidas .....	79
Figura 13 –	<i>Arpilleira</i> onde está nossos direitos .....	79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMJ	Associação de Moradores de Jaguaribara
AMA	Associação dos Moradores do Alagamar e Adjacências
CAHTU	Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
CDDPH	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CEAB	Comissão Especial “Atingidos por Barragens”
CEBs	Comunidade Eclesiais de Base
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos.
CRAB	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
DNOCS	Departamento Nacional de Obras contra as Secas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IDCE	Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAB	Movimento dos Atingidos Por Barragens
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NMS	Novos Movimentos Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
PRS	Projeto de Reassentamento Social
PNAB	Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SRH	Secretaria dos Recursos Hídricos
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PRÓLOGO: A AUTORA ATINGIDA POR BARRAGEM .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>“ÁGUAS PARA A VIDA, NÃO PARA A MORTE” – LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>O surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>O paradigma norte-americano .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3</b>	<b>Os paradigmas europeus sobre os movimentos sociais .....</b>	<b>21</b>
<b>2.4</b>	<b>O paradigma dos novos movimentos sociais .....</b>	<b>22</b>
<b>2.5</b>	<b>A corrente alemã: Claus Offe e a abordagem neomarxista .....</b>	<b>24</b>
<b>2.6</b>	<b>O paradigma marxista na análise dos movimentos sociais .....</b>	<b>25</b>
<b>2.7</b>	<b>Características e especificidades dos movimentos latino-americanos ..</b>	<b>26</b>
<b>2.8</b>	<b>Estudos sobre os movimentos sociais na América Latina depois de 1970 .....</b>	<b>27</b>
<b>3</b>	<b>MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NA ERA DA PARTICIPAÇÃO: 1978 – 1989 .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1</b>	<b>Primeiras abordagens nos anos 70 e 80 no Brasil: breve historiografia dos estudos .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>O MAB no Estado do Ceará .....</b>	<b>37</b>
<b>3.3</b>	<b>Violações de direitos humanos no processo de construção de barragens .....</b>	<b>40</b>
<b>3.4</b>	<b>Reassentamento alagamar .....</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS, OS SUJEITOS MAIS VIOLADOS: DESNATURALIZANDO GÊNERO .....</b>	<b>49</b>
<b>4.1</b>	<b>Contextualização .....</b>	<b>49</b>
<b>4.2</b>	<b>Conceito de interseccionalidade .....</b>	<b>49</b>
<b>4.3</b>	<b>Conceito de gênero .....</b>	<b>51</b>
<b>4.4</b>	<b>O conceito de patriarcado .....</b>	<b>62</b>
<b>4.5</b>	<b>Mulheres e movimentos sociais .....</b>	<b>69</b>
<b>4.6</b>	<b>Mulheres no MAB .....</b>	<b>72</b>

<b>5</b>	<b>AS MULHERES DA COMUNIDADE ALAGAMAR ATINGIDAS PELO CASTANHÃO .....</b>	<b>81</b>
<b>5.1</b>	<b>Resultados e discussões do 1º grupo de entrevistadas .....</b>	<b>81</b>
<b>5.2</b>	<b>Discussões .....</b>	<b>104</b>
<b>5.3</b>	<b>Resultados e discussões do 2º grupo de entrevistadas .....</b>	<b>116</b>
<b>5.4</b>	<b>Discussões .....</b>	<b>142</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>151</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>157</b>
	<b>ANEXO 1 – TERMO DE CONCORDANCIA LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .....</b>	<b>164</b>
	<b>ANEXO 2 – TERMO DE CONCORDANCIA PARA USO DE IMAGEM E VOZ .....</b>	<b>168</b>
	<b>ANEXO 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>170</b>



## 1 PRÓLOGO: A AUTORA ATINGIDA POR BARRAGEM

Nasci e fui criada no campo, no interior do Ceará, como filha de pais camponeses, Luiz Paulino e Maria Ivone. Assim como muitos nordestinos, meus pais começaram a trabalhar na roça desde cedo e não puderam aproveitar todas as oportunidades educacionais.

Durante a minha infância, pude estudar e vivenciar as brincadeiras de minha época: escolinha, pular-corda, cair no poço, pega-pega, além de dar vida às figuras de pessoas que eu recortava das revistas e brincar de tomar banho no antigo rio Jaguaribe enquanto buscava água de jumento com meus irmãos e primos.

Sempre estudei em escola pública. Iniciei a alfabetização em 1997, quando eu tinha 5 anos de idade, e aos 6 anos, na primeira série, já lia pequenas palavras. Durante o ensino fundamental, desloquei-me para o distrito chamado Castanhão onde estudei até o 9º ano. Aos 15 anos, ao ingressar no ensino médio, passei a ir à cidade mais próxima para dar continuidade aos meus estudos.

Na infância, passei a vivenciar e testemunhar a experiência da luta organizativa, os conflitos e enfrentamentos vivenciados pelos/as atingidos/as com a construção do Complexo Castanhão no distrito do Castanhão, no município de Alto Santo, localizado a 240 km da capital Fortaleza, que começou em 1995. Como consequência, houve a expulsão não apenas da minha família, mas também de muitas outras dos seus territórios. Minha família foi deslocada para o Assentamento Caroba, na zona rural do município de Alto Santo, a 240 km de Fortaleza, através do projeto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA –, projeto este que não oferecia assistência para a sobrevivência dos atingidos.

Em resposta ao descaso, em 1996, foi criado um “grupo pensante”, formado por pessoas decididas a lutar por seus direitos. Lembro que boa parte das reuniões ocorria na casa do companheiro Zé Alves, sempre no horário da noite, pois meus pais e outros casais levavam seus filhos. Enquanto os adultos conduziam a reunião, nós, crianças, brincávamos. Era praticamente uma ciranda improvisada ou auto organizada. Essa vivência, mesmo de uma forma inconsciente, fez com que a gente fosse percebendo desde cedo como os problemas podem ser resolvidos coletivamente.

O “grupo pensante” era formado por diversas pessoas, incluindo José Alves, Margarida Calixto, Josivaldo Oliveira, Maria do Socorro Brigido, Maria do Socorro Barbosa, Luiz Paulino, Maria Ivone, Ana de Moacir, Dgeane da Silva Peixoto, Francisco Ruimar Carneiro, Valdemir Cavalcante, Jeová Calixto, Dorgival Diógenes, Codó, Eliane Calixto, Maria

do Socorro Jales, Luiz Filho, Francisco Cicero Fernandes Calixto, entre outros. Esse grupo, articulado e animado principalmente por Zé Alves e Josivaldo, fazia as reuniões internas na comunidade Alagamar, localizada no município de Jaguaretama, a 244 km de Fortaleza – CE. Eles planejavam a participação na reunião do Grupo de Trabalho do Castanhão, compareciam a audiências em Fortaleza e faziam toda a socialização das informações com a comunidade, por meio das assembleias ordinárias e extraordinárias. Foi esse trabalho que tornou possível um longo processo de luta, organização e conquistas do povo atingido pela barragem Castanhão, representando o exercício da *prática da liberdade*, descrita por Paulo Freire em seu livro “Educação Como Prática Da Liberdade”. Os atingidos estavam tomando posse da sua palavra para pronunciar o mundo a partir de sua realidade.

Em 1997, Zé Alves viajou para participar do 1º Simpósio da Comissão Mundial de Barragem realizado na América Latina, que aconteceu em São Paulo, buscando trocar experiências com atingidos de outras regiões. Nessa época, o MAB estava surgindo como Movimento Nacional no Brasil. A necessidade da ampliação e organização da luta dos atingidos pela barragem Castanhão, juntamente com a violação dos direitos, os desafios postos e as contradições impostas durante o processo de construção da barragem, contribuíram fortemente para a construção do Movimento dos Atingidos por Barragens no Estado do Ceará. A comunidade Alagamar era como uma central de “ideias força” que emanava naquele momento, fazendo com que a comunidade que eu morava e as outras comunidades atingidas, fossem se reconhecendo e assumindo a mística da luta e da organização, unindo-se numa estratégia comum: o MAB.

Durante vários momentos da luta, minha família também sofreu situações de muita dificuldade. A posição em defesa dos atingidos do Castanhão custou-lhe momentos de muita tensão, pois a pauta de reivindicações evidenciava os interesses de classe, desagradando fazendeiros e políticos, que não tinham esse interesse em igualdade social.

Quando fui me tornando adolescente, comecei a participar de encontros de formação política de forma mais ativa no MAB, juntamente com meus irmãos Iury, Tatiane e Ocelio, meu amigo da infância.

Em 2010, antes de concluir o terceiro ano do Ensino Médio, fiz o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, no início de 2011, fiz minha inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), onde fui aprovada no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, ofertado pela Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará - Campus Jaguaribe. Concluí o curso em 2016, com 23 anos.

No mesmo ano de 2016, recebi do MAB o convite para trabalhar na Coordenação do Projeto Capacitação de Jovens Rurais e Urbanos para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas. Tive a oportunidade de contribuir para a organização dos jovens e famílias atingidas. Em 2018, trabalhei no Projeto de Identificação das Mulheres Atingidas por Obras Hídricas - Barragens e Transposições no Ceará. Trabalhos e experiências como essas me fortalecem cada vez mais como mulher atingida por barragens, visibilizando as lutas de mulheres atingidas por barragens, problematizando as desigualdades de gênero e propondo impulsionar mudanças sociais, essencialmente para a valorização da vida das mulheres.

Em 2019, comecei uma Especialização. Fui educanda do Curso de Educação Popular e Promoção de Territórios Saudáveis na Convivência com o Semiárido, realizado pela Fundação Osvaldo Cruz. O curso foi concluído recentemente, em fevereiro de 2021. Hoje, faço parte da Coordenação Estadual do MAB, atuando na Coordenação de um projeto que trabalha com jovens e mulheres no estado do Ceará e discente do mestrado, no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFFS, Erechim- RS.

Neste sentido, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de fornecer material acadêmico e conhecimento científico ao MAB e às mulheres, além de contribuir para o campo da pesquisa sobre igualdade de gênero. Busca-se também denunciar as violações nos processos de construção e implantação de barragens, com uma atenção especial para a contribuição sobre a temática das mulheres atingidas no Estado do Ceará.

Historicamente, é nítida a existência de desigualdade de gênero, e essa disparidade pode ser constatada desde o início da organização dos atingidos pelo empreendimento hídrico no Castanhão. Ao realizar uma análise histórica do processo, observa-se que, nas tomadas de decisões, reuniões e trocas de experiências fora da comunidade, eram os homens que representavam os atingidos. Eles eram os que opinavam e participavam ativamente desse processo, enquanto as mulheres limitavam sua participação a reuniões e assembleias comunitárias e locais. Em outras palavras, a participação das mulheres se restringia a esses eventos na própria comunidade, sem se estender para outras esferas, visto que muitas delas permaneciam em casa cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos.

Como mulher atingida por barragem, acredito que nenhuma oportunidade de dar voz às mulheres deve ser desperdiçada e negada. Acredito também que a luta pelos direitos das mulheres, ou melhor, a luta pelo acesso aos direitos das mulheres, é longa, árdua e está longe de chegar ao limite. Por isso, o presente trabalho pretende contribuir para esse tema, visto que

é real a necessidade de contextualizar a história e as transformações provocadas pela construção da barragem do Castanhão na vida cotidiana, sob a perspectiva das mulheres do Movimento dos Atingidos Por Barragem.

## 1.1 Introdução

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), aproximadamente 4 milhões de pessoas são atingidas diretamente pela construção de barragens no Brasil, sofrendo a perda de suas terras, formas de produção, fontes de renda e vínculos afetivos e culturais (MAB, 2008). Os atingidos que enfrentam impactos indiretos com esses grandes empreendimentos correspondem a cerca de 300 mil famílias. Desse total, aproximadamente 70% não tiveram seus direitos mínimos garantidos, fator que pode fazer com que essa estatística cresça consideravelmente a cada período.

De acordo com os estudos de Vieira (2014), no Brasil, a construção desses grandes empreendimentos historicamente seguiu uma lógica de expulsão das famílias de seus territórios, combinada com a ausência de diálogo e com "insuficientes e contraditórias mitigações sociais, situação agravada com a privatização do setor elétrico a partir dos anos 90, quando as grandes empresas transnacionais passaram a controlar o mercado de energia" (Vieira, 2014, p. 33). Além disso, as grandes empresas são responsáveis pelas obras, negando a garantia dos direitos dos atingidos. Adiciona-se a isso a ausência do Estado e dos governos em níveis local, estadual e federal, que não asseguram os direitos de milhares de famílias. Nesse sentido, pode-se afirmar que o Estado, com seu pleno poder, viola os direitos das populações atingidas.

No interior da nação, o Estado não só dispõe de esmagadora vantagem material sobre todas as demais forças sociais em sua capacidade de violência como é também o único ator social que pode exercer a violência em caráter legal e legítimo (Hardt; Negri, 2005, p. 33).

Assim, essa realidade de negação é ainda mais intensificada devido à inexistência de uma política nacional que trate dos direitos dos atingidos. Sobre essa questão, no ano de 2009, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, reconheceu que o Estado brasileiro possuía pendências sociais e ambientais com as populações atingidas. Somente em 2010, o Decreto n. 7.342 foi instituído, estabelecendo o cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, 2014).

Apesar de trazer uma visão um pouco mais abrangente, trata apenas das populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos, não incluindo as obras hídricas. Ademais, restringe os atingidos ao polígono do empreendimento (Oliveira, 2018, p 37).

No caso específico da construção de barragens, sejam elas para produção de energia elétrica ou para acúmulo de água para abastecimento humano e irrigação; seja por iniciativa do Estado ou iniciativa privada, acumula historicamente um conjunto de violações de direitos humanos, reconhecido inclusive pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), atual Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). O relatório final da *Comissão Especial "Atingidos por Barragens"* reconheceu a grave situação de risco da população afetada pelo desenvolvimento dos empreendimentos de barragens no país.

Vale lembrar que a história de construção, implantação e operação das barragens no Brasil está intrinsicamente ligada à história do desenvolvimento econômico da sociedade brasileira. Há dois momentos fundamentais no entendimento do processo histórico das barragens no Brasil, conforme Benincá (2011, p. 24): "um deles refere-se à industrialização dos anos 1930 e o fomento da indústria da hidroeletricidade, e um segundo para os anos da ditadura militar, quando houve uma intensificação na construção de grandes obras", gerando um conjunto de contradições para as populações drasticamente afetadas. Essas populações, por meio de organizações regionais de atingidos, construíram um movimento social nacional para discutir suas reivindicações, o Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB.

De acordo com Gonçalves (2007), há uma divisão em que nos centros urbanos brasileiros se encontram as representações das empresas multinacionais estrangeiras, enquanto que no interior do Brasil o controle por parte de empresas que eram estatais e foram privatizadas por multinacionais favoreceu o desenvolvimento da indústria da hidroeletricidade, com a construção de grandes barragens para a produção de energia elétrica. No entanto, além das hidrelétricas, o Brasil também possui um grande número de barragens com outras e/ou múltiplas finalidades. Exemplos disso são as barragens de contenção de rejeitos de mineração e as barragens, comumente construídas no semiárido, de acumulação de água para múltiplos usos, como abastecimento de grandes centros urbanos, irrigação, navegação, entre outros.

No caso específico do semiárido, historicamente, a construção de barragens também obedece à mesma lógica de construção de grandes obras ligadas ao desenvolvimento econômico e às oligarquias regionais. Com base nessa lógica, em 1909, o governo brasileiro criou a denominada Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS), visando o planejamento de obras para a região. Em 1919, passou a ser denominada Inspetoria Federal de Obras Contra a

Seca (IFOCS) e, posteriormente, já em 1945, Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS).

É importante destacar que os órgãos mencionados tinham como objetivo manter os interesses das oligarquias algodoeira-pecuária (Carvalho apud Lemos, 2013). Por isso, não tiveram atuação efetiva em amenizar a situação ou atender às necessidades de enfrentamento aos problemas hídricos vividos na região.

Um grande marco na história da construção de barragens no semiárido nordestino é a Grande Seca de 1887.

São várias as obras de historiadores e romancistas que, sensibilizados com os malefícios gerados pelas secas no Nordeste brasileiro, descrevem os flagelos causados a milhares de seres humanos, vítimas deste fenômeno da natureza, transmutado historicamente, em problema social, sendo assim agravado ou amenizado, conforme o tipo de gerenciamento dos recursos hídricos de cada local, em face dos interesses políticos intervenientes (Braz, 2011, p. 31).

De acordo com Braz (2011), as secas no sertão vêm sendo retratadas ao longo dos anos por vários autores relevantes. Exemplos disso são os famosos romances: “*Vidas Secas*” de Graciliano Ramos, “*A fome*” de Rodolfo Teófilo, dentre muitos outros existentes na literatura brasileira. Especialmente nessa seca histórica de 1887, ocorreram inúmeras mortes e uma intensa imigração de flagelados. A seca durou cerca de três anos e foi motivo para que o então imperador autorizasse a construção do Açude Cedro localizado no município de Quixadá a 175 km de Fortaleza, Ceará, com capacidade de 126.000.000 m<sup>3</sup> (Cogerh 2020).

Desde então, a lógica de construção de grandes obras hídricas no semiárido tem seguido essa premissa de “levar a água para o sertão”. No entanto, o processo acumula um conjunto de contradições, desde a ausência de estudos mais especializados até o fato de ignorar outras variáveis sociais intrínsecas ao problema das secas, como a estrutura agrária do Nordeste, a concentração da renda, a ausência de apoio governamental às populações vulneráveis e até mesmo os interesses políticos assistencialistas que historicamente se consolidaram na região.

No desenvolvimento e implantação dessas grandes obras, o Estado brasileiro acumulou uma dívida histórica com as populações residentes nas áreas de entorno dos grandes projetos. Essas populações, atingidas direta e indiretamente pela construção dos grandes reservatórios, ficaram historicamente sem a garantia de direitos à realocação e compensação dos impactos ocasionados, muitas vezes sequer foram reconhecidas enquanto atingidas.

No bojo dessa grande dívida histórica acumulada, dentre as populações inteiramente silenciadas, as mulheres são as mais invisibilizadas e violentadas, fato determinado como reflexo da estrutura capitalista-patriarcal-racista, da nossa sociedade

(Saffiotti, 2013, 2015; Federici, 2017). Internamente, no interior da luta dos atingidos e atingidas, essa temática é tratada na Cartilha '*Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular*':

São as mulheres atingidas, que já carregam o fardo das desigualdades de gênero nas relações patriarcais ainda persistentes na sociedade atual, que também pagam a conta pela negação de direitos, seja na perda dos laços familiares e comunitários, na susceptibilidade a violência sexual e prostituição, no acesso a água além do grande impacto psicológico, cultural na vida das atingidas (MAB, 2015a, p. 42).

Nesse contexto, pretende-se discutir as transformações provocadas pela construção da barragem do Castanhão na vida cotidiana sob a perspectiva das mulheres do Movimento dos Atingidos Por Barragem. Para isso, a pesquisa propôs como objetivo geral analisar as transformações provocados pela construção da Barragem do Castanhão sob a perspectiva das mulheres do Movimento dos Atingidos Por Barragens – MAB e como objetivos específico traçar o perfil socioeconômico das mulheres atingidas pela barragem do Castanhão, compreender as particularidades do impacto da barragem na vida cotidiana das mulheres atingidas; identificar e evidenciar as causas que promovem as relações de desigualdade entre gêneros, na escala de estado e do próprio MAB na comunidade de atingida pela barragem do Castanhão; conhecer a relevância do gênero feminino na comunidade em estudo; compreender como as atingidas reivindicam seus direitos, se constituem como agentes políticas e enfrentam as violações sofridas na comunidade em estudo.

Para isso, adotou-se a seguinte metodologia: etapa de pesquisa bibliográfica envolve a reunião, estudo de teóricos e análise de conteúdo, informações e dados sobre as populações atingidas pelas obras hídricas do Estado do Ceará. No tocante a essa pesquisa bibliográfica, o primeiro momento do trabalho utiliza alguns teóricos cujos estudos têm relação íntima com o tema pesquisado, destacando-se Maria da Glória Gohn, Dirceu Benincá, entre outros. Esses estudiosos abordam o histórico do surgimento dos movimentos sociais, como o surgimento do MAB, uma breve contextualização sobre a implementação das obras hídricas e os desdobramentos da população atingida por essas, o papel do MAB no estado do Ceará e a história das violações de direitos humanos sofridas pelas populações atingidas pela construção desses empreendimentos hídricos.

Além dos teóricos mencionados, foram utilizadas cartilhas, revistas e documentos oficiais do MAB disponibilizados em sua página oficial. Reuniu-se e consultou-se dados públicos do governo federal, estadual e local, bem como os relatórios de monitoramento e acompanhamento das barragens e obras hídricas, relatórios da Comissão Mundial de Barragens,

relatório da “Comissão Especial” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, relatórios de acompanhamentos das populações assentadas e reassentadas do Instituto de Desenvolvimento Agrário – IDACE – e relatórios produzidos pela Associação dos Atingidos por Barragens em Defesa do Meio Ambiente – ABAMA – para auxiliar na escrita desses tópicos

Em um segundo momento, abordo o sujeito social "mulheres atingidas por barragens e obras hídricas", trazendo as relações interseccionais do conceito de gênero, do patriarcado, mulheres e movimentos sociais. Faço um breve histórico da trajetória das mulheres no MAB, fundamentando-me nos estudos de Heleieth Saffioti, Joan Scott, Françoise Vergès, desigualdade de gênero, a subordinação do sexo feminino pelo masculino e a invisibilidade das mulheres nos processos de construção de obras hídricas e do trabalho feminino.

No terceiro momento, foi realizada a etapa de pesquisa de campo. Para isso, escolhemos a Comunidade Alagamar, localizada na zona rural do município de Jaguaratama-CE, a uma distância de 245 km de Fortaleza. Essa comunidade foi escolhida por ser um símbolo de resistência e de luta pela garantia dos direitos das pessoas atingidas pelo processo de construção da barragem, Açude Castanhão. Por se tratar de uma abordagem qualitativa, serão realizadas entrevistas com as mulheres moradoras da comunidade, escolhidas de acordo com o critério de sua atuação, participação e engajamento na comunidade e no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O grupo de entrevistadas será constituído por 10 moradoras de Alagamar, dividido em duas categorias de idade: a primeira categoria será composta por mulheres com faixa etária entre 45 e 65 anos, e o segundo grupo será de mulheres com idades entre 20 e 35 anos.

Por fim, concluo esta pesquisa qualitativa buscando, analisando e interpretando informações, considerando a vivência do público entrevistado. Analiso os dados obtidos para constatar, conhecer e identificar o perfil socioeconômico dessas mulheres. Busco também identificar e interpretar como ocorre e quais são as principais causas que promovem a desigualdade entre gêneros nas comunidades atingidas pela barragem do Castanhão. Além disso, procuro compreender a relevância do gênero feminino na comunidade em estudo e pensar em como difundir tal conhecimento sobre desigualdades.

Para concluir, como requisito da interdisciplinaridade do Programa do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, abordam-se as grandes áreas do conhecimento em sociologia, história, antropologia e geografia. Quanto aos procedimentos técnicos, este estudo consiste em pesquisa bibliográfica, apresentando alguns dos referenciais que tratam do gênero/patriarcado, mulheres e estudos ligados ao Movimento dos Atingidos Por Barragens.

## **2 “ÁGUAS PARA A VIDA, NÃO PARA A MORTE” – LUTAS E RESISTÊNCIAS DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)**

### **2.1 O surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)**

Vários analistas têm afirmado que a teorização sobre os movimentos sociais é a parte mais difícil, na qual se encontram as grandes lacunas na produção acadêmica, pois eles fazem "parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido" (Melucci, 1994, p. 190).

Ou seja, os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes, eles questionam essas estruturas e propõem novas formas de organização da sociedade política. Por isso, são inovadores, como já indicava Habermas nos anos 70, e são lúmens indicadores da mudança social. "Eles são uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados, e estudá-los significa questionar a teoria social e tratar questões epistemológicas como: o que é a ação social? (Melucci, 1994, p. 190).

Desde logo, afirmamos que não há um conceito sobre movimento social, mas vários, conforme aborda Gohn (1997). Para uma melhor compreensão, abordaremos de maneira breve e sucinta os “Paradigmas Norte Americano, Europeu e os Movimentos Sociais e o Latino-Americano com enfoque no Brasil”, embasando como se deu o surgimento do Movimento dos Atingidos Por Barragens – MAB, tomando como base teórica Maria da Gloria Gohn.

### **2.2 O paradigma norte-americano**

De acordo com o discutido por Gohn (1997), a abordagem clássica sobre os movimentos sociais nas ciências sociais norte-americanas está associada ao próprio

desenvolvimento inicial da sociologia naquele país. Foi nos Estados Unidos que ela mais se desenvolveu, tendo hegemonia neste país até a década de 60 e de lá se espalhando para outros países. Pode-se considerar que a importância de tais estudos na atualidade tem dois motivos: como memória histórica das primeiras teorias dos movimentos sociais e ações coletivas; e como busca das referências e matrizes teóricas de vários conceitos que foram retomados nos anos 90 pelo próprio paradigma norte-americano (Gohn, 1997).

O período da abordagem clássica, mesmo tendo predominado por várias décadas, não era considerado homogêneo, pois houve diferentes ênfases, e se consideram 5 grandes linhas de pensamentos, e suas características comuns são: o núcleo articulador das análises é a teoria da ação social, e a busca de compreensão dos comportamentos coletivos é nela a meta principal, conforme Gohn (1997).

Estes comportamentos, por sua vez, eram analisados segundo um enfoque sociopsicológico. A ênfase na ação institucional, contraposta à não-institucional, também era uma preocupação prioritária e um denominador que dividia os dois tipos básicos de ação: a do comportamento coletivo institucional e a do não-institucional (Gohn, 1997, p. 24).

Com base no enfoque sociopsicológico, foram classificadas as cinco grandes correntes intelectuais daquele período, agrupadas em duas categorias, conforme expõe Gohn (1997): três delas chamamos teoria dos movimentos sociais; às outras duas, ações coletivas, porque seus formuladores, originalmente, assim as caracterizaram.

A primeira corrente, a Escola de Chicago, formulou a primeira teoria sobre os movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949).

A segunda corrente desenvolveu as teorias sobre a sociedade de massas de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) - também militante de movimento social - e K. Kornhauser (1959) que caracterizava os movimentos sociais como formas irracionais de comportamento e os considerava antemodernos, desenvolvendo-se ao longo dos anos 40 e 50, como aponta Gohn (1997).

A terceira corrente exercia uma forte influência em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Heberle (1951), que também gerou a segunda grande teoria específica sobre os movimentos sociais. Intelectuais deste grupo articulavam as classes e relações sociais de produção na busca do entendimento tanto dos movimentos revolucionários como da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes grupos e classes sociais, segundo Gohn (1997).

A quarta corrente foi uma combinação da teoria da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons, discutidas por grandes estudiosos como Goffman (1959), Turner e

Killian (1957), N. Smelser (1962) e David Aberle (1966). Com base no enfoque sociopsicológico foram classificadas as cinco grandes correntes intelectuais daquele período agrupadas em duas categorias como expõe Gohn (1997): três delas chamamos teoria dos movimentos sociais; às outras duas, ações coletivas, porque seus formuladores, originalmente, assim as caracterizaram.

Os quais Analisaram desde formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, retomando o approach psicossocial e deixando de lado os vínculos entre as estruturas e a política, tão caros à corrente anterior, Nos clássicos desta corrente foi apresentada a terceira grande teoria sobre os movimentos sociais nos trabalhos de Smelser (Gohn, 1997, p. 27).

Na quinta e última corrente da abordagem clássica, denominada organizacional-institucional, gerou forte influência nas teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não produziu, em sua época, nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais. Representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952). Nos anos 90 foi retomada por alguns pesquisadores dos movimentos sociais, entre eles o próprio Gusfield (Gohn, 1997).

### **2.3 Os paradigmas europeus sobre os movimentos sociais**

Na Europa, após 1960, os paradigmas dos movimentos sociais se agruparam em duas grandes linhas de abordagens: a neomarxista e a culturalista-acionalista, que se consagrou como a dos Novos Movimentos Sociais.

Na linha neomarxista, predominavam as teorias dos historiadores ingleses Hobsbawm, Rude e Thompson, e a teoria histórico-estrutural representada pelos trabalhos de Castells, Borja, Lojkine, nos anos 70 e 80. De acordo com Gohn (1997), as análises dos movimentos sociais baseavam-se na lógica racional e estratégica como negócios, cálculos estratégicos, fazendo então uma revisão da teoria marxista, sem levar a cabo uma ruptura total com vários de seus postulados básicos.

Na corrente dos Novos Movimentos Sociais, destacam-se três linhas: a histórico-política de Clauss Offe, a psicossocial de Alberto Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista de Alain Touraine, Laclau, Offe, entre outros. Tais estudiosos partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado. Assim, as características gerais seriam:

A teoria dos Novos Movimentos Sociais é ambígua - alguns partem de premissas totalmente distintas do marxismo (como Melucci), outros fazem uma ruptura na forma

de abordagem, mas trabalham com as macroestruturas sociais (caso de Touraine), outros ainda questionam a validade da utilização de alguns prognósticos realizados por Marx, arguindo pela necessidade de sua atualização dando as transformações históricas, sem negar a validade das categorias básicas (caso de Offe) (Gohn, 1997, p. 120).

Ao se falar em movimentos sociais sob análise de Gohn (1997) a partir dos anos 70, a teoria que vem à mente é a dos Novos Movimentos Sociais, porque foi construída a partir da crítica à abordagem clássica marxista, e graças a ela desenvolveu-se um intenso debate com o paradigma acionalista norte-americano sob o rótulo de neomarxistas.

Consideramos incorreto agrupá-los todos num mesmo bloco, pois uma coisa é utilizar-se de algumas premissas, e outra é retrabalhar a teoria sem abandonar seus fundamentos básicos. Os argumentos justificando as diferenças que assinalamos acima ficarão mais claros ao apresentarmos a análise de cada uma das teorias. Assim, Gohn (1997) assinala que existe um razoável grau de aproximação entre as correntes indicadas na abordagem neomarxista e grande diferenciação e, em alguns casos, até mesmo oposição entre as correntes acima agrupadas nos NMS. Assim, Touraine realiza uma análise macrosocietal e Melucci trabalha com estruturas micro. Offe utiliza categorias neomarxistas e critica as abordagens micro. Mas os três usam a terminologia Novos Movimentos Sociais.

Sob a perspectiva de Gohn (1997), iniciaremos uma breve introdução aos paradigmas europeus com a teoria dos Novos Movimentos Sociais, pois ela também buscou a superação de dificuldades da teoria marxista europeia, e a corrente alemã: Claus Offe e a abordagem neomarxista.

## **2.4 O paradigma dos novos movimentos sociais**

Em primeiro lugar, os Novos Movimentos Sociais (NMS) construíram um modelo teórico baseado na cultura, no qual seus teóricos negaram a cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado.

Apesar de trabalharem com as bases marxistas do conceito, marxismo que vê a cultura como ideologia, eles deixaram de lado a questão de ideologia como falsa representação do real. Sabemos que no paradigma marxista o conceito de ideologia está intimamente associado ao de consciência da classe. Esta última, por sua vez, por ser formada por um processo de conflitos dados pelas estruturas de poder e desigualdades sociais, em que o econômico tem prevalência, irá influenciar os conflitos dos movimentos (Gohn, 1997, p. 122).

Assim, pode-se concluir, com base na análise de Gohn (1997), que houve apropriação da categoria cultural e transformação no decorrer de sua utilização pelo paradigma dos NMS, sendo influenciado e interpretado pelo pós-estruturalismo e pós-modernistas, sendo o centro dos discursos das expressões das práticas culturais.

Em segundo lugar, a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea, tal como ocorre. Tal negação, para Gohn (1997), refere-se à sua corrente clássica, tradicional, vista como ortodoxa. Mesmo assim, havia teóricos do NMS simpatizantes do neomarxismo, considerando importante a consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Gohn (1997) afirma que os NMS não conseguiam explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o político e, fundamentalmente, o cultural. No entanto, algumas de suas categorias básicas, como a da ideologia, influenciaram a fundamentação de um conceito central dos NMS, o de cultura.

Em terceiro lugar, neste novo paradigma não há sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela "consciência autêntica" de uma vanguarda partidária, Gohn (1997).

Surgiu um sujeito que surge um coletivo difuso, não-hierarquizado, em luta contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários (Gohn, 1997, p. 122).

A nova abordagem elimina a centralidade de um sujeito específico, vendo apenas os participantes das ações coletivas como atores sociais.

Em quarto lugar, a análise política é redefinida e ganha centralidade. Deixa de ser um nível numa escala em que há hierarquias e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais (Laclau; Mouffe, 1988). Isso possibilita pensar a questão do poder na esfera pública da sociedade civil, nos termos de Foucault, e não apenas nas esferas do Estado (Offe, 1988).

Destaca-se que a dimensão política é utilizada principalmente no âmbito das relações microssociais e culturais, ao contrário do paradigma norte-americano em suas várias teorias - que trata a política mais no nível macro das instituições de poder na sociedade, principalmente aquelas relacionadas com os aparelhos estatais (Gohn, 1997, p. 123).

Em quinto lugar, os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS prioritariamente sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo.

A identidade coletiva criada por grupos onde os atores produzem a ação coletiva, nos dizeres de Melucci, porque são capazes de se autodefinir, a si mesmos e a seu relacionamento com o meio ambiente. E não a identidade social criada por estruturas sociais que preconfiguram certas características dos indivíduos (Gohn, 1997, p. 124).

O processo não é linear, mas de interação, negociação e oposição de diferentes orientações.

O grande destaque será para a lógica que cria a identidade coletiva que permeia as ações de um grupo. Por fim, Gohn (1997) concorda com Foweraker (1995) quando ele afirma que o paradigma dos Novos Movimentos Sociais define-se a partir da identidade coletiva. No entanto, esta centralidade deixa de lado a categoria do "novo" que nomeia o paradigma. O próprio Melucci (1996) afirma que "o 'novo' nos Novos Movimentos Sociais é ainda uma questão aberta". Segundo Foweraker (1995), uma das principais afirmações da tese dos Novos Movimentos Sociais é que eles são novos porque não têm uma clara base classicista, como nos velhos movimentos operários ou camponeses, e porque não têm um interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos. São de interesses difusos. Assies, Burgwal e Salman (1990) observam que o "novo" se refere a muitas coisas.

## **2.5 A corrente alemã: Claus Offe e a abordagem neomarxista**

Na matriz neomarxista ou pós-marxista, o autor que mais representa esta corrente foi Claus Offe, que também se destacou na linha histórico-política dos NMS ao publicar em 1985 um artigo na revista *Social Research* que, assim como o de Jean Cohen, tornou-se emblemático para a própria construção do paradigma dos Novos Movimentos.

Em 1988, este artigo se desdobrou em um livro, *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales* (Madri, Sistema). Offe analisa não apenas os movimentos sociais mas todo o cenário da conjuntura sociopolítica após a Segunda Guerra Mundial, no sistema capitalista avançado; ao contrário de Touraine - que prioriza a análise sociocultural - e de Melucci - que prioriza a psicossocial -, Offe prioriza a análise política, fazendo articulações entre o campo político e o sociocultural (Gohn, 1997, p. 164).

Para Offe, haverá uma configuração 'hegemônica' em qualquer momento e em qualquer sociedade. Neste sentido, os temas políticos-chave predominantes desde a Primeira Guerra Mundial até os anos 70 foram o do crescimento econômico e da distribuição da seguridade social, resultados das análises da crise do desenvolvimento capitalista, em especial

a crise fiscal e de legitimidade do Estado de bem-estar social. A crise dos partidos políticos ocidentais e a da própria esquerda tornaram a Alemanha um campo de análise, e suas teorias conservadoras tomaram conta do debate internacional no final dos anos 70 e 80.

Adotando os procedimentos da análise dialética, ele buscou a gênese dos problemas na alteração das relações sociais, procurando ver as transformações e os reflexos nas necessidades materiais e simbólicas da sociedade, numa etapa de transição do capitalismo que ele caracterizou como desorganizada (Gohn, 1997, p. 164).

Ao basear-se nas análises de Habermas, Offe constatou que os efeitos colaterais negativos da forma de dominação e privatização no mundo, formado pela racionalidade econômica e política, já não se concentravam apenas em uma classe específica, mas dispersavam-se no tempo e no espaço, numa ampla variedade de formas.

Baseando-se também em Foucault, quanto à questão da natureza dispersa do poder e da impotência de controle quando da existência de um conflito central e localizado (pelo fato de que os conflitos passaram a ser equacionados com custos para vários setores da sociedade), Offe conclui pela inadequação da concepção tradicional marxista sobre conflitos-chave e estruturas institucionais específicas (Gohn, 1997, p. 165).

Ainda se apoiando em Habermas e Gohn (1997), ambos afirmam que Offe examinou e constatou os motivos que levam à colonização do mundo da vida, novas formas de controle social no âmbito das informações, processos e instituições geradoras de símbolos e relações interpessoais, sendo o aprofundamento das privações que afetam os planos fundamentais da vida física, pessoal e social dos indivíduos (Offe, 1988, p. 208-210).

Nos anos 90, Offe se dedicou a estudar a relação dos movimentos e grupos de interesse na construção de processos democráticos (Offe, 1995). Em linhas gerais, e considerando as diferenças históricas, a abordagem de Offe é, dentre as que apresentamos até agora, a mais significativa, porque combina as perspectivas macro e micro na análise do social (Gohn, 1997).

## **2.6 O paradigma marxista na análise dos movimentos sociais**

O marxismo, ao analisar os movimentos sociais, refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural. Gohn (1997) aponta que não se trata do estudo das revoluções em si, processo que foi abordado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação.

As revoluções são pontos deste processo, quanto há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas (Gohn, 1997, p. 172).

Ainda pelas lentes de Gohn (1997), o paradigma marxista aplicado à análise dos movimentos sociais tem sido visto, de forma generalizada, erroneamente, como sinônimo de análise do movimento operário e, como decorrência, pertencente ao universo do "antigo" paradigma, que se contraporia ao novo. Mas Gohn (1997) afirma que existe uma realidade desconhecida por algumas análises sobre os movimentos sociais não-operários, tais como os reivindicatórios de bens e melhorias coletivas, principalmente de equipamentos públicos, realizados nos anos 70 e 80.

Outra distorção frequente é a generalização do paradigma em uma só teoria, sem distinção de abordagens ortodoxas e não-ortodoxas, mesmo no estudo da classe operária.

Assim, ignora-se que as análises da classe operária feitas pela corrente dos historiadores marxistas ingleses foram uma releitura do marxismo ortodoxo, deslocando o eixo das determinações exclusivamente econômicas para outros campos da vida social, como o cultural. Embora estes estudos mantenham as categorias básicas marxistas, representam uma releitura da ala do marxismo clássico, tradicional, tido como ortodoxo (Gohn, 1997, p. 172)

O paradigma marxista clássico tem duas grandes correntes. Uma liderada pelo jovem Marx e seus estudos sobre a consciência, a alienação e a ideologia, repercutindo na tradição histórica humanista que nutriu as análises contemporâneas sobre os movimentos sociais e deu seguimento a esses trabalhos grandes estudiosos como Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács, e da Escola de Frankfurt após a Segunda Guerra Mundial, conforme menciona (Gohn, 1997).

A outra corrente resulta dos trabalhos do Marx "maduro", após 1850, e seus estudos sobre "o desenvolvimento do capital, em que os conceitos básicos serão formação social, forças produtivas, relações de produção, superestrutura, ideologia, determinação em última instância, mais-valia etc" (Gohn, 1997, p. 173).

O conflito entre capital e trabalho gera a luta de classes, principal motor da história. A classe operária industrial tem primazia no processo de luta social, e o movimento operário desempenha o papel de vanguarda nas transformações sociais. Ele, junto com o partido político e com intelectuais orgânicos à classe operária, teria uma missão na história:

Transformar a sociedade das desigualdades sociais em outra, sem opressão ou oprimidos. O privilégio dado à classe operária se explicaria pelo papel que ela ocupa no processo de produção a arena central do processo de conflito social e pelas contradições sociais do próprio sistema capitalista naquele processo. A classe operária

seria o agente principal de um novo devir histórico por ser a negação de seu oponente básico: a burguesia (Gohn, 1997, p. 173).

## **2.7 Características e especificidades dos movimentos latino-americanos**

O paradigma Latino Americano se distinguiu dos paradigmas Americanos e Europeus, pois caracteriza-se como processos de “Mobilizações massivas”, e pouquíssimos registros teóricos sobre esses movimentos têm sido feitos, conforme aponta Foweraker (1995). Considerando que os registros disponíveis foram basicamente produzidos pela universidade nos programas de pós-graduação, em alguns institutos de pesquisa ou ONGs.

Mas sabemos que estes programas são relativamente recentes ou inexistentes na grande maioria dos países latinos. Apenas Brasil, México, Argentina e Chile têm já uma tradição firmada na área. É importante registrar que o número considerável de trabalhos sobre os movimentos sociais criou uma identidade temática entre os pesquisadores, que passaram a se definir não como sociólogos, politicólogos etc., mas como pesquisadores dos movimentos sociais (Gohn, 1997, p.212).

Mesmo com um número bem reduzido de estudos sobre os movimentos sociais Latino Americanos, Foweraker (1995), no final dos anos 80, constatou que tais leituras possibilitaram a compreensão e foram de extrema importância para os movimentos que surgiram a partir dos anos 70.

## **2.8 Estudos sobre os movimentos sociais na América Latina depois de 1970**

Ao analisar os movimentos latino-americanos no período de transição militar à democracia, Harber (1996) em sua literatura foi extremamente otimista sobre a habilidade dos movimentos em criar espaços na política, no entanto, observou o processo de construção da identidade política nos anos 70/80, dando menos ênfase ao desapontamento ocorrido no final dos anos 80 e nos anos 90. Deixou de evidenciar os processos institucionais de relação com o Estado, partidos, sindicatos e estruturas de poder. Harber ainda afirma que tais análises foram feitas por ativistas ou ex-militantes dos próprios movimentos, utilizando o paradigma marxista, pois enfatiza os processos de mudança social. Cardoso (1983, 1994) fez o mesmo tipo de observação, mas com uma discordância, por ignorar que não se tratava de atos de vontades de indivíduos isolados militantes, mas da construção e execução de um projeto de mudança social para a realidade social.

A distribuição destes movimentos sociais na América Latina foi diferenciada, embora tenham ocorrido na totalidade de seus países.

Nos países mais industrializados, os movimentos surgiram em princípio nos grandes centros, articulados a redes movimentalistas em que se destacam a Igreja, os sindicatos e alguns partidos de oposição ao regime político na época. Dos grandes centros eles se espalhavam para outras regiões. Nos países de estrutura econômica de base mais agrária, os pequenos vilarejos aglutinaram as ações, com caráter mais de rebeliões, mais próximas dos modelos clássicos de rebeliões populares (Gohn, 1997, p.222).

A diferenciação para os movimentos se deu por questões étnicas, suprimento de gênero e serviços sociais de primeira necessidade, onde o alimento tem centralidade, demandas por terra e moradia, por educação, e demandas consideradas "modernas" ao redor de questões de gênero com destaque para as lutas das mulheres em todas as frentes (Navarro, 1989).

México, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia também apresentaram muitos movimentos populares:

No México destacam-se os zapatistas, caracterizados como anticapitalistas, por protestar contra agentes do capitalismo agrário que violaram as terras e culturas de seus ancestrais (Zamosc, 1989), principalmente nos anos 70, e os chiapas nos anos 90 ao contrário dos Zapatistas utilizaram a Internet e toda a infraestrutura do capitalismo para denunciar a mesma opressão que sofrem há séculos (Castells, 1996), ambos movimentos tinham estilos de ação coletiva no meio rural com métodos de ação muito diferentes. Na área da educação, os movimentos sociais dos professores foram tão importantes quanto os do Brasil (Foweraker, 1993).

Na Bolívia, os movimentos de populações pobres de origem indígena foram predominantes, como dos Aymaras, além de inúmeros protestos de trabalhadores das minas (Nash, 1989).

O Peru teve um dos movimentos mais controvertidos da realidade latino-americana, o Sendero Luminoso, caracterizado como de guerrilha rural (Wickham-Crowley; McClintock, 1989). O Movimento Revolucionário Túpac Amaru atuante no período de dezembro de 1996 e janeiro de 1997, criado em 1983, desenvolveu uma das mais audaciosas ações no continente latino-americano no século XX.

A invasão e o aprisionamento de demais de seiscentas pessoas que participavam de uma festa em homenagem ao aniversário do imperador japonês, na casa do embaixador do Japão no Peru. A ação foi realizada por cerca de quinze membros da organização e entre os convidados da festa, que se tornaram reféns dos tupamaros, estavam vários embaixadores, representantes civis e militares - membros do governo peruano -, assim como personalidades do mundo empresarial em atuação no Peru (Gohn, 1997, p. 223).

O Chile teve ciclos bem diferenciados de movimentos sociais: pré-regime militar, uma fase de intensa participação política que culminou com a eleição de Salvador Allende; e a fase da redemocratização, após a era militar de Pinochet (Oxhorn, 1995; Razeto, 1984; Valdez, 1986).

Na Argentina, Gohn (1997) destaca um grande número de movimentos de direitos humanos, sendo o das "Mães da Praça de Maio" o mais significativo na história da transição política do país.

Na América Central, Nicarágua, Guatemala, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, Panamá e El Salvador apresentam quadros específicos de movimentos sociais relacionados com o processo de libertação nacional ou com a atuação de pastorais da Igreja e movimentos de comunidades de base, ou ambos. O assassinato do arcebispo Romero, em El Salvador, por exemplo, é um marco histórico naquelas lutas (Levine, 1986; Scott, 1986).

A região do Caribe também registra movimentos sociais. Cuba, pelas características de seu regime político, tem um cenário específico na área da ação coletiva.

[...] organizações de moradores baseadas em critérios geográficos-espaciais em âmbito local, voltadas para tarefas coletivas cotidianas organizadas pela planificação e administração central; ou campanhas coletivas - também organizadas pelos órgãos de planificação com o objetivo de criar frentes de trabalho em áreas definidas como prioritárias (Gohn, 1997, p. 224).

### **3 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NA ERA DA PARTICIPAÇÃO: 1978 – 1989**

#### **3.1 Primeiras abordagens nos anos 70 e 80 no Brasil: breve historiografia dos estudos**

Na literatura brasileira sobre o tema nos últimos vinte anos, Gohn (1997) destaca, com muita ênfase, os movimentos sociais urbanos por terem sido grandes novidades no cenário latino-americano nas últimas décadas e por sua expressividade numérica. O fato dos estudos sobre os movimentos terem se desenvolvido de forma bastante isolada ocasionou pouco contato entre os grupos que estudavam a realidade rural e os que estudavam a realidade urbana.

Apesar de recente, a produção teórica sobre os movimentos sociais urbanos no Brasil já possui vários balanços elaborados por renomados estudiosos, como Jacobi (1980), Torres Ribeiro e Machado da Silva (1984), Cardoso (1983, 1994), Kowarick (1987). Alguns foram realizados vários anos atrás e contemplam um número pequeno de estudos então existentes (Jacobi, 1980). Outros foram parciais, concentrando-se nas linhas gerais de alguns dos estudos realizados (Cardoso, 1983, 1995). Outros, ainda, não tinham o objetivo de realizar um balanço propriamente dito, mas destacaram as principais orientações teóricas utilizadas (Doimo, 1995; Gohn, 1987, 1995). Alguns levantamentos bibliográficos também destacaram a questão (Burgwal, 1990; Warren, 1995).

O desenvolvimento de tais estudos foi importante para chamar a atenção de inúmeros aspectos, entre os quais se destacam:

A falta de referenciais teóricos e o volume de descrições sem análises; a necessidade de construção de esquema explicativo que abordassem as especificidades do processo histórico brasileiro e o conseqüente uso abusivo de esquemas teóricos pertencentes a outras realidades socioeconômicas e político-culturais; a valorização de paradigmas que exaltavam o espontaneísmo e voluntarismo das massas sem considerar a importância do papel do Estado na questão; a ênfase do caráter novo dos movimentos, sem demonstrá-lo bem, e a desconsideração pelas experiências históricas já existentes; o isolamento dos movimentos urbanos em relação aos movimentos rurais e também a outros movimentos sociais, como os sindicatos; a confusão em torno do próprio conceito de movimentos sociais urbanos, utilizando-o de maneira para lutas de natureza diversas e, conseqüentemente, problemáticas distintas (Gohn, 1997, p. 274).

Ou seja, cada avaliação chamou a atenção para um conjunto de falhas e omissões nas análises, mas eles próprios, os balanços eram feitos segundo determinadas óticas analíticas.

Um dos dados mais significativos que estes balanços nos apontam é o de que a maioria dos estudos foi realizada nos anos 80; nos anos 90 houve um declínio do interesse pelo estudo dos movimentos em geral, e pelos populares em especial, assim como declinou a preocupação com seu registro histórico contemporâneo, desde que o resgate histórico do passado das lutas e movimentos sempre foi uma área de pouca atenção dos pesquisadores (Gohn, 1997, p. 274).

O Brasil concentrou a maioria dos movimentos nas décadas de 70, 80 e 90, talvez devido ao aumento das desigualdades sociais, à luta contra a ditadura militar e ao grau de desenvolvimento industrial do país, particularmente na região sul.

Para uma melhor compreensão, elaborei um quadro-síntese dos principais movimentos sociais ocorridos na realidade brasileira a partir de 1970. Não trago uma contextualização sobre esses movimentos citados, pois o intuito é trazer o histórico do MAB. Trata-se de um resumo de uma lista feita por Gohn (1970). Neste quadro, não é citado o MAB como um movimento que surgiu nesta década, mas pode-se afirmar que a origem deste movimento se deu no final dos anos 70.

O surgimento do MAB se deve também à constituição da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), em 1979, na região norte do Rio Grande do Sul. Espécie de fundadora e antecessora do MAB que se tem hoje como movimento social, a Comissão buscava pressionar o Estado visando o reassentamento das famílias que seriam atingidas pelos primeiros projetos na bacia do Rio Uruguai (Fraga, 2013, p 1).

Quadro 1 – Mapeamento dos Movimentos Nacionais do Brasil (1972 – 1997)

<b>Mapeamento dos Movimentos Nacionais no Brasil - 1972 – 1997</b>	<b>Ano de criação e duração<sup>1</sup></b>
1. Primeiro ciclo - Lutas pela redemocratização do país e acesso a serviços públicos:	1972- 1984
1.1 - Movimento pela anistia	1977 - 1978
1.2 - Ciclo de greves generalizadas	1978 - 1979
1.3 - Movimento feminista	1975 - 1982
1.4 - Mobilização nacional contra o regime militar envolvendo partidos políticos, sindicatos, movimentos populares etc.:	1978 - 1984
1.5 - "Diretas Já". Movimento nacional de reivindicação de eleição direta para presidente da República	1984
<b>2. Movimentos sociais populares urbanos</b>	
2.1 - "Custo de Vida - Carestia". Movimento nacional contra os altos preços dos alimentos	1974 - 1980
2.2 - Movimento pelos transportes públicos	1976 - 1982
2.3 - Movimento pela saúde	1976 - 1982
2.4 - Movimento de luta por creches	1974 - 1982
2.5 - Movimentos dos professores das escolas públicas de 1º e 2º grau	1978 - 1982
2.6 - Movimento de Associações de moradores	1972 - 1982
2.7 CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores	1982
2.8 ANAMPOS - Associação Nacional de Movimentos Populares.	1983

<sup>1</sup> Os movimentos sociais listados na tabela que não possuem datas específicas justificam-se pela falta de informações sobre as datas de criação e duração na fonte utilizada como referência para construir a tabela.

2.9 - CEBs - Comunidade Eclesiais de Base da Igreja católica	1972 - 1980
2.10 - Movimento pela moradia	1980 - 1984
2.11 - Movimento dos desempregados	1983 - 1984
<b>3. Movimentos populares rurais</b>	
3.1 - CPT - Comissão Pastoral da Terra	1974 (data de criação)
3.1 - Sem-Terra	1979 (data de criação)
<b>4. Movimentos sindicais</b>	
4.1 - ENCLAT - Encontro Nacional da Classe Trabalhadora	1981.
4.2 - CGT - Confederação Geral dos Trabalhadores	1982
4.3 - CUT - Central Única dos Trabalhadores	1983
4.4 - CONTAG - Confederação Geral de Trabalhadores da Agricultura	1964
<b>5- Movimento estudantil</b>	
5.1 - UNE - União Nacional dos Estudantes	1939 (data de criação)
5.2 - UBES - União Nacional dos Estudantes secundaristas.	1985 - 1989
Segundo ciclo - Institucionalização dos movimentos -1 – Nacional	
1.1 - Movimento para a redução do número de anos do mandato do presidente e retorno das eleições diretas	1985
1.2 - movimento nacional pró-constituente	1985 - 1989
2 - Movimentos sobre temas específicos	
2.1 - Raça: movimento negro	
2.2 - Étnico: movimento dos índios	
2.3 - Movimento das mulheres	
2.4 - Movimento nacional de meninos e meninas de rua	1988
2.5 - Movimento nacional pela reforma da educação	
2.6 - Movimento ecológico	
2.7 - Movimento dos homossexuais: gays e lésbicas	
3 - Movimentos populares urbanos de âmbito nacional	
3.1 - Movimento pela moradia: - Favelas - Ocupação de áreas urbanas - Renovação de moradias construídas pelo poder público - Inquilinos - Autoconstrução e mutirões comunitários. - Sem-casa, sem-teto. Moradores nas ruas. - Clientes - devedores do Sistema Nacional de Habitação	
3.2 - Pró-central movimentos populares	
3.3 – CONAM	
4 - Movimentos rurais nacionais	
4.1 - Sem-Terra	
4.2 - UDR - União Democrática Ruralista. Proprietários de terra	1987
5 - Movimentos sindicais	
5.1 - CUT - bastante forte na área dos funcionários públicos	
5.2 - CGT - forte na área de indústrias tradicionais	
5.3 - USIS - União de Sindicatos Independentes	
Terceiro ciclo - Emergência de novos atores e desmobilização dos movimentos populares urbanos. Crescimento dos movimentos populares rurais: 1 - Movimentos nacionais	
1.1- "Ética na política" - Movimento nacional contra a corrupção (responsável pela articulação que depôs o ex-presidente Collor de Mello):	1992
1.2 - "Caras-pintadas". Movimento estudantil	1992
1.3 - Movimento nacional contra as reformas estatais	1994 - 1995
1.4 - Ação da cidadania contra a fome, a miséria, pela vida	1993 - 1996
1.5 - Caravana da cidadania. Movimento político do PT	1993 - 1994
1.6 - Comunidade solidária. Programa federal governamental	1995 - 1996
3 - Movimentos populares nacionais	
3.1 - Central Movimentos Populares	1993 (data de criação)
3.2 - Movimento nacional de luta pela habitação	
3.3 - Sem-Terra (movimento popular rural mais estruturado no Brasil nos anos 90)	1990
4 - Movimentos étnicos, raça, sexo e idade	
4.1 - Movimento dos índios - demarcação de terras.	
4.2 - Movimento dos aposentados do INSS.	
4.3 - Movimento nacional de meninos e meninas de rua.	

4.4 - "Viva Rio" - "Viva São Paulo" - Movimentos locais contra a violência urbana.	
4.5 - Movimentos contra a renovação urbana de áreas históricas (Faria Lima, S. Paulo)	
4.6 - Movimento Separatistas e racistas. Pequeno grupo no sul do país.	
4.7 - Movimentos culturais de jovens (organizados principalmente ao redor de estilos musicais).	
5 - Movimentos sindicais	
5.1 - "Fóça Sindical	1990
5.2 – CUT	
5.3 – CGT	
5.4 - CONTAG-rural	

Fonte: Gohn (1970).

No Brasil, o surgimento de diversos movimentos sociais, atuando tanto no campo quanto na cidade, ganhou força política com o fim da ditadura militar, marcando o início de um regime democrático no país. Seferin (2017, p. 50) destaca essa questão ao mencionar "uma nova série de movimentos sociais possibilitados pela conjuntura de retomada da participação política nas questões nacionais". Dentre eles, destaca-se o Movimento dos Atingidos por Barragens.

Conforme Frank e Fuentes (1989), os movimentos sociais exibem grande variedade e mutabilidade, compartilhando, no entanto, a mobilização individual fundamentada em sentimentos de moralidade e (in)justiça, não sendo impulsionados pelo poder social baseado na mobilidade social, mas sim contra as privações (exclusões), em prol da sobrevivência e identidade.

O MAB, por sua vez, emergiu no final da década de 1970, em meio a um profundo questionamento sobre o modelo de desenvolvimento imposto com a inserção do Brasil no sistema capitalista internacional. Esse contexto, como indicado por Viana (1990), resultou da nova divisão internacional do trabalho, configurando-se em um cenário em que o país exportava grande quantidade de energia em seus produtos, enquanto os países desenvolvidos mantinham uma relativa estabilidade energética.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi criado em 1988 a partir da unificação das demandas de pequenos agricultores que, em diferentes partes do país, perdiam suas terras ou fração destas devido ao projeto de expansão assumido pelo setor elétrico brasileiro. Parte fundamental de sua origem está ligada ao planejamento estatal sobre o rio Uruguai, que, já na década de 1970, previa a construção de 22 barragens ao longo dos grandes vales que conformam seu curso na divisa do Rio Grande do Sul com a Argentina e o estado de Santa Catarina, desconsiderando a totalidade dos impactos sócio ambientais sobre a região (Fraga, 2013, p 1).

A energia elétrica já desempenhava um papel importante e central para o desenvolvimento da produção em diferentes setores da economia. É nesse contexto que surgem as primeiras formas de resistência contra as barragens, no final da década de 70, por meio das

“Comissões locais de atingidos”, resultantes das contradições desse modelo, que não considerava as famílias afetadas e não assegurava seus direitos (Oliveira, 2018).

As comissões, organizadas por camponeses, ribeirinhos, posseiros, meeiros, indígenas, quilombolas, entre outros já afetados, bem como por aqueles ainda ameaçados pelas construções, tinham como objetivo, por meio da luta, resistir às barragens e garantir reparação para as famílias.

A princípio, o movimento dos atingidos surgiu em resposta a situações locais e concretas, como ocorreu em Itaipu (PR) e Itaparica (BA). Essas experiências serviram como exemplo para outras comunidades se articularem antecipadamente às construções de barragens, o que ocorreu na bacia do rio Uruguai em meados dos anos 1980. Nas localidades onde o movimento se fortalecia, houve maior atraso ou até mesmo o cancelamento das obras (Vianna; Leroy; Tavares, 1990).

No Paraná, os agricultores afetados pela construção da hidrelétrica de Itaipu criaram o Movimento Justiça e Terra, com o objetivo de reivindicar uma indenização justa por suas propriedades (Benincá, 2011). Na bacia do Rio Uruguai, em 1979, foi criada a Comissão de Barragens, contra a construção das hidrelétricas de Itá e Machadinho, posteriormente passando a ser chamada de Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB).

De acordo com Benincá (2011, p.70) “a trágica situação provocada pela construção da hidrelétrica de Sobradinho (BA) provocou iniciativas para enfrentar as ameaças e impactos da barragem de Itaparica no médio São Francisco -entre a Bahia e Pernambuco”. Assim se deu o surgimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, (Benincá, 2011).

No Pará, os atingidos organizaram a Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí (CAHTU). No entendimento de Benincá (2011, p. 84), "a experiência vivida pelos atingidos em determinada região era capitalizada como conteúdo pedagógico e político em outras regiões". As práticas e vivências diferenciadas serviam como inspiração e exemplo, fortalecendo a organização dos atingidos nos diferentes locais.

As Comissões ganharam força em cada lugar e foram responsáveis por importantes conquistas em cada barragem/região. É dessa forma que surgem as primeiras resistências coletivas e organizadas de lutas dos atingidos pelas barragens, como novos sujeitos sociais, e mais tarde acumulam forças para a emergência de um movimento em escala nacional, possibilitando também sua ampliação no âmbito internacional (Oliveira, 2018).

Como resultado das lutas desencadeadas no interior do movimento, foi realizado o *I Encontro Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens*, no ano de 1989, em Goiânia. De acordo com Oliveira (2018, p.38):

O encontro teve como finalidade analisar as lutas locais e proporcionar a troca de experiências entre os atingidos/as, bem como refletiu sobre a necessidade da criação de uma organização nacional para centralizar as lutas locais e fazer frente às grandes construções de barragens, em todo o território nacional.

Dessa forma, em 1991, ocorre o “I Congresso de Atingidos/as do Brasil”, na ocasião, o MAB se oficializa enquanto movimento nacional, de caráter autônomo e popular, com rostos, culturas e tradições regionais, formando um único corpo, articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais. No Encontro, também foi definido o 14 de março como o dia nacional de luta contra as barragens, e sim pelos rios, pela água e pela vida, mais tarde, tomando caráter internacional.

Andrioli e Nadalleti (2013) apresentam a seguinte definição do movimento:

O MAB é um movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva, em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Nossa principal forma de luta é a pressão popular. Só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas opressoras na sociedade. Nossa prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo. Construiremos alianças com movimentos e com a sociedade no nível nacional e internacional. A luta do MAB se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e amor à vida (Andrioli; Nadalleti, 2013, p 58).

O II Congresso Nacional do MAB aconteceu em dezembro de 1993, e uma de suas principais deliberações foi a necessidade de organizar um encontro internacional de atingidos, sem deixar de reafirmar a estratégia de lutas nacionais do movimento (MAB, 2013).

No ano de 1996, ocorreu em São Paulo o III Congresso Nacional do MAB, onde os atingidos aprofundaram o debate sobre as linhas gerais de ação, trabalho de base, políticas de alianças e posição frente ao setor elétrico nacional (MAB, 2013).

Em novembro de 1999, em Belo Horizonte (MG), aconteceu o IV Congresso Nacional do MAB, que confirmou as diretrizes anteriores e definiu a linha de combate contra as políticas neoliberais e o processo de privatizações. Nesse momento, grande parte do setor elétrico estava em processo de privatizações (MAB, 2013).

O congresso de Belo Horizonte foi importante para se avançar na elaboração das primeiras linhas do que hoje propomos como Projeto Energético Popular para o Brasil. Sendo também tomada a decisão de que o nome dado a estas grandes atividades de caráter nacional se chamaria de Encontros nacionais e não mais de congressos. Reafirmando e formulando nossa concepção de movimentos popular, onde não é o

voto o congresso a expressão mais importante. Mas o que o passa ter mais força é a participação popular de atingidos/as inseridos organicamente no movimento, que fazem o debate, formulam propostas a serem incorporadas pelo conjunto das organizações (MAB, 2013, p. 9).

E ainda, de acordo com o MAB (2013), como consequência das grandes atividades nacionais, em julho de 2003, a capital federal sediou o 5º Encontro Nacional do MAB, que contou com representações de atingidos por barragens de 17 estados do país. Ao final deste encontro, os atingidos, muito entusiasmados com a vitória eleitoral do presidente Lula no Brasil, escreveram uma carta afirmando que as mudanças do modelo de desenvolvimento só aconteceriam se fosse enfrentada com firmeza a luta pela mudança do modelo energético.

Com um cenário político nacional mais favorável para aprofundar o debate sobre o entendimento de onde estava a raiz dos problemas que enfrentamos e afirmando que a água e a energia não são mercadorias, mas sim patrimônio popular, construiu-se o 6º Encontro Nacional do MAB, que ocorreu em março de 2016, em Curitiba.

Este encontro também foi importante porque reafirmou nossa luta contra a privatização da água e da energia e que nossa principal forma de luta é a pressão popular, ou seja, que só o povo organizado e consciente é capaz de transformar, pela raiz, as estruturas injustas e opressoras da sociedade (MAB, 2013, p 10).

A partir de 2011, iniciamos a construção do 7º Encontro Nacional, realizado em setembro de 2013. Neste encontro, foi feito um resgate histórico das grandes atividades nacionais. O MAB, ao longo dos seus mais de 22 anos, reafirma-se como um movimento popular, autônomo, de caráter nacional e rostos regionais, que luta contra as várias formas de injustiças cometidas antes, durante e depois da construção de barragens no Brasil, e reivindica conquistas e garante direitos da sua base social.

Analizou-se também a atual conjuntura política que se vivia no momento e constatou-se que:

Que há uma crise do modo de produção capitalista que vive da exploração da classe que trabalha, criando uma intensa disputa dos grandes grupos econômicos para retomar as taxas de acumulação de riquezas. Que a energia ocupa um papel central na atual sociedade, possibilitando a ampliação da capacidade de trabalho dos trabalhadores, gerando maior quantidade de valor. No Brasil, este recurso estratégico é comandado pelas grandes empresas transnacionais centralizadas pelo capital financeiro. Que neste movimento do capital, o poder econômico procura submeter os Estados nacionais e os espaços institucionais (executivo, legislativo e judiciário) para coloca-los a serviço dos interesses das grandes empresas, criando as melhores condições para sua atuação. Que, assim como em muitos lugares no mundo, o Brasil eclodiu em um intenso movimento social, protestando e exigindo soluções diante da situação que o povo vive. Estas manifestações criaram um novo estado de ânimo da juventude e das massas, recuperaram as ruas como lugar essencial para a conquista de direitos e apontaram que é possível e justo sonhar com uma nova ordem social [...], (MAB, 2017, p. 16).

No mês de outubro de 2017, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro o 8º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens, que contou com a presença de aproximadamente 3.500 atingidos de todo o Brasil, além de militantes de organizações de 19 países. O encontro teve como lema "Água e Energia com Soberania, Distribuição da Riqueza e Controle Popular" (MAB, 2017) e reafirmou-se como um movimento popular, autônomo, de caráter nacional e rostos regionais, que luta contra as várias formas de injustiças cometidas antes, durante e depois da construção de barragens no Brasil, reivindicando conquistas e garantindo direitos da sua base social. A discussão central deste encontro foi a segurança de barragens, decorrente do rompimento da barragem em um subdistrito de Bento Rodrigues (a 35 km do centro do município de Mariana, Minas Gerais). Diante das inúmeras vítimas dessa catástrofe e dos danos causados ao meio ambiente, o MAB vem desenvolvendo um árduo trabalho de ajuda e organização da população atingida, reivindicando os direitos destas e denunciando a empresa responsável por esse crime.

Com o passar do tempo, percebemos que a luta de resistência dos brasileiros/as se parece com a luta de povos pelo mundo a fora.

As formas de tratamento das populações atingidas pelas empresas eram as mesmas tanto aqui como no restante da América e outros continentes. As formas de luta e resistência, mesmo guardando as particularidades de cada país, também se assemelhavam, assim como as formas de repressão às lutas pela força policial e pelas milícias contratadas pelas empresas construtoras (MAB, 2017, p. 12).

Consolidando a experiência internacional, no ano de 1995, ocorreu em Minas Gerais o 1º Encontro Internacional dos Atingidos, com a participação de mais de 20 delegações de países da Ásia, África, América e Europa, compartilhando suas experiências de lutas e conquistas. O 2º Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens aconteceu em dezembro de 2003, na Tailândia, ao lado da barragem de Pak Min, que desalojou milhares de pessoas, mas forjou uma das maiores organizações populares daquele país. O 3º Encontro Internacional dos Atingidos por Barragens, sediado no México, ocorreu no ano de 2010, com representação de 60 países.

O MAB realizou congressos, encontros nacionais e internacionais, que permanecem ocorrendo periodicamente, reunindo números crescentes e significativos de atingidos. Esses momentos são importantes para o debate coletivo sobre os desafios e as respectivas propostas para os seus enfrentamentos. Durante os encontros nacionais, são discutidos e determinados os próximos passos para a luta dos atingidos, a partir da análise da conjuntura política e da realidade das populações atingidas.

### 3.2 O MAB no Estado do Ceará

Um dos conflitos mais recentes envolvendo a construção de barragens na história do Ceará ocorreu com o início do projeto de construção da Barragem do Castanhão na antiga cidade denominada Jaguaribara, durante os anos de 1980, culminando com a expulsão de milhares de famílias atingidas pela barragem em meados dos anos 1990. As primeiras reuniões voltadas para a comunidade sobre a barragem do Castanhão foram organizadas no município de Jaguaribara pela Igreja Católica local, vinculada à Congregação Filhas do Imaculado Coração de Maria, que atuava na região desde 1979, promovendo a fundação da Associação de Moradores de Jaguaribara (AMJ).

Em 1985, um pequeno grupo da comunidade visitou a barragem de Sobradinho (BA/PE), que provocou deslocamento forçado de 72 mil pessoas, e a barragem de Itaparica, em Petrolândia (PE), responsável pelo deslocamento de 40 mil pessoas. Nessa oportunidade, houve trocas de experiências com representantes do Polo Sindical do Sub-Médio São Francisco e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que, em 1990 e 1993, visitaram Jaguaribara (Araújo, 2006).

Destaca-se como um ponto de interseção inicial da comunidade de Jaguaribara com o MAB a participação de atingidos desta localidade nos seguintes eventos: I Encontro Regional de Atingidos por Barragens, em fevereiro de 1989, em Igarassu (PE); no I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, em março de 1989, em Goiânia; no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, em 1991; no II Encontro Regional de Atingidos por Barragens, em Iguatu (CE), em 1994, e no Encontro Internacional de Povos Atingidos por Barragens, em março de 1997, em Curitiba. E logo muitos passaram por um processo de auto identificação com a luta do MAB e, como consequência, também foram reconhecidos coletivamente como o referido movimento, adotando certas metodologias organizativas, como a do enfrentamento político. No entanto, é preciso esclarecer que o fato de uma organização ser apoiada por este movimento social não implica que ela seja ou deva ser transformada em MAB. Como exemplo, cito a Associação de Moradores de Jaguaribara, apoiada por este movimento, e não sendo o próprio MAB como representação de movimento social.

Destá forma, o MAB surgiu como movimento social atuante na comunidade Castanhão, nos idos de 1998, quando ainda grande parte dos reassentamentos rurais não existiam, apesar do alto percentual de atingidos de áreas rurais (cerca de 60%). Nesse período, a mobilização popular desses grupos encontrava-se praticamente nula, sobretudo considerando-

se os municípios de Alto Santo, São João do Jaguaribe e Jaguaratama. Assim, o empenho do MAB foi, primeiramente, atender às demandas sociais das áreas rurais de todos os quatro municípios afetados, convergindo-os para um encaminhamento político.

Mesmo com forte resistência, a construção do Castanhão foi iniciada em 1995 durante o governo de Tasso Jereissati. A operação da obra ficou dividida entre o Governo Federal e Governo Estadual. O reassentamento da população rural ficou sob a responsabilidade do Governo Estadual, a cargo do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDCE) (Lima, 2007).

Desde então, outros empreendimentos foram construídos e/ou estão em fase de licenciamento de instalação<sup>2</sup>, operação e de funcionamento, gerando incertezas para muitos sujeitos que hoje vivem no campo cearense. As estratégias utilizadas são as mesmas, mudando apenas o território e os objetivos/fim de cada empreendimento. Todos trazem processos que violam direitos no âmbito social e ambiental.

O Brasil, com o potencial hídrico único em todo o mundo, apresenta alto nível de desenvolvimento do ponto de vista tecnológico no que diz respeito à construção de barragens. Mas, como pode se constatar, há a existência de uma dívida histórica no país para com as populações atingidas por esses grandes empreendimentos.

O Estado do Ceará, pioneiro nas políticas de gestão dos recursos hídricos, não está fora desse cenário. Uma parcela das populações atingidas, ou seja, os sujeitos sociais impactados por essas obras, não se restringindo apenas às famílias que sofreram ou sofrem com o deslocamento, mas também a toda a população que tem suas dinâmicas de vida alteradas e influenciadas a partir da construção de barragens e obras hídricas. Além disso, os impactos ocasionados não se iniciam somente com a operação do empreendimento, mas antecedem inclusive a sua construção, com a negação do direito à informação e à participação nas decisões e negociações, caracterizando assim os “*ameaçados por barragens*”.

O MAB vem trazendo propostas como a aprovação da lei de Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), controle popular dos recursos

---

<sup>2</sup> O Eixão das Águas ou canal da integração é um conjunto de obras hídricas que realiza a transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), reforçando o abastecimento, em uma extensão de 255 quilômetros, incluindo o Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Obra concluída no ano de 2014.

O Cinturão das Águas do Ceará (CAC), que levará águas do Rio São Francisco para o sertão do Ceará, em todo o projeto, são 145,3 km de caminhamento rio São Francisco, compreendendo segmentos de canal a céu aberto, túneis e sifões, com a função de fazer com que esta água chegue até a Barragem de Jatir, no município de Brejo Santos - CE, trecho este da obra já concluído no ano de 2020. A segunda fase desta obra hídrica é a construção de canais para fazer estas águas chegarem a Barragem do Castanhão, (trechos em construção).

hídricos e do setor elétrico que possam reparar e compensar os danos sociais e econômicos de tais obras na vida das famílias atingidas, assim como fortalecer a discussão em torno da construção de instrumentos legais, tais como uma Política Estadual de direitos dessas populações e o fortalecimento de políticas públicas destinadas a esse público.

### **3.3 Violações de direitos humanos no processo de construção de barragens**

O ideário de progresso, que são as bases justificáveis para a construção de barragens, somente passou a ser questionado quando os atores sociais atingidos começaram a denunciar as violações de direitos humanos a que eram submetidos.

Em 2010, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana aprovou o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, que investigou o padrão de violações de direitos humanos em um conjunto de barragens no Brasil.

No relatório, consta que:

Durante os trabalhos da comissão ficaram evidentes a relevância e magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens nos casos estudados. Os estudos de caso permitiram concluir que o padrão vigente de implantação de barragens tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 2010, p. 13).

Nesse documento, são identificados 16 direitos humanos das populações atingidas que são sistematicamente violados. São eles:

1. *Direito à informação e à participação;*
2. *Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;*
3. *Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;*
4. *Direito à moradia adequada;*
5. *Direito à educação;*
6. *Direito a um ambiente saudável e a saúde;*
7. *Direito à melhoria contínua das condições de vida;*
8. *Direito à plena reparação de perdas;*
9. *Direito à justa negociação, tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados;*
10. *Direito de ir e vir;*

11. *Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais;*
12. *Direito dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;*
13. *Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;*
14. *Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial;*
15. *Direito de reparação por perdas passadas;*
16. *Direito de proteção à família e aos laços de solidariedade social ou convivência comunitária.*

Um dos principais fatores que ocasionam as violações dos direitos, como já foi citado, é a ausência de instrumentos legais que possibilitem aos atingidos por barragens a garantia dos seus direitos. Essa é a questão central de toda essa problemática, aliada ao questionamento do modelo de desenvolvimento energético feito pelos movimentos sociais a partir de suas ações políticas e da proposição de um modelo contra-hegemônico que aponte a soberania energética para o Brasil.

No entanto, uma grande obra hídrica, como uma barragem, altera a dinâmica econômica, social e política de toda uma região e muitas vezes de todo um Estado. Nesse sentido, os atingidos por barragens e obras hídricas são as populações que direta ou indiretamente são impactadas com a alteração das suas dinâmicas de vida devido à construção e operação de tais obras, e especialmente esses impactos são ainda mais agravantes na vida das mulheres.

No próximo capítulo, vamos conhecer a história do Reassentamento Alagamar, comunidade escolhida para realizar esta pesquisa, e assim compreender o processo de luta enfrentado pelos/as atingidos/as dessa comunidade.

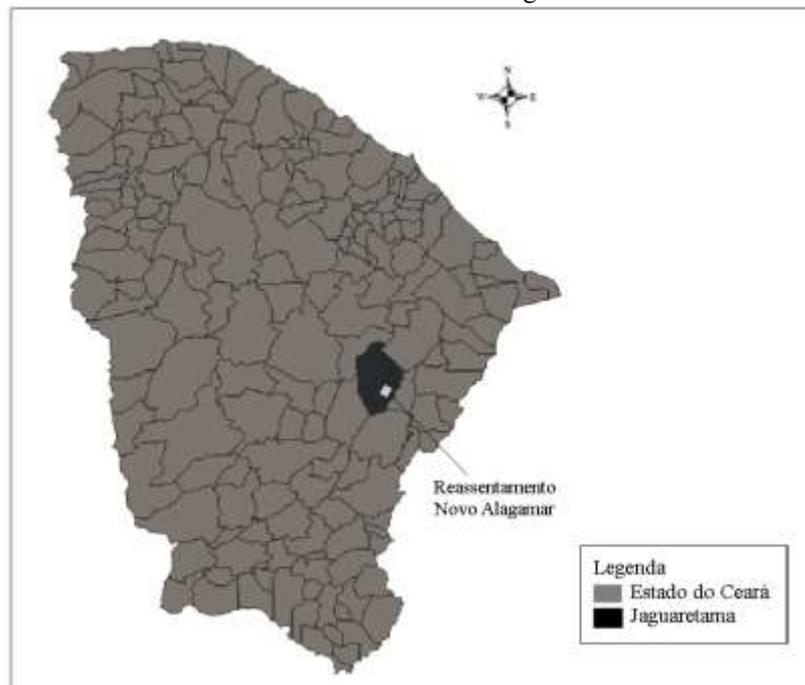
### **3.4 Reassentamento alagamar**

O Reassentamento Novo Alagamar localizada na zona rural do município de Jaguaretama foi escolhido para realização desta pesquisa por ser um símbolo de resistência e de luta pela garantia dos direitos das pessoas atingidas pelo processo de construção da barragem, Açude Castanhão.

As famílias da comunidade Alagamar foram atingidas pela barragem Castanhão, que tem capacidade de acumulação de 6,7 bilhões de m<sup>3</sup> de água e extensão de 325 km<sup>2</sup> e

inunda uma área de 58.000 hectares. O Alagamar está situado na bacia do médio Jaguaribe ao oeste do rio, 18 km da sede do Município de Jaguaretama, distancia 245 km de Fortaleza.

Figura 1 – Localização geográfica do município de Jaguaretama e do Reassentamento Novo Alagamar



Fonte: Alves (2019).

De acordo com Sampaio (1933), a comunidade Alagamar possivelmente recebeu seus primeiros habitantes brancos por volta de 1696, quando os colonizadores portugueses intensificaram a dominação no Ceará. Na época em que os portugueses chegaram a esta região do médio Jaguaribe, considerando as tribos Jaguaribara e outras, já estava em curso a batalha sangrenta entre as diversas etnias dos povos originários e os colonizadores. Essa luta, que os brancos chamaram de “guerra dos bárbaros”, ocorreu aqui na região do Ceará e Rio Grande do Norte entre os anos de 1687 e 1720 (Sampaio, 1933).

O nome "Alagamar" possivelmente estaria associado ao fluxo de água do Rio Jaguaribe, que antes da construção do açude Orós, era intermitente, ou seja, secava durante o período do verão (de junho a dezembro), formando poças. A uma dessas poças, as pessoas teriam dado o nome "Alagamar", que significa pequena angra ou baía guarnecida de penedos,

onde entra a maré já com a fúria amainada (DICIO). Em 1996, a construção da barragem Castanhão impactou a localidade Alagamar.

Para diminuir o grau de dispersão das pessoas do lugar por causa do medo da barragem, a comunidade precisava de um elemento unificador. De maneira formal, Silva (2022) explica que uma forma de apaziguar a situação foi a formação/criação da Associação dos Moradores do Alagamar e Adjacências (AMA) no dia 19/01/1997. O propósito da entidade era reivindicar junto aos órgãos do governo os direitos de compensação das pessoas/famílias do Alagamar, em decorrência da construção da barragem Castanhão. Esse foi o momento de convergência e junção de esforços, de agregar os interesses comuns a todos, e para fortalecer esta iniciativa de organização dos atingidos foram convidadas para a solenidade de fundação da Associação dos Moradores do Alagamar pessoas "influentes" no local, como a professora Rosa Fernandes, o fazendeiro e comerciante Edilson Peixoto de Moraes, bem como outros pequenos proprietários. Um fator que demandou bastante energia para resolver a questão de realocar todas essas famílias numa única propriedade, levando em consideração que a comunidade do Alagamar tinha em média 134 famílias.

O Alagamar, localizado em uma das regiões mais conservadoras e latifundiárias do Ceará, naquela época estava inserido em um "meio" de estruturas bem demarcadas, em um sistema reacionário. O Castanhão mexeu com as estruturas do meio, forçando os sistemas, governo e atingidos a dialogar, a se encontrar. Nas reuniões, como destaca Silva (2022), com os moradores da comunidade realizadas internamente, assim como as reuniões externas com os Conselhos representantes do Castanhão, foram encontros onde eram encaminhadas algumas soluções, acordos e consensos, visando os interesses das partes.

Moradores, associação, lideranças do MAB, proprietários e agentes do governo tiveram que se reunir inúmeras vezes para construir consensos. Em meio a muita tensão e apreensão social, os consensos foram sendo feitos envolvendo questões como: levantamento fundiário, quantificando propriedades e benfeitorias; delimitação da quantidade de hectares a serem desapropriados; identificação de demandas, equipamentos e ações para o Projeto de Reassentamento Social (PRS); cadastramento dos atingidos e beneficiários do PRS; quantidade, tamanho e modelo das casas que seriam construídas; forma de construção das casas, se licitação ou autoconstrução; número de hectares para cada trabalhador; equiparação da tabela de pagamento das propriedades e benfeitorias da Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) com a tabela do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), que já tinha sido usada

em toda a área do Castanhão; agricultura de sequeiro ou irrigação; inclusão de aposentados no assentamento; antecipação de pagamento de indenizações a fazendeiros, etc.

Pela pressão, resistência e organização do povo, todos esses consensos descritos acima foram realizados. No entanto, devido à morosidade das ações do governo, em 2004, quando a Barragem Castanhão encheu, as pessoas ainda estavam na área de inundação. Nesse momento, a luta social intensifica-se ainda mais. Silva (2022) destaca que, na iminência de inundação das moradias, a comunidade pensou em três estratégias: a) um plano de fuga imediata, para locais mais seguros onde a água não chegasse; b) exigência aos órgãos de governo para a construção de abrigos provisórios, para mais de cem famílias; e c) pressão sobre o governo estadual e federal para agilizar a liberação de recursos para a construção das 134 casas de forma definitiva.

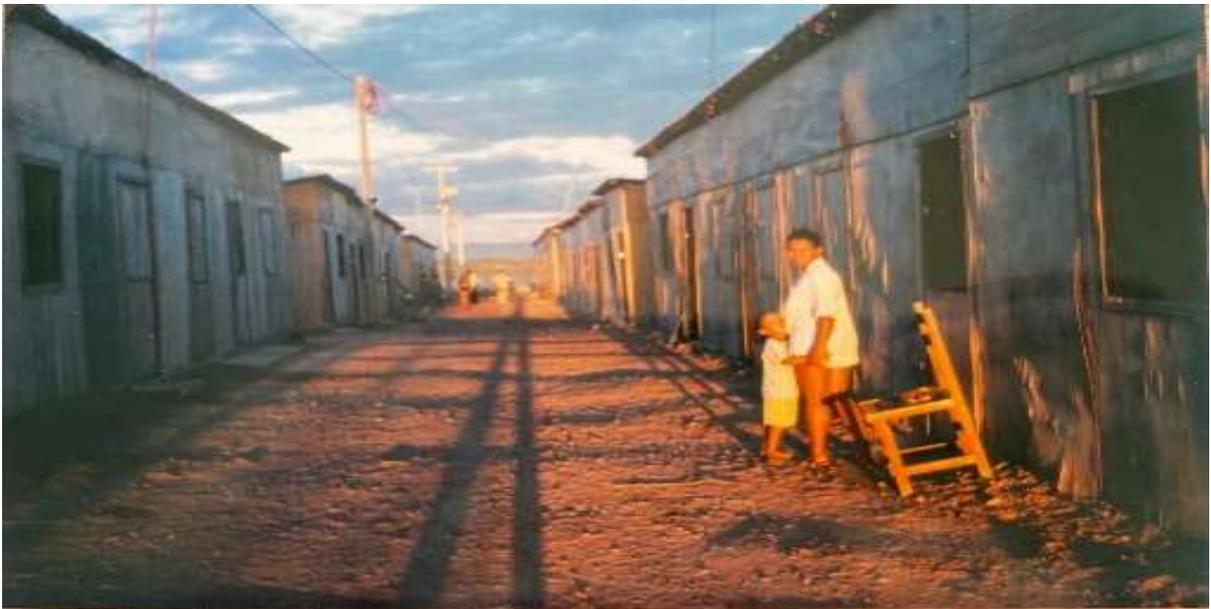
Naquele momento, com o acúmulo de água do açude em plena ascensão, no primeiro instante, as autoridades estaduais queriam fazer as casas com material pré-moldado e que já deveriam ser as casas definitivas, ao que o MAB e AMA se colocaram contra. Lideranças do município propunham que as famílias cujas casas não seriam inundadas por causa do relevo poderiam ficar nessas casas mesmo depois do deslocamento do restante das famílias para o novo local, quando a construção das casas definitivas. Todas essas proposições sem consistência revelaram a falta de planejamento e até de conhecimento de nuances da realidade por parte das autoridades. Como encaminhamento prático, decidiu-se, enfim, a construção em curto prazo de 100 barracos de madeirite (figuras 2 e 3) no alto da chapada do Alagamar, com o objetivo de abrigar todas as famílias que estavam na área hidráulica da obra. O órgão responsável pela construção foi o DNOCS. À medida que os barracos iam sendo construídos, as famílias faziam suas mudanças sendo expulsas pela água e moraram por um período de 2 (dois) anos nestas estruturas.

Figura 2 - Barracos de madeirite



Fonte: Acervo fotográfico do MAB-CE (2004).

Figura 3 - Barracos de madeirite



Fonte: Acervo fotográfico do MAB-CE (2004).

Paralelamente, o MAB e a Associação articularam-se com as famílias, tanto do Alagamar quanto de outras localidades do Castanhão, para fazerem pressão junto do governo por recursos financeiros, possibilitando a construção das casas o mais breve possível. Uma forma de pressão forte foi o ato de ocupação da BR-116 na altura do km 280, no assentamento Sossego-Contendas, Jaguaribara, em março de 2004. Mais de 600 pessoas estiveram nesse ato, onde o representante do DNOCS esteve no local negociando a liberação de recursos para a construção de casas e outras políticas públicas no âmbito do Castanhão.

No entanto, a realidade local ainda guardava mais desafios. Silva (2022) evidencia que o Alagamar se destacava por sua inerente inteligência social, a capacidade de organização, autonomia, articulação interna dos membros da associação e do MAB, o espírito coletivo e a

habilidade de seus líderes em dialogar com a população e com os diversos níveis de governo. Foram esses ativos e qualidades que fizeram com que o sonho do Reassentamento Novo Alagamar se tornasse realidade. Em sistema de autoconstrução, as casas tiveram início em julho de 2004 e término em julho de 2005 (figuras 4 e 5). Mesmo com o atraso na liberação de verbas, em 1 ano a Associação, em convênio com governo estadual e federal, construiu 134 casas. Entre os meses de agosto e outubro de 2005, as famílias foram ocupando as casas, de forma que no dia 31 de outubro de 2005 foi realizada a aula inaugural na escola nova do Reassentamento Novo Alagamar (figuras 6, 7, 8).

Figura 4 – Área residencial da comunidade



Fonte: Alves (2019).

Figura 5 – Área residencial da comunidade



Fonte: Alves (2019).

Figura 6 – Posto de Saúde



Fonte: Silva (2015).

Figura 7 – Escola



Fonte: Silva (2015).

Figura 8 – Igreja Católica



Alves (2019) relata que no reassentamento foram realocadas 134 famílias, em uma área total de 900 hectares (ha), com parcelas delimitadas, além de áreas institucionais, área residencial e áreas de produção coletiva. Das 134 famílias reassentadas, 105 receberam parcelas individuais de terra, denominadas de lotes agrícolas de 3,0 ha cada (figuras 9 e 10).

Figura 9 – Produção de feijão



Fonte: Silva (2015).

Figura 10 – Consórcio de Milho e feijão



Fonte: Silva (2015).

É importante dizer que o Reassentamento Novo Alagamar é um dos três reassentamentos com áreas de produção irrigáveis do Castanhão. Além das áreas irrigáveis, outras comunidades atingidas foram realocadas em 16 reassentamentos de produção em sequeiro.

#### **4 MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS, OS SUJEITOS MAIS VIOLADOS: DESNATURALIZANDO GÊNERO**

##### **4.1 Contextualização**

Para compreender e analisar o processo de grandes obras hídricas e violações de direitos, problematizando a condição das mulheres atingidas pela construção da Barragem do Castanhão na cidade denominada Jaguaretama, durante os anos de 1980, sob a perspectiva da interseccionalidade, faz-se necessário colocar as lentes sobre os contextos de gênero, patriarcado e socioeconômico nos quais estamos inseridas. Essa análise se fundamenta nas contradições existentes entre as relações sociais, como destacam o pensamento de Silvia Scott (1990) e Saffioti (2015) em seus estudos. Assim, a aliança entre o sistema de gênero e o patriarcado são categorias fundantes dessa análise, pois trazem à tona a necessidade de pensar a interligação dessa aliança perpassando as diferentes dimensões da vida e trabalho das mulheres no campo.

##### **4.2 Conceito de interseccionalidade**

Ao buscar o histórico do termo interseccionalidade, constata-se que é uma terminologia antiga criada por feministas negras ativistas e pesquisadoras que lutavam pela equidade racial e de gênero. Andrade (2022) destaca que, inicialmente, essas mulheres começaram a utilizar esse conceito na busca de compreender os sistemas de opressão que atingiam mulheres negras, colocando-as na base da pirâmide social, excluindo-as de oportunidades de emprego e renda e expondo-as mais à violência. A hipótese é que a vivência

de opressões de raça e gênero, de forma interconectada e sobreposta, produza desigualdades que afetem as mulheres negras de forma específica.

Tendo registro desde o final dos anos 80 e desenvolvido pela professora Norte Americana, jurista e feminista Kimberlé Crenshaw, a consolidação deste conceito revolucionou o feminismo da quarta onda. E tem ganhado força e popularidade no Brasil na última década, sendo muito utilizado pelos movimentos sociais e redes sociais.

Em seus estudos, Rios (2020) enfatiza que a interseccionalidade torna-se relevante nas ciências sociais e passou a ser utilizada para analisar as desigualdades sociais, conceituando um problema e buscando capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos da subordinação. Ou seja, é o conceito que busca compreender e explicar os problemas sociais amplos e estruturais e as dinâmicas destes problemas, pois são dinâmicos e interagem entre si a partir de múltiplos eixos, promovendo a articulação de diversos eixos como o viés racial, do patriarcal, do gênero, exploração de classe, entre outros, que promovem a subordinação, a hierarquia e exploração das pessoas, dos grupos e outros processos discriminatórios que geram desigualdade social. Isso nos faz compreender melhor as desigualdades e as sobreposições de opressões e discriminação que existem em nossa sociedade.

Segundo Rios (2020), o conceito de interseccionalidade pode ser compreendido através de vários registros distintos, seja na academia, como um conceito sociológico que pensa as desigualdades sociais, econômicas, entre outras; como uma ferramenta de intervenção política usada pelos movimentos sociais e órgãos como a ONU; como um instrumento de enfrentamento das desigualdades. Mas pode-se pensar este conceito também como identidade coletiva, como exemplo de grupos feministas que se automeiam interseccionalistas, outros usam como formas de expressar suas opressões, as múltiplas desigualdades, a violação dos direitos humanos, desrespeitos sofridos no cotidiano, os extermínios como assassinato, levando à percepção de que a violência se dá a partir de múltiplas experiências, como as relações de viver em um território em que a violência se expressa de maneira mais sistemática por carregar características como cor, o próprio gênero, as condições de classe, e todas estas condições se expressam no corpo, e tudo isso pode ser visto da perspectiva interseccional.

Seguindo no pensamento de Rios (2020), destacando assim a importância do conceito de interseccionalidade por possibilitar questões de raça, etnias, classes sociais e as opressões femininas como experiências que estão articuladas de modo a se expressarem mutuamente sem a necessidade de suprimir e nem hierarquizar uma ou outra, possibilitando

assim um enquadramento que consegue dar conta de todas essas diversidades e variedades de operações. Sendo um conceito útil para pensar a realidade social e nomeá-lo.

Nesse sentido, o conceito pode ser compreendido como uma teoria, mas também como uma ferramenta analítica que focaliza desigualdades interdependentes e múltiplas, causadas por sistemas estruturais de opressão e exclusão - como, por exemplo, gênero, patriarcado, racismo, machismo, classismo, LGBTfobia – que pode ser utilizada para compreender fenômenos de empoderamento ou desempoderamento de determinados grupos em relação a outro na sociedade. Ela também é uma ferramenta política prática, que ajuda na construção de solidariedade entre os movimentos sociais (Andrade, 2022, p 10).

No Brasil, o termo interseccionalidade tornou-se uma categoria relevante nas pesquisas mais recentes. Hirata (2014 apud Rios, 2020), traz nesse debate as categorias de classe, gênero e raça, que são mais comuns, especialmente quando se trata de discutir a produção das diferenças e a reprodução das desigualdades estruturais, uma vez que há o interesse em retomar essas categorias analíticas para avançar no conhecimento da dinâmica e da interdependência das relações sociais e na luta contra as múltiplas formas conjugadas de opressão.

Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores tais como classe, casta, raça-cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual pesam na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. A autora norte-americana ensina que as desigualdades relacionadas à classe, gênero ou raça não são simplesmente possíveis de hierarquização: é a interação dessas categorias que atuam na produção e manutenção das desigualdades (Crenshaw, 1989 *apud* Perez. Ricoldi, 2018, p. 41).

Seguindo essa interpretação, Piscitelli (2008), uma das primeiras autoras nacionais a recepcionar o termo, entende que a interseccionalidade oferece ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas desigualdades no Brasil.

E com este entendimento, será utilizado este conceito para mostrar a relação entre os conceitos de gênero e patriarcado com o intuito de discutir o processo de violação de direitos e opressões vivenciado pelas mulheres atingidas por barragens.

### **4.3 Conceito de gênero**

Nesse bojo de discussão, percebe-se como se dá a constituição da opressão, especialmente de gênero.

As hipóteses sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero (Cisne, 2012, p. 77).

A conceituação de gênero foi mencionada pela primeira vez nos estudos de Robert Stoller (1968), sem repercussão a princípio. Esta concepção somente teve destaque a partir de 1975 com o famoso artigo de Gayle Rubin. A mulher frutificou estudos de gênero, dando origem a uma ênfase pleonástica em seu caráter relacional e a uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero.

A rigor, embora não haja formulado o conceito de gênero, Simone de Beauvoir mostra que só lhe faltava a palavra, pois, em sua famosa frase “Ninguém nasce mulher, mas se torna mulher” estão os fundamentos do conceito de gênero. Lutando contra o essencialismo biológico. “A anatomia é o destino”, enveredou pela ação da sociedade na transformação do bebê em mulher ou em homem. Foi, por conseguinte, a precursora do conceito de gênero (Saffioti, 2015, p. 144).

De acordo com Cisne (2012), os estudos de gênero surgem entre as décadas de 1970 e 1980, numa perspectiva acadêmica. Feministas francesas como Simone de Beauvoir e a norte-americana Joan Scott contribuíram para essa produção teórica, com o intuito de fazer elaborações que pudessem resgatar a história e a participação das mulheres na produção e atuação feminista.

A conceituação de gênero para Saffioti (2015) é uma questão ampla que não se resume a uma única categoria de análise, como muitas estudiosas pensam.

Neste mesmo sentido, Scott (1990) destaca que nem os professores da Oxford nem a academia francesa foram inteiramente capazes de captar e fixar os sentidos livres do jogo da invenção e da imaginação humana quanto às definições que já se tentaram dar ao termo gênero. Scott (1990) ainda reitera que aquelas pessoas que se propõem a dar uma única definição, sentido e codificação à referida terminologia lutam por uma causa perdida. Assim, Saffioti (2015) realça que gênero também diz respeito a uma categoria histórica, podendo, então, o gênero ser concebido em várias instâncias.

Como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995) etc. (Saffioti, 2015, p. 47).

Levando em consideração o contexto histórico, Scott (1990) destaca que as feministas começaram a utilizar a palavra "gênero" mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos. Saffioti (2015)

ainda ressalta que o gênero é a construção social do masculino e do feminino, e que este conceito não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres.

[...] indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O termo "gênero" enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo "gênero" para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (Scott, 1990, p. 72).

Assim, pesamos, de acordo com Scott (1990) apud Natalie Davis (1975), que não se deve deter apenas ao estudo do sexo sujeito, mas à história tanto do homem como das mulheres. Ter como objetivo a compreensão da importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la.

Gênero é uma construção histórica, como expõe Saffioti (2015). E Scott (1990) reitera que historicamente muitas foram as tentativas de teorizar o gênero e sempre baseadas nas tradicionais teorias das ciências sociais. Formulações estas estabelecidas e baseadas em explicações causais universais; todas estas tentativas foram de caráter limitado, pois tendem a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, levando em consideração apenas à história como disciplina e desconsiderando a complexidade do processo de causalidade social.

No entanto, Scott (1990) afirma que as mudanças sobre estas perspectivas que se tinha na conceituação do gênero vieram com os compromissos feministas ao fazer um exame crítico destas teorias ao explorar seus limites, permitiu propor uma abordagem alternativa, que se dividiu em duas categorias:

A primeira é essencialmente descritiva; quer dizer, ela se refere à existência de fenômenos ou de realidades, sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal e teoriza sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando compreender como e porque eles tomam as formas que têm. (Scott, 1990, p. 75).

Nos últimos anos, na sua forma mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Um bom exemplo desta generalização são os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres.

"Gênero" parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade

ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitas históricas válidas, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo "gênero" constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80 (Scott, 1990, p. 75).

No entanto, ao fazer uma análise sob outros aspectos, Scott (1990) constata que o termo "gênero", além de um substituto para o termo mulheres, também sugere que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, e que um implica o estudo do outro.

Essa utilização enfatiza o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia de esferas separadas e sustenta que estudar as mulheres de maneira isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com o outro sexo (Scott, 1990, p. 75).

Em talvez a utilização mais coerente do termo "gênero" baseada nos estudos de Scott (1990), seja designar as relações sociais entre os sexos. Rejeitando explicações biológicas para diversas formas de subordinação feminina, quanto ao fator de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior, tornando o termo gênero um indicador de "construções culturais" e exclusivamente sociais das identidades subjetivas de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Tais estudos sobre sexo e sexualidade fizeram com que "gênero" se tornasse uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.

O uso de "gênero" enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade. Esses usos descritivos do termo "gênero" foram empregados pelos/as historiadores/as, na maioria dos casos, para delimitar um novo terreno (Scott, 1990, p. 76).

A terminologia gênero foi objeto de muitos estudos e por muito tempo considerou temas relevantes, como mulheres, crianças, famílias e ideologias de gênero, que só envolvem as relações entre os sexos. Scott (1990) ainda salienta que, para muitos historiadores, tal conceito não teria relações com guerra, a diplomacia e a alta política, ou seja, não se considerava associar gênero com questões de política e poder. Baseando-se apenas na análise biológica e na perpetuação da ideia de esferas separadas na escrita da história (sexualidade ou política, família ou nação, mulheres ou homens).

Mesmo havendo a tentativa de afirmar que o termo "gênero" enfatiza que as relações entre os sexos são sociais, tal afirmação não diz nada sobre as razões pelas quais essas

relações são construídas como são, não diz como elas funcionam ou como elas mudam. Pois tal conceito está associado ao estudo de coisas relativas às mulheres, como já afirmou Scott (1990) anteriormente. Considerado um problema por alguns historiadores/as, muitos esforços foram feitos na busca de teorias que pudessem explicar o conceito de gênero e dar conta da mudança histórica. O desafio seria reconciliar a teoria concebida em termos universais e gerais com a história, que estava comprometida com o estudo da especificidade contextual e da mudança fundamental. O resultado foi muito eclético:

Empréstimos parciais que enfraquecem o poder analítico de uma teoria particular ou, pior, que empregam seus preceitos sem ter consciência de suas implicações; ou tentativas para dar conta da mudança que, por terem como inspiração teorias universais, apenas ilustram temas invariantes; ou, ainda, estudos extremamente imaginativos, nos quais a teoria está, entretanto, tão escondida que esses estudos não podem servir de modelos para outras pesquisas (Scott, 1990, p. 76).

A importância desta reflexão, conforme Scott (1990), permitiu avaliar a utilidade dessas teorias, abrindo possibilidades de formular uma abordagem teórica mais potente e coerente. Tal iniciativa veio por estudos feitos por historiadores/as feministas empregando uma variedade de abordagens na análise do gênero, desconsiderando as referências tradicionais das ciências sociais. Resumiu-se em três posições teóricas.

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (object-relation theories), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (Scott, 1990, p. 77).

As feministas marxistas têm uma abordagem mais histórica. Scott (1990) ainda deixa evidente que as mesmas, baseando-se nos discursos marxistas ortodoxos, propõem uma solução para a definição de gênero baseada no conceito de que existem dois sistemas, domínios separados, mas que interagem entre si: o capitalismo e o patriarcado. Ainda um outro fator considerado nesta nova tentativa de conceituação de gênero foi o econômico tornado mais prioritário nas discussões do que a temática do patriarcado por estar sempre se desenvolvendo e mudando em função das relações da produção do sistema.

Ao se iniciar o debate, havia um consenso entre todas as feministas marxistas de que é impossível sustentar o essencialismo daquelas que sustentam que "as exigências da reprodução biológica" determinam a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo. E para Scott (1990), houve o reconhecimento de que os sistemas econômicos não determinam de maneira direta as relações de gênero e que, de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao

capitalismo e continua sob o socialismo, e assim só aumentou a busca de uma explicação materialista que excluísse a explicação física e naturais sobre gênero.

Uma tentativa importante de sair deste círculo de problemas veio de Joan Kelly:

Em seu ensaio "The Doubled Vision of Feminist Theory", onde ela sustentava que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero interagiam para produzir as experiências sociais e históricas; que nenhum dos dois era causal, mas que os dois "operam simultaneamente para reproduzir as estruturas socioeconômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular". A ideia de Kelly de que os sistemas de gênero teriam uma existência independente constituiu uma abertura conceitual decisiva, mas sua determinação em permanecer dentro de um quadro marxista levou-a a enfatizar o papel causal dos fatores econômicos até mesmo na determinação do sistema de gênero: "a relação entre os sexos opera de acordo com (e através das ) estruturas socioeconômicas e também de acordo com as estruturas de sexo-gênero Kelly introduziu a ideia de uma "realidade social sexualmente baseada" mas ela tendia a enfatizar o caráter social mais do que sexual desta realidade e, frequentemente, o "social", em sua utilização, era concebido em termos de relações. . (Scott, 1990, p. 79).

As feministas marxistas americanas aprofundaram a discussão sobre a "política sexual", acredita Scott (1990), que este aprofundamento é oriundo da influência das ativistas políticas e pesquisadoras e pela insistência do filósofo francês Michel Foucault ao enfatizar que a sexualidade é produzida em contextos históricos, pela convicção de que a "revolução sexual" contemporânea exigia uma análise séria. Incluíram também em seus estudos sugestões sobre a estrutura psíquica da identidade de gênero. Mesmo assim, poucas vezes afirmava-se que a "ideologia de gênero" "reflete" as estruturas econômicas e sociais, sem desconsiderar a necessidade de compreender "o vínculo" complexo "entre a sociedade e uma estrutura psíquica persistente".

Um fator importante inserido pelo marxismo foi ampliado para incluir discussões sobre ideologia, cultura e psicologia, nas novas tentativas de conceituação de gênero:

A dificuldade tanto para as/os feministas inglesas/es quanto para as/ os americanos/as que trabalham dentro do quadro do marxismo é evidente nos trabalhos que mencionei aqui. O problema que elas/eles enfrentam é o inverso daquele colocado pela teoria do patriarcado, pois, no interior do marxismo, o conceito de gênero foi, por muito tempo, tratado como um sub-produto de estruturas econômicas cambiantes; o gênero não tinha aí um status analítico independente e próprio (Scott, 1990, p. 80).

Na terceira fundamentação sobre gênero, Scott (1990) acredita que se fez necessário recorrer às escolas. A Escola Anglo-americana trabalha nos termos das teorias de relação de objeto (*object-relation theories*), tendo Nancy Chodorow como referência desta abordagem. Em contraste, a escola francesa está baseada em leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud no contexto das teorias da linguagem, tendo como figura central Jacques Lacan.

Ambas as escolas estão preocupadas com os processos pelos quais a identidade do sujeito é criada, ambas se centram nas primeiras etapas do desenvolvimento da criança a fim de encontrar pistas sobre a formação da identidade de gênero. As teóricas das relações de objeto enfatizam a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, tem relações com aqueles que se ocupam dela, em particular, obviamente, com seus pais), enquanto os/as pós-estruturalistas enfatizam o papel central da linguagem na comunicação, na interpretação e na representação do gênero. Uma outra diferença entre essas duas escolas de pensamento refere-se ao inconsciente, que para Chodorow é, em última instância, suscetível de compreensão consciente, enquanto que, para Lacan, não o é. Para os/as lacanianos/as, o inconsciente é um fator decisivo na construção do sujeito; ademais, é o lugar da divisão sexual e, por esta razão, um lugar de instabilidade constante para o sujeito "generificado" (gendered) (Scott, 1990, p. 81).

Em seus estudos, Scott (1990) evidencia que as historiadoras feministas se identificaram com essas teorias, aquelas que trabalham com o conceito de "cultura feminina" citam os trabalhos de Chodorow e Gilligan tanto como prova quanto como explicação de suas interpretações; aquelas que têm problemas com a teoria feminista se voltam para Lacan.

A teoria de relações de objeto baseia a produção de identidade de gênero, e a gênese da transformação se dá em estruturas de interação relativamente pequenas. Chodorow, em sua teoria, traz que a divisão de trabalho na família quanto à atribuição real de tarefas a cada um dos pais desempenha um papel crucial. Segundo Chodorow, se os pais (homens) estivessem mais envolvidos no cuidado com os/as filhos/as e mais presentes nas situações domésticas, as consequências do drama edipiano seriam provavelmente diferentes, resultando em uma divisão clara entre masculino e feminino.

Esta interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o historiador, ela não deixa meios para ligar esse conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que os arranjos sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães executem a maioria das tarefas de criação das crianças estruturam a organização da família. Mas não estão claras a origem nem as razões pelas quais eles estão articulados em termos de uma divisão sexual do trabalho. Tampouco se discute a questão da desigualdade, por oposição à da assimetria. Como podemos explicar, no interior desta teoria, a persistente associação entre masculinidade e poder, o fato de que se valoriza mais a virilidade do que a feminilidade? (Scott, 1990, p. 82).

A teoria lacaniana é centrada na linguagem, o que permite o acesso da criança à ordem simbólica. Através da linguagem, é construída a identidade generificada (gendered). Segundo Lacan, o falo é o significante central da diferença sexual.

Mas o significado do falo deve ser lido de maneira metafórica. O drama edipiano, para a criança, coloca em ação os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do Pai). Em outras palavras, a imposição de regras de interação social é inerente e especificamente generificada, pois a relação feminina com o falo é forçosamente diferente da relação masculina (Scott, 1990, p. 82).

Diante de todos esses estudos, Scott (1990) considera que há uma instabilidade na identificação de gênero, mesmo que se tenha algumas conceituações que pareçam sempre coerentes e fixas. As feministas historicamente vêm há anos debatendo essa temática, e prevalece uma forte recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica.

A percepção para esta categoria só emergiu no final do século XX. Do século XVIII até o começo do século XX, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino; outras reconheceram uma "questão feminina"; outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva. Desta forma, a historiadora Joan Scott inicia a segunda parte de seu estudo na busca de uma definição plausível de categorizar gênero. Pela primeira vez, um estudo sobre Gênero surge por parte das feministas contemporâneas, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais.

É, na minha opinião, significativo que o uso da palavra "gênero" tenha emergido num momento de grande efervescência epistemológica que toma a forma, em certos casos, da mudança de um paradigma científico para um paradigma literário, entre os/as cientistas sociais (da ênfase posta na causa para a ênfase posta no significado, confundindo os gêneros da investigação, segundo a formulação do antropólogo Clifford Geertz) (Scott, 1990, p. 85).

Para Scott (1990), são nítidas as mudanças nestes novos estudos ao ver o posicionamento das feministas ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvidos pelos/as pós-estruturalistas. Estes encontraram um espaço para debater e, aliados aos acadêmicos/as e políticos/as, articularam o gênero como uma categoria analítica. Concluíram que deveriam analisar atentamente os métodos de análise, esclarecer as hipóteses de trabalho e explicar como a mudança ocorre. E, em vez de buscar uma origem única, é necessário pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados.

Segundo Scott (1990), de acordo com a formulação de Michelle Rosaldo, devemos buscar não uma causalidade geral e universal, mas uma explicação baseada no significado:

Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta". Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança (Scott, 1990, p. 86).

Scott (1990) define gênero em duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições:

(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (Scott, 1990, p. 86).

Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica quatro elementos inter-relacionados:

Em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e com frequência contraditória). O ponto central é: que representações simbólicas são invocadas, como, e em quais contextos? Scott (1990) traz como exemplo Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental, mas também mitos de luz e escuridão, purificação e poluição, inocência e corrupção.

Em segundo lugar, Scott (1990) traz os conceitos de interpretações dos significados dos símbolos como normativos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto do consenso social e não do conflito.

Um exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas atuais, que querem ligar necessariamente suas práticas à restauração do papel "tradicional" das mulheres, supostamente mais autêntico, embora, na realidade, haja poucos antecedentes históricos que testemunhem a existência incontestada de um tal papel (Scott, 1990, p. 87).

O terceiro elemento das relações de gênero busca desafiar a ideia de fixidez, apoiando-se na observação de que registros históricos feitos por antropólogos indicam que o conceito de gênero estava inicialmente restrito ao sistema de parentesco, focalizando o lar e a família como a base da organização social. Scott (1990) destaca a oportunidade desafiadora para pesquisadores e historiadores explorarem a natureza do debate ou da repressão que leva à aparente permanência na representação binária de gênero ao longo do tempo. Esse tipo de análise deve incorporar uma perspectiva política, bem como fazer referência às instituições e à organização social.

Corroborando com Scott (1990), é essencial adotar uma visão mais abrangente que englobe não apenas o parentesco, mas também o mercado de trabalho, a educação e o sistema político. O gênero é construído por meio do parentesco, mas não de forma exclusiva; ele também se desenvolve na economia e na organização política, que, pelo menos na sociedade atual, operam em grande parte de maneira independente do parentesco.

O quarto elemento do gênero é a identidade subjetiva. A antropóloga Gayle Rubin enfatiza que a psicanálise teoriza sobre a reprodução do gênero como uma descrição da "transformação da sexualidade biológica dos indivíduos enquanto passam por um processo de enculturação". No entanto, Scott (1990), mesmo considerando útil essa teoria para a construção da identidade generificada, acredita que os historiadores precisam abordar a questão de forma mais histórica. Se a identidade de gênero estiver fundamentada unicamente no medo da castração, a relevância da investigação histórica é negada. É necessário examinar como as identidades generificadas são construídas substancialmente e relacionar essas descobertas a uma série de atividades, organizações e representações sociais historicamente específicas.

Partindo desses quatro elementos, Scott (1990) visa esclarecer e especificar como devemos considerar o efeito do gênero nas relações sociais e institucionais, pois essa reflexão nem sempre tem sido feita de maneira sistemática e precisa. A teorização do gênero, no entanto, é desenvolvida em sua segunda proposição:

O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Como tal, esta parte da definição poderia aparentemente pertencer à seção normativa de meu argumento, mas isso não ocorre, pois os conceitos de poder, embora se baseiem no gênero, nem sempre se referem literalmente ao gênero em si mesmo (Scott, 1990, p. 88).

A função de legitimação do gênero atua de várias maneiras, e ao longo dos anos, alguns estudiosos e estudiosas, por meio de suas teorias, apresentam diferentes análises sobre gênero. Scott (1990) argumenta que o gênero fornece um meio de decodificar o significado e compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Scott (1990) ainda destaca que, ao buscar maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, começamos a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade, bem como as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.

A política é apenas uma das áreas em que o gênero pode ser utilizado para análise histórica, enfatizando o governo e o Estado-nação, por duas razões.

Em primeiro lugar, porque se trata de um território praticamente inexplorado, já que o gênero tem sido percebido como uma categoria antitética às tarefas sérias da verdadeira política. Em segundo lugar, porque a história política ainda o modo dominante de pesquisa histórica tem sido o bastião de resistência à inclusão de materiais ou questões sobre as mulheres e o gênero (Scott, 1990, p. 89).

A conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido observada, mas não foi estudada a fundo, conforme Scott (1990) destaca em várias passagens históricas, como o momento crítico para a hegemonia jacobina durante a Revolução Francesa, o momento em que Stalin assumiu o controle da autoridade, a implementação da política nazista na Alemanha ou o triunfo do Ayatolá Komehini no Irã. Em todas essas circunstâncias, os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos, enquanto consideravam os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos. Literalmente, traduziram esse código em leis que restringiam a participação política das mulheres, declaravam o aborto ilegal, proibiam o trabalho assalariado das mães e impunham códigos de vestimenta específicos para as mulheres.

Scott (1990) constata, em suas pesquisas, que todo controle exercido sobre as mulheres e a falta de participação feminina em muitos desses períodos não resultavam em ganhos ou perdas para o estado; era uma reafirmação de controle ou de força que se corporificava numa política de poder sobre as mulheres por parte do estado. Esses exemplos ilustram os tipos de relações de poder construídas na história moderna, embora não se possa afirmar que a dominação e o controle das mulheres sejam uma política universal. Existem exceções sob diferentes aspectos; os regimes democráticos do século XX também construíram suas ideologias políticas a partir de conceitos generificados, traduzindo-os em políticas concretas. O estado de bem-estar, por exemplo, demonstrou seu paternalismo protetor por meio de leis voltadas para mulheres e crianças.

Podemos citar também alguns movimentos socialistas, como os socialistas utópicos na França e na Inglaterra nos anos de 1830 e 1840, que sonhavam com um futuro harmonioso ilustrado pela união do homem e da mulher, o "indivíduo social". Os anarquistas europeus tinham visões de um mundo no qual a diferença sexual não implicava hierarquia. Scott (1990) traz esses exemplos para mostrar que as conexões explícitas entre gênero e poder são uma parte da definição de gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder.

A alta política é, ela própria, um conceito generificado, pois estabelece sua importância crucial e seu poder público, suas razões de ser e a realidade de existência de sua autoridade superior, precisamente às custas da exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado

da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina (Scott, 1990, p. 92).

São os processos políticos, como as revoltas políticas de massa, entre outros, que levam o caos às velhas ordens e fazem surgir novas, o que leva a revisar os termos do gênero na busca de novas formas de legitimação, determinando qual resultado prevalecerá na política, no sentido de que atores diferentes e significados diferentes lutam entre si para assegurar o controle. Scott (1990) ainda ressalta que a natureza desse processo, dos atores e de suas ações, só pode ser determinada de forma específica no contexto do tempo e do espaço.

Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que "homem" e "mulher" são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (Scott, 1990, p. 93).

Ao chegar ao fim deste estudo, Scott (1990) acredita que continuar a exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões (como, por exemplo, como é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade?), redefinirá velhas questões em novos termos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e criará uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e nossa própria terminologia. Scott (1990), assim, finaliza sugerindo que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. Constatando assim que esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico).

Foi neste mesmo contexto abordado no conceito de gênero que ocorreram e ainda ocorrem as relações de poder homem-mulher, onde esse poder exercido pelo homem sobre a mulher impossibilitou a participação das mesmas nas discussões políticas e promoveu a invisibilidade da participação feminina no processo da luta de reivindicações de seus direitos que foram violados pelo processo de construção do Castanhão.

#### **4.4 O conceito de patriarcado**

Apresento o conceito de patriarcado sob referência principalmente de Heleieth Saffioti. Neste momento, para uma melhor compreensão do conceito patriarcal, Saffioti (2015)

afirma ser de total relevância considerar a questão sexual, e Pateman (1993) reafirma esta questão ao explicar a respeito do contrato original onde se cria a liberdade e dominação, a liberdade do homem e a sujeição da mulher, e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história<sup>3</sup>, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato.

O contrato é formalizado através do casamento, concebendo o poder sexual sobre as mulheres, colocando em relevo a figura do marido, permitindo mostrar o caráter desigual deste pacto, no qual se troca obediência por proteção. Como é notório, significa, no mínimo a médio e longo prazo, exploração-dominação. E assim é permitida a validação da estrutura patriarcal do capitalismo e de toda a sociedade civil.

A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal. Os filhos subvertem o regime paterno não apenas para conquistar sua liberdade, mas também para assegurar as mulheres para si próprios. Seu sucesso nesse empreendimento é narrado na história do contrato sexual. O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é social no sentido do patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres –, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres. O contrato original cria o que chamarei, seguindo Adrienne Rich, de ‘lei do direito sexual masculino’. O contrato está longe de se contrapor ao patriarcado: ele é o meio pelo qual se constitui o patriarcado moderno (Pateman, 1993, p. 16 -17).

Assim, Ferreira (2016) destaca que o modelo do sistema patriarcal, por meio do casamento, concede aos homens o poder de ser a figura principal da organização, conferindo-lhes direitos e autoridades sobre as mulheres, os filhos e os bens materiais e culturais. Outro aspecto importante nos estudos de Saffioti (2015) é que a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída por meio da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão os campos em que a mulher pode operar, da mesma forma como escolhe os terrenos em que o homem pode atuar. Neste contexto, de acordo com Saffioti (2015), o saldo negativo é maior para as mulheres.

As mulheres são “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordata, apaziguadores. Os homens ao contrário, são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelem força e coragem (Saffioti, 2015, p. 37).

Por meio da ideologia ligada à forma mais abrangente de patriarcado, naturalizaram-se comportamentos nos quais as mulheres deveriam, por exemplo, apenas

---

<sup>3</sup> Uma forma caracteristicamente moderna que o patriarcado se estabelece.

exercer o trabalho doméstico, sem qualquer remuneração, reforçando a ideia de que as mulheres seriam seres "naturalmente inferiores". Nesse sentido, torna-se pertinente destacar que:

É neste sentido que os esforços das teorias feministas materialistas são fundamentais, pois reposicionam o problema da reprodução social, seja na dimensão biológica (aí localizado todo o trabalho da maternidade), seja no trabalho doméstico não remunerado (Vergès, 2020, p. 5).

A ideologia de gênero, como bem citado por Joan Scott e enfatizado por Saffioti (2015), está ligada ao patriarcado, tornando nítidas as relações de hierarquias patriarcais de dominação em todas as estruturas da sociedade, perpassando não apenas a sociedade civil, mas impregnando também o Estado. Levando em consideração que o Estado exerce seu poder sobre toda a sociedade, compreende-se então como é forte e como se perpetua ao longo do tempo a relação patriarcal de dominação do homem sobre a mulher.

Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. "A liberdade civil depende do direito patriarcal (Saffioti, 2015, p. 57).

Saffioti (2015) ao corroborar da mesma aspiração de Pateman (1993) e Johnson (1997), mostra haver um elo entre homens chamado de contrato original, cujo único objetivo é o domínio sobre as mulheres. A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Ainda, alinhando-se aos estudos de Pateman (1993), Saffioti (2015) sugere o abandono do conceito patriarcal por considerar que a polissemia deste conceito vai muito além de uma forma de expressão do poder político, existindo com mais força no conceito de gênero. Então, são vários os argumentos para o não uso deste conceito:

(...) representaria, na minha maneira de entender, a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais da análise política. (...) Grande parte da confusão surge porque 'patriarcado' ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado. Até as discussões feministas tendem a permanecer dentro das fronteiras dos debates patriarcais sobre o patriarcado. É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada (Pateman, 1993, p. 39-40).

Endossando o pensamento de Pateman (1993), Saffioti (2015) reforça que o abandono do conceito de patriarcado efetivamente possibilita uma melhora nas formulações e produções teóricas das feministas.

A interpretação patriarcal do ‘patriarcado’ como direito paterno provocou, paradoxalmente, o ocultamento da origem da família na relação entre marido e esposa. O fato de que os homens e mulheres fazem parte de um contrato de casamento – um contrato original que instituiu o casamento e a família – e de que eles são maridos e esposas antes de serem pais e mães é esquecido. O direito conjugal está, assim, subsumido sob o direito paterno e as discussões sobre o patriarcado giram em torno do poder (familiar) das mães e dos pais, ocultando, portanto, a questão social mais ampla referente ao caráter das relações entre homens e mulheres e à abrangência do direito sexual masculino (Pateman, 1993, p. 49).

Ao questionar o motivo de se manter o nome patriarcado mesmo sendo um conceito incapaz de explicar os vínculos familiares de parentesco, Saffioti (2015) elabora uma síntese do por que se mantém esta ideologia:

- 1 – não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2 – dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição. Nos códigos civis inspirados no Napoleônico, *o estupro no interior do casamento não era considerado* no código penal. Situação esta que mudou graças aos esforços das francesas há apenas uma década, e depois de muita luta, conseguiram capitular este crime no Código Penal. No Brasil, é considerado estupro quando praticado por qualquer homem, até mesmo o marido, pois o que importa é contrariar a vontade da mulher, mediante o uso de violência ou grave ameaça;
- 3 – configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4 – tem uma base material;
- 5 – corporifica-se;
- 6 – representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Como já citado anteriormente por Joan Scott, não pode haver uma sociedade sem gênero. Ao construir uma imagem do homem e da mulher, constrói-se a divisão sexual do trabalho, obedecendo ao critério de sexo. Saffioti (2015) ressalta que nem sempre as atividades socialmente atribuídas às mulheres foram desvalorizadas em relação às dos homens. E traz um exemplo no qual ela mostra que o trabalho da mulher se torna indispensável e fundamental para a sobrevivência do grupo:

Nas sociedades de caça e coleta, por exemplo, a primeira atividade cabe aos homens e a segunda às mulheres. Embora proteínas animais sejam necessárias ao organismo humano (nunca, entretanto, se ouviu falar da morte de um vegetariano por carência de proteína animal), em tais sociedades as mulheres eram responsáveis por mais de 60% da provisão dos víveres necessários ao grupo (Lerner, 1986). Enquanto a coleta é certa, acontecendo cotidianamente, a caça é incerta. Um grupo de homens pode voltar da caçada com um animal de grande ou médio porte, provendo as necessidades de seu

grupo, como pode voltar sem nada. Logo, a atividade dos homens, realizada uma ou duas vezes por semana, não é confiável em termos de produto. Já a das mulheres lhes permite voltar a sua comunidade sempre com algumas raízes, folhas e frutos. A rigor, então, a sobrevivência da humanidade, felizmente variando no tempo e no espaço, com esta divisão sexual do trabalho (não se pode afirmar que todos os povos hajam passado pelo estágio da caça e coleta), foi assegurada pelo trabalho das mulheres (Saffioti, 2015, p. 61).

Segundo expõe Saffioti (2017), as mulheres sempre estiveram diretamente envolvidas na produção de bens e serviços em todas as épocas e lugares, contribuindo para a subsistência de suas famílias e para a criação da riqueza social.

Historicamente, o processo de transição para se alcançar uma sociedade igualitária tem sido muito lento, mesmo considerando os avanços conquistados com muita luta e resistência feminina nas sociedades que conhecemos hoje. Não se chegou ao nível de paridade de sexos almejado. Saffioti (2015) traz as reflexões de Johnson (1997), que atribui essa lentidão a dois motivos: 1) a produção de excedente econômico, cerca de 11 mil anos atrás; 2) a descoberta de que o homem era imprescindível para engendrar uma nova vida, o que se deu logo depois.

Seguindo o pensamento de Saffioti (2015) na mesma direção que Lener (1986), baseado nos resultados de estudos realizados ao longo de décadas nas áreas da paleontologia e arqueologia, constatou-se que parte do conhecimento da participação masculina na antropoprodução proporcionou mais poder aos homens, permitindo-lhes a implantação de um regime de dominação-exploração das mulheres. Mesmo os homens sendo detentores do poder de apropriação sobre as mulheres, Saffioti (2015) recorre mais uma vez ao exemplo das sociedades de caça e coleta, onde as mulheres eram consideradas poderosas, fortes, verdadeiros seres mágicos, em virtude de sua capacidade de conceber e dar à luz, presumivelmente sozinhas, mas tornando-as mais limitadas em relação ao tempo, pois além da coleta de alimentos, tinham as tarefas do preparo, do cuidar dos seus filhos e dos demais afazeres domésticos.

Quanto aos homens, como a tarefa da caça não era uma atividade diária, sobrava muito tempo livre, imprescindível para o exercício da criatividade. Foi, por conseguinte, na chamada "sombra e água fresca" que os homens criaram sistemas simbólicos da maior eficácia para destronar suas parceiras.

Lener (2019) relata em seus estudos que, a princípio, o patriarcado apareceu como Estado arcaico. A unidade básica de sua organização foi a família patriarcal, que expressava e criava incessantemente suas regras e valores. O início da instauração do patriarcado foi por volta do ano 3100 a.C. e só se consolidou no ano 600 a.C., um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos.

Saffioti (2015), em suas pesquisas, evidencia que mesmo em meio a todo esse processo de ascensão do patriarcado, houve resistência das mulheres ao novo regime, exigindo que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar à sua consolidação.

Mas as mulheres sempre, e até os dias de hoje, viveram em estado relativamente maior de falta de liberdade do que os homens. Uma vez que sua sexualidade, um aspecto de seu corpo, era controlada por outros, as mulheres não apenas estavam em desvantagem, como também restritas de maneira muito particular em termos psicológicos. Para as mulheres, da mesma forma que para homens de grupos oprimidos e subordinados, a história consistiu de sua luta por emancipação e liberdade devido à necessidade. Porém, as mulheres lutaram contra formas de opressão e dominação diferentes das dos homens, e a luta delas, até hoje, encontra-se mais atrasada em relação à dos homens (Larner, 2019, p. 292).

Em concordância mais uma vez com Pateman (1993), Saffioti (2015) mostra que qualquer atividade, serviço ou ocupação desenvolvidos pela mulher não a reconheciam como trabalhadora na estrutura patriarcal capitalista, mas apenas como mulher. Já os homens recebiam todo o reconhecimento como trabalhadores e autoridade de seus chefes.

A imposição desta divisão sexual do trabalho diferenciou não apenas as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, mas também suas experiências, vidas e sua relação com o capital, traduzindo-se na necessidade de controlar o corpo feminino em resposta aos interesses do capitalismo que despontava (Federici, 2017).

A mulher é responsável por uma jornada de trabalho em casa, que está faz “por amor aos filhos e ao marido”, mas é normalmente um trabalho não reconhecido e não remunerado. O trabalho desempenhado pelas mulheres tem menos valor. Outro trabalho é o externo ao doméstico. A inserção da mulher no mercado de trabalho a sobrecarregou e não garantiu equidade de direitos. Estas passaram a trabalhar fazendo os mesmos trabalhos dos homens, mas ganhando menos que eles (Sychocki, 2010, p. 36).

Essa divisão sexual do trabalho é ensinada e assimilada desde a infância, por meio da educação destinada a meninos e meninas. Segundo Hirata (1986), nesses trabalhos, acontece a socialização inicial das crianças. “Essa educação é condição prévia da aceitação e interiorização mesmo da autoridade mediante o aprendizado, na escola, das formas de linguagem de acordo com o estatuto social do emissor e do receptor” (Hirata, 1986. p. 66).

Em concordância com a análise sociológica de Kergoat (1978), Saffioti (2015) desde o início lembra que a exploração econômica da mulher faz-se conjuntamente com o controle de sua sexualidade. Já se analisou, ainda que ligeiramente, a unicidade do racismo e do sexismo. É óbvio que este fato preexistiu, de longe, à emergência do capitalismo; mas este se apropriou desta desvantagem feminina, procedendo com todas as demais da mesma forma.

A saída dos homens para o trabalho assalariado prova o poder que eles mantêm em relação ao capital, estabelecendo uma relação de dependência financeira em uma escala de opressão, desvalorização e disciplina cada vez maior sobre as mulheres. Assim, se, em um período anterior à industrialização, a família dependia da terra (e do trabalho do homem na terra), agora, mulheres e crianças passam a depender do homem.

Tirou, portanto, proveito das discriminações que pesavam contra a mulher (Saffioti, 1969), e assim continua procedendo. Como se pode verificar facilmente nas cadeias produtivas nacionais e internacionais, as mulheres predominam nos estágios mais degradados da terceirização ou quarterização. A Nike, por exemplo, usa mão de obra feminina oriental que trabalha em domicílio, recebendo quantias miseráveis. Todos os estudos sobre força de trabalho feminina no mundo de economia globalizada revelam sua mais acentuada subordinação. Isto equivale a dizer que, quanto mais sofisticado o método de exploração praticado pelo capital, mais profundamente se vale da dominação de gênero de que as mulheres já eram, e continuam sendo, vítimas. (Saffioti, 2015, p. 138).

No atual momento, Saffioti (2015) traz o exemplo do poder do patriarcado vigente entre os povos africanos e/ou muçulmanos, mostrando que as diferenças de grau no domínio exercido por homens sobre mulheres legitimam e atribuem naturalização a este sistema de dominação. Por outro lado, como prevalece o pensamento dicotômico, procura-se demonstrar a universalidade do patriarcado por meio da inexistência de provas de eventuais sociedades matriarcais.

São inegáveis as conquistas e avanços que já foram garantidos a custo de muitas lutas e enfrentamentos feitos ao sistema patriarcal pelas mulheres. Mas ao examinar a realidade atual, todos os dias recebemos através de numerosos meios de comunicação uma enxurrada de noticiários, reportando que mulheres são espancadas, humilhadas, estupradas e, muitas vezes, assassinadas por seus próprios companheiros e, com frequência, por ex-companheiros, ex-namorados, ex-amantes, diariamente. Sobretudo, Saffioti (2015) destaca que quando a iniciativa do rompimento da relação é da mulher, esta perseguição, esta importunação, este molestar pode chegar ao feminicídio. Outro fator que colabora para o crescente número de mortes das ameaçadas é o descaso que se tem ao solicitar proteção policial, pois muitos pedidos não são atendidos.

Como o território humano não é meramente físico, mas também simbólico, o homem, considerado todo-poderoso, não se conforma em ter sido preterido por outro por sua mulher, nem se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar seus lmaus-tratos. Qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência, podendo chegar a extremos de crueldade (Saffioti, 2015, p. 65).

Ainda se vive em extremas desigualdades de gênero, e pode-se constatar este fato com os números alarmantes de feminicídios registrados no Brasil no ano de 2022, que chegou a 1.400 (mil e quatrocentos), sendo uma mulher morta a cada seis horas. Este foi o maior número de feminicídios desde o ano de 2015, quando a lei nº 13.104/2015 tornou o feminicídio um homicídio qualificado e o colocou na lista de crimes hediondos, refletindo uma sociedade conservadora e cheia de retrocessos à qual vivemos. Vem o questionamento de até quando este sistema continuará vivo e com tanta legitimidade, e quantas mulheres a mais vão ter que ser assassinadas?

Neste sentido, esta discussão se torna relevante para a construção desta referida pesquisa, porque até mesmo em um movimento social onde se tem um coletivo de mulheres e discute-se a paridade de gênero, ainda vivenciam-se práticas onde se delimitam muitas vezes os espaços das mulheres e dos homens, como, por exemplo, em alguns espaços políticos a participação é praticamente masculina, há deslegitimação das falas femininas, apropriação das falas femininas, entre outros e diante deste cenário se faz necessário superar este sistema e ainda, em concordância com Saffioti (2015), pode-se afirmar que o patriarcalismo dá sinais no mundo inteiro de que ainda está vivo e passando bem.

#### **4.5 Mulheres e movimentos sociais**

É histórica a presença da mulher nas lutas sociais brasileiras, embora geralmente as criminalizem, ao considerar que, na moral e bons costumes, o lugar da mulher restringia-se ao mundo privado e, quando muito, no mundo público, à prática da caridade religiosa para as mulheres de boa família e do ‘trabalho honesto’ para aquelas da classe trabalhadora, como afirma Lusa (2017). Nos registros históricos, estarão também as mulheres, geralmente caracterizadas como criminosas ou fanáticas por alguns e revolucionárias por outros, como por exemplo, Maria Bonita e Olga Benário. Elas também serão encontradas no âmbito das lutas pelos direitos e pela instituição de serviços públicos com respeito aos direitos humanos, como a sindicalista Margarida Alves e a psiquiatra Nise da Silveira.

Muitas mulheres se embrenharam individualmente em lutas, que somente muitos anos depois se tornaram pautas de caráter mais amplo e coletivo. Outras tantas, embora tenham se investido de uma responsabilidade individual ao se lançarem para a luta, conseguiram depois constituir um coletivo que deu suporte aos maiores desafios. Outras ainda constituíram coletivos de lutas desde o início de sua atuação, constituindo frentes de luta, grupos revolucionários e/ou movimentos sociais (Lusa, 2017, p. 2).

Portanto, Gohn (2006) conceitua a importância dos movimentos sociais como “uma das formas possíveis de mudança e de transformação social”, sendo o instrumento utilizado pelas mulheres como meio de conquista de direitos e de emancipação. Mas não se pode ignorar que, mesmo as mulheres sendo um dos principais agentes políticos, sua participação é invisibilizada em muitos processos de lutas e movimentos sociais, e sua presença só é reconhecida quando elas protagonizam movimentos de caráter feminista. Com a conquista deste reconhecimento, procurou-se compreender sobre a presença da mulher nas lutas sociais, as suas contribuições na construção de um espaço que possibilita as lutas e conquistas sociais, políticas e culturais, num movimento dialético da sociedade.

Os movimentos sociais são ações coletivas criadas com o intuito de propor mudanças em determinadas relações sociais ou preservá-las. Resulta da articulação de indivíduos sociais que se identificam coletivamente por apresentarem demandas sociais semelhantes e por procurarem soluções coletivas para tais demandas. “Esses segmentos sociais são constituídos por atores sociais distintos, possuem identidades diferenciadas, interesses particulares, mas expressam algum interesse mútuo [...]” (Mocelin, 2009, p.49)

De acordo com Lusa (2017), a transição entre os anos 1970 e 1980 representa o momento em que é possível a inserção de novos e diferentes sujeitos no cenário político, social e cultural, tanto em nível local quanto nacional. É nesta conjuntura da segunda metade da década de 1980, favorável à participação social e ao que, à época, se chamava de exercício da cidadania, que a luta das mulheres camponesas começa a tomar vigor, num processo de organização própria que enseja e constrói, de fato, a autonomia do movimento e das próprias militantes. Esse processo resulta na abertura de novos espaços políticos, tanto em nível mais próximo do seu cotidiano, o que ocorre nos sindicatos, nas comunidades eclesiais de Base (CEBs) e nos partidos políticos, quanto em nível mais amplo, nas esferas legislativas. Neles, a insistência e persistência na luta fazem com que as suas reivindicações comecem a ser ouvidas pela sociedade.

É nessa conjuntura de requisição democrática e participativa que a mulher agricultora passa a denunciar as desigualdades de gênero e a reivindicar expressamente seus direitos, denunciando também as desigualdades de classe e etnia, e anunciando a urgência em quebrar todo o tradicionalismo e subalternidade que lhe fora imposto, tendo em vista a discussão sobre o lugar social da mulher e a criação de uma nova identidade social, política e cultural construída por elas a partir da sua cotidianidade.

Assim, de forma crítica, vão tornando-se evidentes os espaços em que o tradicionalismo nas relações sociais prepondera, subalternizando grupos sociais e reproduzindo valores de perpetuação da dominação e da desigualdade. O espaço rural constitui-se como um dos cenários em que, se por um lado tais desigualdades fundamentadas no tradicionalismo das relações sociais – patriarcais – se evidenciam, por outro lado, torna-se possível a denúncia e os processos de mobilização política e social das mulheres.

A militância política das mulheres rurais nos movimentos sociais brasileiros tem início nesse período, quando elas começam a participar ativamente de sindicatos rurais e a montar suas próprias organizações autônomas (Kroht, 1996; Lusa, 2009). Ao se inserirem nos sindicatos, elas percebem como é difícil quebrar a hierarquia e os preconceitos que fundamentam as relações nas instâncias de poder das estruturas representativas. E o reconhecimento deste desafio, mas também da necessidade de romper com a perspectiva de dominação e desigualdade, provoca a luta por reconhecimento dentro das instâncias de poder, desde as relações familiares, às comunitárias, sindicais e político-legislativas-executivas.

Surgem no Brasil vários movimentos sociais, muitos dos quais têm caráter feminista. Esses dirigem-se para a conquista de espaços e de direitos sociais para a mulher. O Movimento das Mulheres Camponesas é um destes movimentos que surgem neste cenário político.

Uma conquista importante das mulheres camponesas foi o direito à propriedade da terra, concedida na Constituição de 1988, atingida devido à extinção da tutela masculina nas relações conjugais. Naquele momento o texto Constitucional definia que, “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidas ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil” (Brasil, Art. 189 *apud* Deere, 2004, p. 176).

Outro fator importante que Lusa (2017) afirma colaborar na inserção da mulher na militância político-sindical é a consolidação do movimento feminista no Brasil, em meados da década de 1970. Esta inserção possibilitou a diferenciação de uma geração de mulheres e sua forma de pensar, causando uma abertura nas instituições sociais e políticas possibilitando a ampliação no espaço de atuação pública na sociedade. Essa condição de resistência da mulher no movimento feminista remete.

[...] À radicalidade posta, então, na questão da mulher como uma questão fundamentalmente ‘conflituosa’, por contestar as relações de poder tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os âmbitos da sociedade, articulando as relações de gênero à estrutura de classes, [...] (Sarti, 2004, p. 37).

O movimento feminista desencadeia a participação da mulher em outros movimentos sociais, fazendo com que as experiências feministas se perpetuem e não atuem apenas na discussão de gênero, mas também na discussão de classe, raça, etnia, geração, envolvendo a totalidade social em que as mulheres se inserem e participam.

Os movimentos sociais de mulheres rurais cresceram em grupos organizados, dentre eles pode-se mencionar: os Coletivos Estaduais de Mulheres das Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados, Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, a Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste, o Movimento interestadual de Quebradeiras de coco, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR), o Movimento de Mulheres Negras e o Movimento de Mulheres camponesas (MMC) (Sales, 2007, p. 438).

Assim, a criação deste movimento não está desconexa das principais reivindicações de outros movimentos que surgem, de modo geral, nesse mesmo tempo histórico. Assim como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), reúnem esforços no sentido de romper com as relações sociais estabelecidas na sociedade burguesa, ampliando seus espaços de exercício da cidadania e trazendo a discussão da questão de gênero.

Mesmo com todo este histórico da luta das mulheres em movimentos sociais e de outras formas que possam existir, se faz necessário continuar, pois a luta pelos direitos das mulheres, ou melhor, a luta pelo acesso aos direitos das mulheres é longa, árdua e está longe de chegar ao limite.

#### **4.6 Mulheres no MAB**

A partir da forte presença das mulheres no Movimento, o MAB (2015a) vem buscando compreender que o enfrentamento ao sistema capitalista não existe sem luta feminista, pois o capitalismo necessita ter como base a divisão sexual do trabalho, sendo um sistema patriarcal que explora as mulheres de forma diferenciada (Federici, 2017; Saffioti, 2013, 2015).

É com esse entendimento que o Movimento dos Atingidos Por Barragem, que se constrói a partir da década de 1970 em resposta às situações locais e materializadas, da construção das barragens em Itaipu (PR) e Itaparica (BA), vem discutindo as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres atingidas. Entende-se que a subordinação das mulheres tem início com a propriedade privada, tornando-se muito evidente quando chegam os empreendimentos hidrelétricos, obras hídricas e barragens nas regiões.

Nesse sentido, além do impacto material (perda da casa, moradias, realocação de comunidades, cidades, entre outras), tais obras ocasionam impactos de ordem emocional, imaterial e psicológica, alterando a vida comunitária, costumes, laços sociais, culturais e históricos de comunidades e regiões. Desse modo, o Movimento possui como uma de suas intencionalidades contribuir com a formação das mulheres como “sujeitas ativas do processo político e organizativo do movimento” para viabilizar “a emancipação e auto-organização das mulheres [...]” (MAB, 2015a, p. 47), proporcionando mais espaço de atuação e militância feminina, estimulando a problematização das relações de gênero dentro dos lares e comunidades, promovendo o fortalecimento do Movimento na luta contra hegemônica.

O primeiro Encontro Nacional das Atingidas por Barragens aconteceu no ano de 2011, em Brasília, contou com a presença de mais de 500 representantes de 16 estados brasileiros, além da participação de representantes de movimentos sociais nacionais e internacionais. O evento teve como tema “*Mulheres em luta por direitos e pela construção de um novo projeto energético popular*”, debatendo o atual modelo energético e as consequências da construção das barragens na vida das mulheres. A partir disso, também havia como objetivo denunciar à sociedade a violação de direitos humanos sofrida pelas mulheres atingidas durante esses processos (MAB, 2011a).

Durante o Encontro, foi lançado o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do CDDPH, o qual registra oficialmente que as mulheres são a parcela da população mais atingida. Fundamentadas nisso e compreendendo que, para além da luta contra o modelo de desenvolvimento, é necessário considerar as suas reivindicações específicas, foi criado o Coletivo Nacional das Mulheres Atingidas por Barragens, buscando assim uma maior mobilização e politização das mulheres atingidas (Ertzogue, 2016).

O Encontro contribuiu com a tomada de consciência de nós mulheres atingidas, tanto contra o modelo energético que tem um baixo custo na geração de energia elétrica e cobra taxas altíssimas no processo de distribuição desta mesma energia para a população, quanto nos conscientizou de que temos direito a mais espaço e reconhecimento dentro do Movimento. Por exemplo, participar dos espaços de formações, reuniões, negociações e tomadas de decisões com as empresas e órgãos responsáveis pela construção dos empreendimentos hídricos (MAB, 2011a). Outro importante fruto foi a *Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB*, na qual as atingidas de 16 estados brasileiros e da Argentina, Paraguai e México, denunciam as formas materiais e imateriais as quais são afetadas pelo modelo de sociedade e o atual modelo energético, afirmando no texto que:

Não há reconhecimento do trabalho doméstico e do campo; pela perda do trabalho e da renda; pela ausência das mulheres nos espaços deliberativos; Pela não qualificação das mulheres do campo para o trabalho urbano; A forma autoritária e truculenta com que os funcionários das empresas tratam e discriminam as mulheres; ausência de serviços básicos que inviabilizam a mobilização e a participação das atingidas; perda dos vínculos com a comunidade; perda e quebra dos laços familiares; agravamento da violência sexual e da prostituição (MAB, 2015a, p. 42).

As formas como elas são tratadas pelos representantes da empresa construtora, pelo Estado e pela sociedade em geral são demarcadas nesse depoimento, no qual as mulheres, quando questionadas sobre a possível existência de diferença entre ser homem ou mulher atingida, nos reportam aos seguintes elementos:

O homem atingido, geralmente é considerado o sujeito, por que quando os técnicos das empresas chegam para solicitar qualquer coisa, procura pelo chefe da família, ele quem é procurado para ir nas reuniões, pra escutar as propostas que a empresa apresenta. Eles quem ficam com as informações, eles quem decidem o que fazer. Nós mulheres ficamos em casa cuidando da produção, da família, de todos os afazeres. (Depoimento de Lírio, 31 anos – Bezerra, 2018, p. 47).

Isso nos remete à ideia de que não é levado em consideração o papel que as mulheres cumprem na propriedade e em suas casas, pois são elas que estão no dia a dia cultivando e semeando as hortaliças, cuidando dos afazeres domésticos e dos filhos, e ainda se ocupam dos espaços coletivos da comunidade, como espaços de reunião e da igreja, pelos quais são responsáveis pela limpeza, ornamentação, preparação de alimentos e serviço em dias de festas. Funções que continuam se resumindo ao âmbito do cuidado.

A *Carta* propõe ainda: a organização de todas(os) trabalhadoras(es); a continuidade do avanço nos espaços de formação; o estímulo ao protagonismo das mulheres e a construção de uma unidade da classe trabalhadora com os povos da América Latina. Desde então, o Coletivo Nacional de Mulheres Atingidas por Barragens vem atuando nos territórios com trabalhos de mobilização e processos de formação<sup>4</sup>, onde, a partir de estratégias do Movimento, as mulheres são incentivadas a participarem do MAB e qualificam a sua formação política (MAB, 2011b).

Como resultado desta luta e resistência, o MAB possui uma política de representatividade, nas comunidades, assentamentos e reassentamentos onde foram realocadas as atingidas/os, formam-se os grupos de base para que as lideranças sejam permanentemente

---

<sup>4</sup> Os Trabalhos de mobilizações é realizado nas comunidades de duas formas, primeiro visitamos as residências dos atingidos e os convidamos para participar da reunião na comunidade e em segundo é a realização da reunião comunitária, na qual trazendo o uma breve análise do atual cenário político nacional, discutimos a pauta de reivindicação e os problemas da comunidade. O MAB, também desenvolve projetos em convênio com o governo do estado para realizar encontros estaduais de formações política com os atingidos de todo o estado. Nestes encontros se faz uma análise política mais aprofundada do cenário Internacional e Nacional, faz se estudos das temáticas Capitalistas, Marxistas, Feministas e elabora se estretejas e o plano de lutas dos atingidos.

uma mulher, um homem e um jovem. Em algumas regiões, como no Nordeste brasileiro, como é o caso do Ceará, as mulheres estão na linha de frente do Movimento, acontecendo de ter territórios onde a coordenação é composta apenas por mulheres, onde ainda, as mulheres são a maioria nas plenárias e nos grupos de base. São estas mulheres as principais lideranças nas comunidades de atuação do MAB, que compõem o coletivo de mulheres no estado do Ceará, que estão organizadas produzindo hortas comunitárias, artesanatos, e participando de processos de formação política. Estas mulheres em sua grande maioria são agricultoras, mães e as responsáveis pela organização e cuidados com suas casas, desafiando-se a construir protagonismo, empoderamento e emancipação feminina.

No entanto, não podemos negar que, mesmo o MAB sendo um movimento social que fortalece a organização do coletivo de mulheres e como já citado são as mulheres que mobilizam, organizam e estão à frente destes processos nos territórios, ainda se deixa muito a desejar na relação entre a igualdade de gênero dentro desta organização. Por exemplo, três vezes por ano acontece o seminário nacional das coordenações estaduais do MAB que reúne entre 120 e 150 coordenadores/as estaduais e que dura entre 8 e 10 dias. Durante esses seminários, apenas um dia está reservado para a reunião das mulheres coordenadoras/dirigentes, ou seja, a prioridade é sempre a discussão geral da pauta, estudo, análise e avaliação da organização. Outro exemplo é que muitas vezes nas mesas de debates, geralmente só se tem uma mulher representante do MAB, nas reuniões com parlamentares, em sua maioria, sempre a presença é masculina, situações e práticas que são reproduzidas nas direções estaduais onde o movimento tem atuação.

Mesmo diante de todas estas problemáticas uma outra forma de resistência e de luta das mulheres atingidas por barragens é a participação no projeto: *Arpillera*. *Arpillera* é uma antiga técnica têxtil e folclórica chilena nascida em Isla Negra, na qual as mulheres utilizam como tela pedaços de saco de juta – *arpillera* em espanhol – e bordam com retalhos, lãs e linhas coloridas, além de bonecas preenchidas com tecido que dão forma e relevo à arte (MAB, 2015a).

A história das *arpilleras* políticas é bordada a partir da expressividade de força empenhada pelas mãos e corações de mulheres chilenas durante o regime ditatorial (1973-1990). A ditadura vivida no Chile atingiu as mulheres de forma singular. Além de cidadãs com liberdade cerceada, eram mães, esposas, filhas e irmãs que se tornaram órfãs dos presos políticos desaparecidos. Em resposta a esse autoritarismo, as mulheres buscaram outras formas de denúncia e, acima de tudo, sobrevivência. Os homens prisioneiros políticos eram os

provedores de seus lares; logo, seu desaparecimento deixou famílias em extrema pobreza. Muitas mulheres, que antes não haviam trabalhado fora de casa, encontraram-se nessa situação com filhos para alimentar, casas para sustentar e a dor pela falta de informação sobre seus entes queridos.

De acordo com Fernandes (2018, p. 26), na ditadura vivida no Chile, mães, esposas, filhas e irmãs que se tornaram órfãs dos presos políticos desaparecidos, buscaram alternativas para a crise econômica e, principalmente, para apaziguar a dor. Por meio de ferramentas materiais e imateriais, as mulheres realizaram o registro – histórico e artístico – da violação de direitos imposta à toda população chilena durante o regime ditatorial. Assim, surgiram espontaneamente as primeiras *arpilleras* políticas. Agosín (2008) explana que, nesse momento, nasce uma estratégia alternativa que, além de impulsionar o enfrentamento à ditadura militar com suas denúncias e histórias bordadas, promovia a reflexão sobre os direitos humanos e a posição das mulheres como agentes políticas. As *arpilleras* surgiram como a voz de uma sociedade silenciada autoritariamente.

O processo terapêutico e de alternativa de renda transformou-se em encontros de debates sobre a realidade imposta politicamente. As mulheres *arpilleristas* foram o primeiro foco de resistência contra a ditadura militar chilena, incitando o renascimento das organizações populares do Chile (Agosín, 2008). Elas passaram a ser consideradas subversivas pela ditadura chilena. Nesse sentido, os encontros das *arpilleristas* aconteciam de forma secreta, desde o momento de bordar até exportar as *arpilleras*. Isso porque as costuras realizadas no Vicariato eram nutridas por debates político-econômicos, ainda sobre os direitos humanos e os direitos das mulheres.

Adams (2002, p. 30) relata que muitas vezes as mulheres escondiam as *arpilleras* em suas saias para levá-las ao *Vicariato*, responsável pelo contato com os interessados solidários à causa. Dentre esses, muitos compunham Organizações Não-Governamentais (ONGs), organizações pelos Direitos Humanos e grupos de exilados chilenos na Europa e na América do Norte. A partir desses contatos, as *arpilleras* tornaram-se públicas, expostas e compartilhadas em universidades e campanhas pelos Direitos Humanos, transformando-se em instrumentos de denúncia da realidade enfrentada no Chile (Adams, 2002).

Hoje, o trabalho das *arpilleristas* é reconhecido e reproduzido por todo o globo. De tapeçarias da difamação, como o governo militar as nomeava, as *arpilleras* foram transformadas em patrimônio cultural do Chile, representando uma identidade original da América Latina. Essa arte permanece como o registro vivo de uma história intencionalmente ocultada.

Deteve como primórdio a exposição “*Arpilleras* da resistência política chilena” realizada no Brasil no ano de 2011, no Memorial da Resistência, São Paulo, através de uma oficina de *arpilleras* facilitada por Esther Vital, com a participação de mulheres da Coordenação Nacional do MAB. Desponta então, a inspiração para apresentar a técnica têxtil chilena para as mulheres atingidas, a partir de uma estrutura organizativa já presente no Movimento. Isto é, havia a concepção de introduzir as *arpilleras* como instrumento agregador aos processos de formação e organizativos já proporcionados para as mulheres atingidas. O MAB objetivou a construção e difusão das *arpilleras* no Brasil, com intuito de desenvolver um processo de formação e organização direcionado ao empoderamento das mulheres para que elas sejam as protagonistas da luta por direitos de emancipação. A construção deste espaço e metodologia foi a forma encontrada para que as vozes das mulheres sejam ouvidas, esta ferramenta facilita o diálogo, a análise e a denúncia da violação dos direitos sofridos pelas mulheres atingidas, mas acima de tudo é uma forma de transgredir.

Surge então, uma oportunidade de parceria entre o MAB e a União Europeia, onde as mulheres do Coletivo Nacional desenvolvem o projeto e programa pedagógico “*Arpilleras: Bordando a resistência*”, realizado entre os anos 2013 a 2015. Visto que havia o relatório CEAB/CDDPH (2010), o Projeto possuía como objetivo principal uma documentação popular sobre as violações de direitos sofridas pelas mulheres atingidas. Por meio das *arpilleras*, as mulheres poderiam protagonizar e externalizar as denúncias sobre as violações padecidas.

Para isso, inicialmente, 11 militantes brasileiras do MAB participaram de um encontro com Roberta Bacic, pesquisadora e curadora internacional da exposição “*Conflict Textiles*”, a qual reúne *arpilleras* produzidas por mulheres em conflitos de diversos países e militantes dos direitos humanos da Argentina e do Chile, em Buenos Aires, 2013. Realizado no marco da exposição internacional “*Retalhos Testemunhais: Arpilleras do Chile e outras latitudes*”, durante o qual ocorreram oficinas e estudos para que as atingidas se apropriassem da história e técnica têxtil. Durante esse processo de imersão, foi realizado um plano de trabalho para a execução do programa pedagógico para as mulheres atingidas, com a utilização das *arpilleras*. Esse momento também proporcionou a confecção da primeira *arpillera* do MAB.

Com o retorno das militantes do MAB ao Brasil, realizou-se uma oficina nacional para cerca de 50 mulheres atingidas, onde essas se tornariam as facilitadoras nas suas regiões. Assim, a técnica de bordado foi – e segue sendo – propagada entre as mulheres atingidas das cinco regiões do país, através de oficinas de capacitação e documentação têxtil, como expõe Penzani (2015).

As oficinas regionais e locais foram planejadas a partir do contexto enfrentado pelas mulheres em cada território. No âmbito nacional, estruturou-se os seguintes eixos de diálogo para ter como inspiração: mundo do trabalho, dialogando com a divisão sexual do trabalho; participação política; relação com as construtoras das barragens; convivência familiar e comunitária; violência contra as mulheres; e acesso à energia. Temas estes que dialogam com as violações experienciadas pelas mulheres atingidas. As oficinas ocorrem como parte dos Encontros de Mulheres realizados pelas coordenações do MAB, outras vezes tornam-se o próprio encontro. Os passos para a confecção do bordado são:

1. Apresentar contexto-histórico das *arpilleras* chilenas;
2. Dialogar coletivamente as violações de direitos nos territórios das mulheres;
3. Sintetizar os principais pontos a serem bordados. Pode-se realizar um desenho para ser o referencial/planejamento da *arpillera*.
4. Seleção dos tecidos e divisão coletiva dos bordados;
5. Bolso secreto no verso da *arpillera* para a documentação: carta escrita pelas atingidas que bordaram, contando o que estão expressando na *arpillera*, quem são as *arpilleristas*, o local e a data da confecção.

A coordenadora do MAB, Neudicléia de Oliveira (*apud* Weimann, 2015), explica que o resgate da técnica chilena, realizado pelas mais de 100 oficinas oferecidas pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, alcançou mais de 900 mulheres atingidas de 14 estados brasileiros, entre os anos de 2013-2015.

Sobre a contribuição do bordado coletivo para a vida das mulheres as *arpillera* é uma forma de assistência ao processo de empoderamento vivido por elas. A militante reflete sobre “a resignificação do papel da costura na vida das mulheres” proporcionado pela transformação do bordado, anteriormente “forma de subsistência (...) agora ferramenta de luta”. O debate sobre os conflitos vividos pelas mulheres, proporcionado pelas oficinas de produção coletiva das *arpilleras*, assim como o seu caráter político, são elucidados por Neudicléia de Oliveira, ao afirmar que “na guerra das barragens, o bordado virou arma política (FERNANDES, 2018, p. 31).

Inicialmente, foi produzido o acervo bordado pelo Coletivo de Mulheres do MAB, no qual foi retratado nos bordados o direito conquistado pelas mulheres de participação política e à presença no espaço público, exposto no Memorial da América Latina, em São Paulo, na mostra internacional “*Arpilleras – Bordando a Resistência*”. A exposição foi dividida em duas sessões. A primeira, batizada “Atingidas por Barragens: Costurando os Direitos Humanos”, apresenta 25 *arpilleras* que simbolizam a “transformação de vítima a defensora dos direitos humanos” (Figuras 11 e 12). A segunda sessão conta com a coleção “*Conflict Textiles*”, a qual

exibe 12 instrumentos de resistência de mulheres chilenas, peruanas e europeias, conforme Fernandes (2018) e Exposição (2015).

Figura 11 – *Arpilleira* direito já



Fonte: Acervo nacional do MAB (2014).

Figura 12 – *Arpilleira* dupla violação do trabalho das atingidas



Fonte: Acervo nacional do MAB (2014).

Figura 13 – *Arpilleira* onde está nossos direitos



Fonte: Acervo nacional do MAB (2014).

Com a exposição das *Arpilleiras*, Fernandes (2018) afirma que foi alcançado um objetivo ainda maior do que se planejava de “denunciar à sociedade brasileira e internacional a violação de direitos das mulheres que foram atingidas por empreendimentos hidroelétricos no Brasil, especialmente”. Foi produzido um documentário para contar as histórias de vida, de luta e resistência, bordadas nas *Arpilleiras* brasileiras. O documentário, regado a uma rara sensibilidade, retrata o protagonismo das mulheres – as quais são as mais atingidas – na luta por direitos, por elas, por suas famílias e por suas comunidades, afirmando o que é comum às mulheres atingidas ao mesmo tempo que revela as suas histórias singulares.

O documentário "*Arpilleiras – Bordando a Resistência*", sob a direção da jornalista catarinense Adriane Canan, foi financiado coletivamente através da plataforma *online Cartase*. O documento teve sua estreia realizada com a presença de aproximadamente 400 pessoas no Cine Odeon, Rio de Janeiro-RJ, no dia 29 de agosto de 2017. Foi lançado em outras cidades do Brasil, como, por exemplo, Florianópolis e São Paulo, seguindo em lançamento por outras capitais brasileiras. No Ceará, o documentário foi lançado em 28 de abril de 2018, no Cineteatro São Luís, em Fortaleza.

E assim, as mulheres atingidas por barragens seguem resistindo, lutando e bordando suas reivindicações por direitos e justiça diante de tantas violações sofridas pela implementação destas grandes obras hídricas, onde na guerra das barragens, o bordado virou ‘arma política’.

## 5 AS MULHERES DA COMUNIDADE ALAGAMAR ATINGIDAS PELO CASTANHÃO

O grupo de entrevistadas foi constituído por 10 moradoras da comunidade Alagamar. Este grupo foi dividido em duas categorias definidas pela idade. A primeira categoria será composta por mulheres com uma faixa etária entre 45 e 65 anos, e o segundo grupo será de mulheres com idades entre 20 e 35 anos. A divisão dos grupos teve por objetivo compreender e fazer uma análise da perspectiva de como cada atingida de cada grupo vivenciou o processo da construção da barragem e como foi suas vivências pós construção da barragem no novo reassentamento Alagamar. Sendo assim, criamos um quadro para cada entrevistada, no qual constam as perguntas do questionário e a transcrição das respostas dadas por elas.

### 5.1 Resultados e discussões do 1º grupo de entrevistadas

Na sequência, descrevemos os resultados do primeiro grupo de entrevistadas, com idades entre 45 e 65 anos:

Quadro 2 – Depoimento das participantes atingidas

1º Atingida – grupo 1. Idade: 63 Localidade de origem: Alagamar antigo      Ano de saída: 2004 Moradia atual: Novo Alagamar      É reassentamento? Sim (X) Não ( ) Estado civil: Casada      Nº de filhos: 4 filhos	
PERGUNTAS	DESCRIÇÃO DA FALA
1. Como era sua vida antes da barragem?	Tinha-se uma vida simples de trabalho na roça, realização nos afazeres domésticos em sua casa e o cuidado com os filhos.  Amorava próximo ao rio Jaguaribe e mantinha uma relação com o rio de lavar roupa, de banha e buscar água para o uso doméstico da minha casa e afirma que realizar tudo isto com satisfação, sem reclamações e tinha-se a sensação de a duração dos dias eram mais longos naquele tempo e hoje os dias parecem mais curtos e o tempo não é suficiente para fazer tudo que se planeja durante o dia.  Gostava do Antigo Alagamar principalmente e de ir para os festejos da abertura do natal na praça da

	antiga cidade de Jaguaribara era muito bom e lá encontrava todos os conhecidos e amigos.
2. Para você, o que significa essa barragem?	Mudanças, a barragem foi sofrimento, moramos dois anos em barracos de madeira que mal cabia nós dentro. Mas, se obteve melhoras com a barragem depois da mudança para novo Alagamar tem-se água encanada nas nossas casas, e terra para produção. Mas, mesmo assim com todas as dificuldades a atingida relata que gostava mais do Alagamar velho por que conseguia ver todos os seus amigos e vizinhos e os tempos eram melhor.
3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?	Só conheci o MAB durante o a construção da barragem, e sempre Zé e Valdo iam lá em nossa casa convidar meu marido para as reuniões, (lideranças local do MAB).  O convite para participar das reuniões na comunidade com o governo sempre chegava para o meu marido (o homem) e quando o mesmo não podia participar ai era que convidava nós mulheres ou quando chamavam para me assinar algum documento e assim que se dava a participação nestas reuniões com presença do governo.  A participação da atingida se dava com mais frequência em reuniões quando era só com as mulheres e para fazer a limpeza da igreja, do salão para reuniões e ajudar na preparação da alimentação em dias de reuniões com membros do governo. Depois da mudança para o novo Alagamar teve uma participação mais incisiva nas reuniões e atividades do MAB e com as mulheres.
4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?	Impactos de violência sofrida em uma tentativa de assalto após receber o dinheiro da indenização da sua casa que ficava velho Alagamar;  O afastamento da família e dos amigos.
5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?	Sim, a impossibilidade de não poder participar das reuniões com o governo, pois o convite só chegava para homens e só quando o mesmo não podia participar, era que a mulher participava, isso no antigo Alagamar, pois ao se convidar o homem para participar das reuniões se falava que se o marido não possa ir, ai a mulher iria (representantes do governo que tinha estas falas).
6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?	Sim, melhorou um pouco só depois da mudança física para novo Alagamar, pois amentou-se quantidade de vacas leiteiras, mas não foram mudanças tão significativa.

7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?	Não, realizo o trabalho doméstico e do cuidado da sua casa, mas não há remuneração.
8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?	Sim, aposentadoria rural.
9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?	<p>Familiar - Os pais da atingidas se mudaram e foram morar na cidade da nova Jaguaribara, e como fica mais distante a mesma não se consegue visitá-los com frequência.</p> <p>Amigos e vizinhos – Todos se conheciam e tinha-se um convívio de amizade diário no antigo Alagamar, todas as noites sentava-se nas calçadas das casas dos vizinhos para socializar. E no novo Alagamar, quebrou um pouco esta vivencia da vizinhança, pois como as casas ficaram mais distante umas das outras e algum vizinho mora em vilas mais distantes consequentemente diminuído a frequência dos encontros, e os encontros acontece mas na igreja nos dias que se celebra as missas.</p> <p>Praticas religiosas - organizava-se a capela, a programa dos festejos religiosos, e toda a comunidade e comunidades vizinhas participava em conjunto e com muita alegria. No novo Alagamar a atingida relata que os festejos religiosos tiveram o número de participantes reduzidos e já não sente tanta vontade e animação para ir nós festejos da igreja.</p>
10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?	A atingida não conseguiu responder com precisão, mas relatou que se faz necessário uma assistência técnica para melhora a produção leiteira e os plantios nos lotes irrigados.
11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?	Sim, Existia uma diferença na forma de tratamento dado as mulheres por parte do governo nas decisões, pois só se convidava os homens (maridos) para participa das reuniões.
12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?	A atingida relata que ser uma mulher atingida é se desafiar a entender que não é justo que seja só responsabilidade dela o cuida da sua casa, dos meus filhos e me preocupar com o todo e achar normal tudo isto, que o processo de participar nas reuniões com as mulheres foi entendendo que não deve ser só ela a realiza todos estes serviços em casa isto, pois havia aprendido sua mãe que tudo isto era função das mulheres.
13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?	A participante não respondeu.

14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?	<p>A Construção do novo assentamento Alagamar, a conquista das casas para moradia, os lotes para produção irrigados, sistema de abastecimento de água nas suas casas.</p> <p>Como mulher a conquista liberdade para sair que antes não tinha.</p>
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

### Quadro 3 – Depoimento das participantes atingidas

<p>2º Atingida – grupo 1.</p> <p>Idade: 53</p> <p>Localidade de origem: Antigo Alagamar      Ano de saída: 2004</p> <p>Moradia atual: Novo Alagamar      É reassentamento? Sim (X) Não ( )</p> <p>Estado civil: Casada      Nº de filhos: 4 filhos</p>	
PERGUNTAS	DESCRIÇÃO DA FALA
1. Como era sua vida antes da barragem?	<p>O relatou que antes da barragem morava na beira do rio, pois o Alagamar ficava as margens do rio Jaguaribe. Descreveu que não tinham casa própria e mudavam com frequência por que moravam em casas cedidas por fazendeiros. Trabalhava de agente de saúde, mas mesmo assim a remuneração que era pago a atingida não era suficiente para comprar ou para construir sua casa e financeiramente era praticamente impossível naquele tempo.</p>
2. Para você, o que significa essa barragem?	<p>Na entrevista a participante relata que no primeiro momento ao receber a notícia da construção da barragem o sentimento de medo, de insegurança, de muito espanto predominou, pois seria inundado tanto a cidade de Jaguaribara quanto o Alagamar. Quem tinha terra ia receber uma indenização e quem não tinha ia para onde? Como que ia fica e este era o maior medo, pois não sabia-se o que ia acontecer.</p> <p>E mesmo não tendo terra e nem a casa própria nem condições financeiras tão boas, a atingida destaca que aquele era o lugar que moravam e tinha-se muito amor pela comunidade e era onde estevava suas origens.</p>
3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?	<p>A participação se iniciou-se com chegada da notícia da construção do Castanhão, Zé meu companheiro já vinha participando da do CMDS –Comissão Municipal de Saúde) em Jaguaribara, e se preparava para trabalhar como agente de saúde e foi através destas participações que ele foi</p>

	<p>para uma reunião do MAB em São Paulo articulado pela irmã Bernardete (articuladora da igreja católica), iniciou-se assim o desenvolver deste trabalho e sempre que possível participava junto, Minha Participação sempre se deu na comunidade, pois não tinha como participar em espaços externos levando elevar as crianças junto, então alguém tinha que fica em casa e era sempre eu que ficava, Zé meu marido quem participava de todas estas agendas externa a comunidade, como as reuniões em Fortaleza, encontros do MAB em vários locais em outros estados. Então quem ficava para cuidar dos filhos, para trabalhava de agente de e as outras obrigações era minha de cuida, de orientar de estar fazendo e dar base para as crianças e esta era a realidade. No período da construção da parede aconteceram algumas mobilizações, conseguir participar de um ou outra, mais sempre foram participações rápidas pelo fato de que meus filhos eram crianças naquele período e não tinha como ficar por muito tempo com crianças naquelas ações, um exemplo foi uma paralização feita no canteiro de obra da parede da barragem que nós fomos, mas ficamos por pouco tempo naquele espaço e logo voltei para nossa casa com meus filhos, enquanto isto seguia a ação de paralização e negociações.</p>
<p>4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?</p>	<p>Como tem vários impactos, um dos principais é o medo de perde o lugar que nascemos e nos criamos.</p> <p>Quebra dos laços familiares com meus pais que forma moram no município de Aracati –CE e perca dos vínculos comunitários e com o rio pois morávamos muito próximo.</p> <p>A mudança de município, pois o antigo Alagamar pertencia territorialmente ao município da cidade de Jaguaratama-CE e com a mudança da sede da mesma e a construção do novo Alagamar na chapada ficou em uma distância de 72 km para a nova Jaguaribara. E o IBGE comprova anos depois que a novo Alagamar estava em um território pertencente ao município de Jaguaratama - CE e passa a pertencer e foi um impacto muito grande principalmente para os idosos que queriam continuar pertencendo a Jaguaribara e isto causou muitos conflitos e mau estavam por parte das pessoas que estavam organizando esta questão da mudança municipal.</p> <p>Teve tudo isto de morou em barracos de madeira que foi um impacto muito forte, pois falavam que</p>

	<p>o Castanhã ia passar 20 anos para encher e foi praticamente um mês para ele encher e com esta história que ia demora e que não precisava pressa por que o Alagamar estava no final do lago e o lago enche e inunda nossas casas teve-se que tirando as coisas (mobilha) com a água entrando isto causo muito impacto, pois foi necessário ficar morando provisoriamente em casas de parentes e naquela agonia esperando a construção dos barracos de madeirite ai terminava hoje e a família já entrava amanhã por que não tinha onde ficar e moramos uma ano e seis meses nos barracos e foi também o ano que se fez mais lutas e mobilizações para conseguir a construção do novo Alagamar.</p> <p>Muitas pessoas também sofreram com isto ao ponto de não conseguem nem verbalizar o que sentiam, teve alguns casos de depressão, pessoas que adoeceram e teve até casos de suicídio.</p> <p>Depois que o lago enche vieram muitos pescadores de outras cidades e até outros estados morar entorno do lago e foi muito difícil por que como e começou muitos casos de violência e drogas e de mortes e até o Alagamar ficou muito manchado (associado como uma comunidade violenta) por causa desta quantidade de mortes dos pescadores e violência entre eles e como viam beber aqui (na comunidade Alagamar) isto gerou muitos conflitos e foi muito difícil e agente passou um período muito difícil quem estava à frente dos processos na coordenação lutando pra conseguir as coisas e para construir e garantir os direitos das pessoas acaba sofrendo muito e carregando uma fardo muito grande de responsabilidades e de crítica pois tinha muitas pessoas que não entendia direito o que estava reivindicando e ficava criticando e muitas vezes até entende o processo mais é tão mesquinho que prefere ficar torcendo para que as coisas não der certo.</p>
<p>5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>Sim, da não participação das mulheres, normalmente não é nem normal isto, mas é a realidade da mulher que tem sempre que ficar em casa e eu sempre digo aqui a Marina (filha), eu tenho muita vontade de fazer uma arpillera com uma casinha a mulher na porta e os filhos e marido saindo para a luta por que é isto que me representava, por que eu sempre ficava e Zé ia, na história eu fique e praticamente vivia só e Zé na luta ai depois que os meninos (filhos) cresceram foram os meninos que saíram, foi Marina a primeira a sair para a luta (MAB) para a</p>

	<p>universidade e depois Lucas começou a participar da luta (MAB) e depois Dalila e eu sempre fiquei em casa e eu queria muito ter ido, ter participado, mas não foi possível. Passei um período muito revoltada, muito indignada por ter sempre ficado em casa e também tive que assumir as responsabilidades com a criação dos filhos e o cuidado da casa e ainda trabalhava de agente de saúde, então Zé saía e as vezes eu até me culpo de algumas coisas por que eu acabei muito ficando com eles (filhos) e acabei trazendo muito este peso para me. A mediadora que participei dos processos da luta pelos direitos na comunidade fui ficando indignada pois tudo traz fardos muito pesados e fui ficando muito ranzinza com as coisas e à medida que fui envelhecendo continua batendo de frente e continua reclamando, me deparando com violências com falsidade, tive que ser forte muitas vezes querendo chorar, e acumulei estas coisas e fui carregando por muito tempo. Se todos estes fardos que as mulheres vêm trazendo pudessem ser compreendidas, por que foi muito difícil e muitas vezes as pessoas que estão dentro de casa não me compreendiam, se eu reclamava é por que eu gostava de brigar e não compreende e assim eu passei por um período que era trabalhar, trabalhar, trabalhar e morrer de trabalhar e eu não sabia renunciar, por exemplo um dia de domingo para me tinha está em casa era para lavar, varrer o terreiro fazer isto e fazer aquilo para manter a organização da casa, mas aí veio a pandemia que me serviu muito de lição e depois Marina (Filha) ficou muito aqui em casa comigo, depois disto comecei a participar da casa espírita e tenho buscado muito esta cura, por que assim na casa espírita é um espaço em que eu falo do que me dói, para me os espiritismo, todas as religiões são importantes, mas eu já venho da católica e não tenho esta visão que tenho no espiritismo hoje, até falo assim, o espiritismo é como se eu tivesse de frente para um espelho e vejo a mim mesma e não o outro e fui fazendo este exercício, pois já não aguentava de tanto sentimento que vai acumulando, revolta e vai guardando e vai enchendo e vai adoecendo sabe. Neste período na casa espírita está me fazendo compreender muita coisa, está dor que eu carregava, este fardo, precisava me libertar disto e que as vezes eu ainda digo assim, eu trago isto por que sou uma mulher atingida, eu tive meus direitos violados na construção de barragem né, de violência, de mudanças, de luta neste processo que foi muito dolorido para Zé, mas eu também recebia</p>
--	---

	<p>pancada né, por que eu estava ali todos os dias nas casa eu via, ouvia e sentia tudo isto e foi muito difícil, a gente sofreu violência por causa da luta, teve um tiroteio lá em casa para nos amedrontar e isto foi muito cruel. E como eu ficava muito aqui e não saia para outras atividades fora sofria mais ainda. Este processo que estou vivendo agora na casa espirita tenho aprendido muito e tenho procurado muito esta cura e tenho encontrado, até assim, as pessoas que disseram, que sempre fizeram confusão com a gente, tenho procurado conviver de uma forma que não seja mais dolorido para me por que o problema é deles não meu e começar a admitir isto é muito libertador é muito libertador. Há um tempo atrás fui convidada para ajudar em um uma projeto para trabalha com águas e não fui ajudar e as vezes eu relato que naquela época eu não tinha condições de ajudar por que era eu quem estava precisando de ajuda, eu estava ferida eu não conseguia fazer e nem conseguia entender e nem ajudar ninguém e eu vou nesse processo de cura é um processo longo mais é necessário, eu já estou com 53 anos e quero transforma toda esta história que eu possa transforma ela só em história e não em dor, a gente não esquece toda esta vivencia, mas que ela não doa, não me faça sofrer, seja leve.</p>
<p>6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?</p>	<p>Mais ou menos, assim, em Jaguaribara agente recebia o incentivo (salário) era mais do que em Jaguaretama, mas em compensação com a mudança de município que acaba sendo uma consequência da barragem do Castanhão melhorou porque meu deslocamento para chegar em Jaguaribara era mais caro e agora gasto menos para chegar em Jaguaretama por que diminuiu a distância. Na construção da barragem nossos ganhos econômicos impactaram positivamente por que ganhamos a casa, a conquista da casa da terra para produzir.</p>
<p>7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?</p>	<p>Sim, continuo trabalhando como agente de saúde. Estava pensando em me aposentar, mais vou esperar um pouquinho, risadas de entrevistada...</p>
<p>8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?</p>	<p>Não.</p>

<p>9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?</p>	<p>Família - Separou muito por que mamãe foi morar na Santa Barbara (assentamento vizinho), Marli e Marlineide (irmão) acabou indo embora para outro canto (outros municípios) e eu acabei ficando sozinha.</p> <p>Religiosa – Estou participando da religião espírita.</p> <p>Trabalho - Quebra dos vínculos com os agente de saúde de Jaguaribara com a mudança de município para Jaguaretama e com esta mudança pra cá e as vezes eu tenho a impressão que eu ainda estou construindo laços com os novos colegas agente de saúde por que a cultura de Jaguaretama é outra, é diferente da de Jaguaribara por que assim um dia deste eu disse assim para um coordenador, fui explicando para ele que não sei se foi por causa da construção da barragem que as pessoas do Alagamar aprenderam a se organizar até os pequenos aprenderam a se organiza, a falar, a dizer as coisas e Jaguaretama não tem isto, tem muito a cultura do patrão, aquela educação onde a educação não é libertadora o oprimido se torna opressor eu vejo isto, tem muito isto e muitas vezes alguma pessoas querem que a gente obedeça, diga amém, baixe a cabeça e não é assim. Em uma reunião que o prefeito veio aqui ele disse que o Alagamar é diferente de todas as comunidades de Jaguaretama e as vezes isto impacta por que o Alagamar não espera, o Alagamar vai atrás pois não foi preciso o prefeito de Jaguaretama para construir o Alagamar, tem que respeitar, aceitar e dar os diretos que nós temos.</p>
<p>10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?</p>	<p>Tem grande, esta parte social de dívida deste apoio psicológico (profissionais) para nós ter entendido, compreendido melhor aquele processo, tudo isto por que a construção de uma barragem, quem passa por isto foi muito difícil e é para a vida toda e não tem como fugir disto, por mais que eu tente melhorar, hoje eu compreendo isto, por mais que eu busque esta cura em me, mas eu continue sendo atingida por barragem e isto é diferente é tanto que uma coisa que eu tinha muita dificuldade era na questão do rio, de ir na beira do rio, isto me doía muito sabe por que me lembrava, só que eu comecei a ir buscando esta força na água, buscando este apoio toda esta cura para poder aliviar tudo isto, mas assim mesmo com esta compreensão que eu tenho, toda vez que vou lá é muito forte a sensação de ir na beira do rio, por que o rio é forte, quem nasceu na beira do rio, quem viveu na beira</p>

	tem uma relação com ele, gosto de ir lá, me sinto renovada, hoje, ante não eu não conseguia sentir a mesma coisa.
11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?	É eu acho que sim, por que a mulher acaba tendo um certo apego pela casa, por esta casa, por possuir esta casa, é muito forte isto e o homem já não é tanto não, há esta pergunta é muito complicada. Ficar em casa e tinha que assumir e dar de conta, há eu não erra mulher da luta, mas eu mesma fazia luta em casa, eu ficava só quando meu marido saia e cuidando de menino, menino doente sabe, eu tinha que educar, eu tendo que trabalhar, eu tendo que me preocupar com todas estas questões erra muito difícil, cuida de todos e fica em casa e só os homens saiam.
12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?	É ser forte em alguns momentos em que eu queria chorar, é ser forte na forma de se organizar, é ser forte para lutar pelos direitos de moradia descente. Assim na questão das mulheres é uma coisa assim, tivemos que se reinventar diante da construção e destas coisas para poder seguir e entender os processos.
13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?	É esta coisa de ser forte, ter que ser forte, ser durona, ter que toma decisões muitas vezes sozinha.  Ajuda na luta para manter as famílias unidas aqui no mesmo lugar, todas juntas que foi uma luta junto com MAB, organizando nesta época e fazia os questionários para saber quem queria ficar aqui no Alagamar, também era um motivo para se manter a luta e manter e os laços tanto familiares como comunitários
14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?	A questão da casa própria, o quintal, alguns não, mais muitas tem um pé planta, uma horta e é a mulher que tá sempre neste cuidado é o quintal das galinhas é a criação disto daquilo, e isto é muito importante, esta casa com energia, com água com este quintal. E assim no decorrer do tempo de lá pra cá já se passou muitas coisas e as conquista ela vem cada dia mais, a questão do filme das arpileiras, o trabalho das arpileiras feito pelas mulheres para dar autonomia as mulheres que eu tive oportunidade de participar isto é muito importante e está construção destas arpileiras e assim eu acho que uma das conquistas é as filhas das mulheres atingidas ter vez e voz neste processo atual como Marina, Dalila que começaram e isto é muito importante, as vezes qual a reflexão que eu

	<p>faço: eu não ia sempre era Zé e eu ficava com os meninos pequenos, mas ai o tempo foi passando e hoje elas vão para a luta e elas podem falar, e todo o esforço delas de estudar tá terminado o mestrado toda esta capacitação que Marina tem das coisas, ela estava aqui na construção do projeto em parceria com o INEC que reuni o grupo de mulheres e já terminou, depois este projeto foi apresentado para escolher o projeto do festival de Cultura do Alagamar e é muito bom ver Marina ali apresentando falando para as autoridades, prefeito, a primeira dama muito empolgada e Marina muito segura de si, eu sei que ela estudou que foi para a universidade, mas também fruto da vivencia que ela tem de mulher atingida de luta de militante e isto é muito gratificante, assim como Dalila também nos debates, nas lutas diárias e tá lá construindo e escreveu um livro o que não é fácil, mas está lá, mesmo que eu não fui, mesmo que eu fique só aqui, mais quando eu tenho oportunidade de fazer aqui, eu tento fazer, construir lá na casa espirita, tento construir no dia a dia incentivando outras mulheres a ir participando da ginastica, a caminha, a participar de algum evento por que é necessário que eu empodere outras mulheres, “ninguém solta a mão de ninguém” precisamos continua firme por que a nossa vida é todo dia e a gente precisa continuar uma segurando na mão da outra, incentivando para poder seguir, ou atingida por barragem, ou atingidas pela violência, pelo machismo, pelo preconceito é tanta coisa e isto não nós diminuem em quanto mulheres, só fortalece</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

#### Quadro 4 – Depoimento das participantes atingidas

<p>3º Atingida – grupo 1.          Idade: 59          Localidade de origem: Antigo Alagamar      Ano de saída: 2004          Moradia atual: Novo Alagamar      É reassentamento? Sim (X) Não ( )          Estado civil: Casada      Nº de filhos: 2 filhos</p>	
PERGUNTAS	DESCRIÇÃO DA FALA
<p>2. Como era sua vida antes da barragem?</p>	<p>No antigo Alagamar a gente vivia mais disperso as casas eram mais distantes, morávamos a beira do rio Jaguaribe se lavava roupa no rio, tomávamos banho no rio, íamos buscar água no rio para beber por que ninguém tinha água encanada, mas, mesmo assim, éramos muito felizes mesmo com todas as dificuldades.</p>

<p>2. Para você, o que significa essa barragem?</p>	<p>A construção desta barragem teve os dois lados, positivo e negativo, o negativo foi por que tirou todas as nossas raízes de lá, de onde nasci e construí família, dos vizinhos e viu tudo aquilo ser coberto pelas águas, ainda hoje a gente visita lá aonde era nossas casas (por que o nível da água do lago baixou e o antigo Alagamar ficou descoberto novamente) e sentimos aquele remorso, aquela tristeza, pois vivíamos ali, tive filhos e foi toda uma história, toda uma vida. Mas, assim, o lado positivo que através da nossa luta conseguimos casa, terra e com todos os direitos básicos que o ser humano necessita, foi o lado positivo que a gente teve.</p>
<p>3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?</p>	<p>O MAB sempre teve uma grande participação, com a construção da barragem o MAB chegou na comunidade a gente participava, neta época em 2004 quando nossas casas foram inundados foi uma luta grande para se conseguir tudo que a gente tem hoje, por que se não fosse o MAB nós ajudando na organizando, por que se fosse pelos políticos não sabemos nem o que teria sido de nós, não teve aquela coisa dos políticos se preocuparem com a gente antes das águas chegarem, por que nós fomos inundados, fomos para barracas de madeiras, mas foi uma luta grandes para se conseguir o que temos hoje. O MAB atuou e até hoje atua na comunidade trazendo benefícios para comunidade, mas naquele tempo a luta foi grande mesmo e eu sempre participei muito na comunidade como era também presidente da associação do Antigo Alagamar sempre tive presente nas reuniões e na luta toda.</p>
<p>4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?</p>	<p>O impacto foi grande, por que quando não esparras-se acontecer tudo aquilo que aconteceu, ver chegar as águas, ter que sair às pressas da sua casa, ver a água cobrindo nossas casa e isto foi um grande impacto não só para me mais para toda a comunidade do Alagamar e causou um grande alvoroço, por que muitos não tinha para onde ir e foram morar de 8 famílias em uma casa só e outros se mudaram para Jaguaretama, outros foram para outras comunidades, causou um grande impacto psicológico na pessoa e ainda hoje tem pessoas que tem este trauma de tudo que aconteceu no seu emocional e ninguém se preocupou com estas questões, por que assim nunca foram preocupações dos políticos (governantes do estado e representante do órgão responsável pela construção da barragem) de construir logo as</p>

	<p>residências para as pessoas e só pensava na construção da barragem e como a gente morava distante do porão da barragem eles achavam e nos dizia que tão cedo a água não vai chegar aqui, que só era com 10 anos que a barragem enchia né e por isto ele não se preocupava com a gente e por isto que a gente começou a se organizar para lutar pelos nossos direitos por que os governantes e políticos não estavam se preocupando com isto né e aqui na nossa comunidade a barragem encheu dentro de 15 a 20 dias de chuva.</p>
<p>5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>Neste tempo já participava de um pequeno grupo de mulheres, mas a gente não era vista, a gente se organizava aqui, mas lá no grupão a gente não tinha o direito de falar só participávamos da reunião, a fala nas reunião do grupão na comunidade só primeiro escutávamos os discursões dos políticos e governantes e só por fim que os representantes da comunidade nesta época era José Alvez e Josivaldo que iam apresentar a pauta da comunidade e os problemas e só tínhamos uma respostas na próxima reunião e só os homens que falavam, mesmo nós participando no grupo que sempre se reuniu e este grupo atua até hoje na busca de melhorias para a comunidade e não deixando acabar esta luta, mas naquela época nós não tinha este direito de falar.</p>
<p>6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?</p>	<p>Sim, lá no antigo Alagamar nós tínhamos plantio aguação com motores da água do rio, por que tinha a água do rio para aguação e tinha mais possibilidades para a gente criar mais os animais e até nossos motores de que puxava água do rio foram cobertos pela barragem a gente perdeu tudo, perdemos o meio de sobrevivência.</p>
<p>7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?</p>	<p>Não, eu era professora na época e hoje eu sou professora aposentada e a remuneração que eu tenho é só do meu aposento, me aposente desde de 2011, mas não tenho outras atividades remuneradas, só atividade domestica que não sou paga por esta.</p>
<p>8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?</p>	<p>Sim, aposentadoria.</p>
<p>9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?</p>	<p>Vizinhança - foi um impacto por que teve aqueles dos vizinhos de ante não são mais vizinho por que teve mudanças de vizinhança e o tempo mudou muito hoje eu sinto muita saudades do antigo Alagamar por que naquela época, mas, você sabe</p>

	<p>que tudo vai evoluindo, vai mudando, naquela época nós morava assim mais dispersos não era como aqui vizinhos com terreiro quase pregado, mas tínhamos uma laço de amizades maior, lá a gente sentava nas calçadas e enchia aquelas calçadas de gente de vizinhos para conversar, dialogar, rir, hoje eu sinto falta disto, é uma das coisas que sinto muita saudade, eu sempre digo, hoje se mora mais perto, mas eu me sinto mais distante, Festividades – religião - no antigo Alagamar era as festividades católicas, as festividades juninas, na escola éramos um grupo muito unido para construir as comemorações como dia das mães, dia dos pais e depois desta construção da barragem não sei se foi por conta de tudo que as pessoas passaram, mas as pessoas se distanciaram depois que passamos a mora aqui (novo Alagamar).</p> <p>Lutamos para manter o nosso grupo político aqui na comunidade para permanecer com estes laços, resgatando a cultura do antigo Alagamar, as vivencias, os valores para não deixar isto se acabar por que se este grupo que está afrente deixar se acabar, se acaba nossos costumes do antigo Alagamar.</p>
<p>10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?</p>	<p>Com certeza, uma dívida grande, por que nós viemos para este reassentamento lutamos por terra e moradia, conseguimos a terra, a moradia, mas não conseguimos produzir por conta dos governantes que não nos deu condições falta apoio assistência técnica que foi uma das grandes necessidades que sempre tivemos e não nos deram, assistência técnica. O interesse dos governantes é muito pouco em nos ajudar, só nos coloca aqui sem dar nem um subsídio e não temos muitas vezes alternativas de sobreviver aqui. Por que onde a agente morava tinha as vazantes dentro do rio mesmo e produzia e onde vai secando nas barreiras do rio plantava feijão, plantava batata, plantava sorgo, plantava milho e ali nada era agoado e não gastava ali, tinha o peixe e muita gente sobrevivia da batata, do feijão e do peixe e ali era só ir pegar seu peixe para o almoço e tudo isto se acabou. A ladainha do governo era falar que está barragem só ia encher em 10 anos.</p> <p>Faltou assistência psicológica para que nós entendêssemos todos este processo de violação de direitos que passamos.</p>
<p>11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem,</p>	<p>Sempre existiu estas diferenças, mesmo se participando do grupo que sempre teve a frente,</p>

<p>são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?</p>	<p>mas os políticos, empresas procurava os homens né, como se nós não conhecêssemos a história nem a vivenciasse do que estava passando, sempre participamos juntas em todas as reuniões, nas visitas em tudo se estava, era na luta (na comunidade), até que nós organizamos e fomos para a BR 116 fazer uma paralização para que fosse avançado as coisas que estava totalmente parada e fomos todos homens e mulheres.</p>
<p>12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?</p>	<p>Eu sentia que tínhamos que nos fortalecer como mulheres para lutar pelo melhor, e está barragem do Castanhão veio e fortaleceu nós mulher de algumas formas, aprendemos a luta, a se organizar mais pelos nossos direitos.</p>
<p>13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?</p>	<p>Um desafio era ter que se unir mais e se fortalecer para que a luta fosse igual não só para os homens, mas para nós mulheres também, por que não foi fácil quando fomos morar nos barracos de madeiras, lá nós mulheres modificamos um pé de manga em uma igreja, nós dávamos aula em um barracão de madeira e nós mulheres tivemos filhos ali, nós mulheres nos organizava para fazer a limpeza daquele assentamento, lá como era coletivo nós mulheres juntamente com Margarida que é agente de saúde e com a estávamos a frente para fazer mutirão, fazia celebrações religiosas, foi muito desafiador, mas estamos lá, era atendimento médico nos pequenos barraquinhos, mas se organizamos e não deixamos de fazer acontecesse o que tínhamos no antigo Alagamar naquele período, não deixando para de funcionasse o básico, não funcionou do jeito que era , mas não deixou de funcionar o que era de direito nosso, não deixamos que acabasse.</p>
<p>14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?</p>	<p>A grande conquista desta luta fortalecida pelo MAB e que foi o MAB juntamente com a comunidade que enfrentou esta luta. Não sei como era que teria sido e é como eu já falei os políticos não estavam nem ai e essa conquista que tivemos de casa, terra foi uma luta uma conquista através do MAB juntamente com a comunidade, mulheres e homens aqui na comunidade do Alagamar, não só no período de 2004 e 2005 mas até hoje o MAB atua na comunidade trazendo benefícios para a comunidade , nunca deixou de atuar, sempre que aparecer algo de melhora ele está trazendo para a comunidade por último projeto que fomos beneficiados foram os biodigestores, agora o</p>

	projeto São Jose e foram conquistas que o MAB junto com o povo consegue
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

### Quadro 5 – Depoimento das participantes atingidas

<p>4º Atingida – grupo 1.</p> <p>Idade: 65</p> <p>Localidade de origem: Alagamar Velho      Ano de saída: 2004</p> <p>Moradia atual: Novo Alagamar      É reassentamento? Sim (X) Não ( )</p> <p>Estado civil: Casada      Nº de filhos: 3 filhos</p>	
PERGUNTAS	DESCRIÇÃO DA FALA
1. Como era sua vida antes da barragem?	Nossa vida lá em baixo no Alagamar velho era trabalhar na roça, era o que mais a gente tinha com certeza era o trabalho da roça, por que não tínhamos estudo para outra coisa, então trabalhávamos na roça, chegou o tempo da barragem e passamos para cá e continuamos a trabalhando na roça e vivendo da agricultura e não trabalho até hoje por que não posso mais.
2. Para você, o que significa essa barragem?	Assim quando ela (barragem) encheu ela trouxe coisas boas por que tinha fartura de muito peixe, era meio de vida para muita gente né, mas ai depois que ela secou ai ficou mais difícil. Antes de sair do Alagamar velho era melhor para nós que plantávamos as vazantes, tinha campineira, tinha tudo ai com a barragem ai acabou.
3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?	Acompanhei e participei muito junto do MAB durante a construção da barragem, das casas, eu não perdia uma reunião na comunidade e também acompanhava para ajuda a cozinha alimentação nos encontros do MAB em outras cidades e até em outros estados, era o meu trabalho ajudando o movimento do MAB, eu adorava aquele trabalho de cozinha e participava das reuniões no Alagamar. Mesmo depois que mudamos para cá continuei ajudando o MAB e viajava junto para os encontros que teve na Bahia, Pernambuco, Fortaleza, para onde dava para me ir eu ia junto com o MAB, eu adorava o movimento e ir. De uns certos tempos para cá só ajudo o MAB aqui mesmo por que já não tenho tanta saúde.
4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?	Preocupação logo no início da barragem, de não saber para onde ir, mais graças aluta do MAB, por que se não fosse o MAB lá no meio ninguém sabe que rumo a gente tinha tomado. O período dos

	<p>barracos foi de muitas dificuldades e aprendizado. Ter que sair do Alagamar velho foi difícil, lá era melhor para nós que plantávamos as vazantes, tinha campineira, tinha o rio, o peixe, tinha tudo aí com a barragem acabou.</p>
<p>5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>Com a mudança de município da velha Jaguaribara para Jaguaretama muitas coisas mudaram por que nossos cadastros na saúde, escolas, Ematercer- Empresa de Assistencial Técnica e Extensão Rural do Ceará era todo na velha Jaguaribara e eu achava as coisas todas mais fácil de resolver e acessar, por que já conhecíamos todo mundo lá e perdemos tudo isto. Eu sentir muitas dificuldades com estas mudanças pois tive que fazer estes cadastros em Jaguaretama e estas coisas para quem não tem estudos é complicado.</p>
<p>6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?</p>	<p>Sim, assim não era tão bom antes da barragem, por que como eu falei a gente vivia só da agricultura. Durante a construção da barragem na época do trabalho das construções das casas, dos canais de irrigação era eu que quem cozinhava para este pessoal todo (os trabalhadores da construção civil) nesta época eu tinha uma rendinha boa, parecida com a que tinha antes, e sempre que vinha o povo do governo para reuniões eu sempre quem ajudava a cozinhava e sempre tive esta rendinha e lá em baixo não tinha, mas isto foi só durante a construção da barragem e das nossas casas. Diminui depois que nós passamos para cá (novo Alagamar) por aqui tenho só a queijeira e a renda ficou parecido com o que tínhamos antes no antigo Alagamar.</p>
<p>7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?</p>	<p>Sim, Trabalho com produção de queijo (queijeira) e sou aposentada.</p>
<p>8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?</p>	<p>Sim, aposentadoria.</p>
<p>9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?</p>	<p>Amigos e vizinhos - Mudou por que aqui nós moramos todos mais perto uns dos outros e a convivência, relação de ir na casa dos amigos, conhecidos quase não temos mais, praticamente não saio de casa, eu nem sei o porquê e lá no Alagamar velho agente saia para ir na casa dos vizinhos, aqui nem uma boca de noite (início da noite) eu não saio mais, aqui eu não saio só é trabalho.</p> <p>Família - teve um filho meu que foi morra em São Paulo, mas os outros moram aqui. Práticas religiosas - nisto acho que não diminui, todos os</p>

	<p>meses aqui tem a missa, tem as novenas acho que até aumentou um pouco, o que diminui foi a quantidade de participantes das comunidades vizinhas.</p>
<p>10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?</p>	<p>Sim, por que muita gente perdeu as coisas (móvel, motores de irrigação) por que não deu tempo tira os seus bens matérias por que foi de repente que encheu a barragem e eles (governo) achava que iria demorar muito e achavam que ia ser 10 anos para encher e não ligou muito com a população por que achava que ali ia demora ser inundado e tivemos que trocar de município por que o antigo Alagamar fazia parte da Antiga Jaguaribara e aqui o novo pertence a Jaguaretama, ai meu deus isto foi uma polemica grande, mas eu achava melhor ser do município de Jaguaribara por que nós nascemos e nos criamos dentro da velha Jaguaribara praticamente e já conhecíamos tudo lá e ninguém tinha acesso a Jaguaretama, depois da mudança da barragem foi que se passou ater acesso a Jaguaretama mais até hoje conheço muita pouco de Jaguaretama pois quase não vou na cidade.</p>
<p>11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?</p>	<p>Naquela época eu era separada então tudo era eu, tudo erra no meu nome, tudo era eu que participava e procuravam por me. Eu era a chefe da família, então só tinha a me mesma para procura e conversar, então não tinha esta diferença. Nas reuniões da comunidade eu falava, mas na reunião junto do governo eu não ia e muitas vezes quando eu acompanhava o MAB era mais para ajudar a cozinha para os encontros, mas para ir nas negociações com o governo eu não participava. Eu participava de tudo dentro da comunidade, mas fora era mais os meninos Zé Alvez e Josivaldo.</p>
<p>12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?</p>	<p>Não sei nem responder esta pergunta, risadas da participante, seu que sinto falta do canto que morramos por anos e anos e quando vou no Alagamar velho ai vou recorda e ai acho que lá era melhor, não sei nem responder a esta pergunta, risadas.</p>
<p>13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?</p>	<p>Foi preocupante para gente o fato de não saber para onde ir, por que se não fosse a luta junto do MAB e como por ai muita gente foi atingida por barragem e não teve sua casa e tinha que sair e procurar seu canto para morar por conta própria, pensando assim foi muito preocupante para a gente, mas depois se resolveu isto.</p>

14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?	Eu já tinha casa antes da barragem, mas não tinha terra e ganhei a terra aqui e uma coisa que me questiona muito hoje por que eu não vendo meu lote mesmo não podendo trabalhar tanto, eu falo vendo nada, uma coisa que eu trabalhei muito na luta junto com o movimento e tive a oportunidade ganha estes 3 hectares e quando eu morrer fica para meus filhos.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

#### Quadro 6 – Depoimento das participantes atingidas

<p>5º Atingida – grupo 1.</p> <p>Idade: 50</p> <p>Localidade de origem: Antigo Alagamar      Ano de saída: 2004</p> <p>Moradia atual: Novo Alagamar      É reassentamento? Sim (X) Não ( )</p> <p>Estado civil: Casada      Nº de filhos: 2 filhos</p>	
PERGUNTAS	DESCRIÇÃO DA FALA
3. Como era sua vida antes da barragem?	Trabalhava na roça, morava em fazenda por que não tinha terra e morava nas fazendas e trabalhava na roça e criava umas vaquinhas.
2. Para você, o que significa essa barragem?	Significa sofrimento, quando a barragem encheu o Alagamar foi atingido e ao subir a água a minha ela não foi atingida por que era a última casa da vila e ficava em um lugar mais alto a água não foi lá e eu vir todo processo do povo da beira do rio que tivera suas casas inundadas se mudar e todos os outros vizinhos se mudaram entre Janeiro, fevereiro e março de 2024 e nós continuamos na nossa casa e passamos muitas dificuldades por nesta casa ficamos sem energia elétrica por que a água atingiu os poste e os fios elétrico mais em baixo e foi um problema grande por que durante o dia tinha energia na nossa casa por que o vento acalmava, mas a noite o vento começava a balançar a água e começava os fios batiam uns nos outros e na água e a energia caia e foi uma dificuldade enorme por causa disto e não tinha uma casa feita ainda e nem previsão de quando ia começar as construções e era um processo que estava entregue às baratas e como nós estávamos na necessidade grande foi ai onde apertamos o povo do governo e ele o governo falava que não tinha sugestão do que fazer para minha família por que só consigo um barraco e como a casa de vocês não foi atingida ainda pelas águas não posso manda fazer barraco para vocês, por que para o governo atingido só seria se a água tivesse entrado dentro da nossa casa e as outras coisas como falta de energia, falta de água potável

não era atingimento. Ai cada barraco era do tamanho de 20 metros e não tinha como cabe todas nossas coisas (móvel) e a família dentro então fizeram um barracam grande para as pessoas guardar os moveis grande ai diante da nossa situação falamos para o cara do governo(representantes do governo) pode dividir este barracam grande que dá para umas 6 a 7 famílias morarem ai dentro, governo mais nós não temos verbas para isto, então - era bom que nós pegasse vocês e levasse sequestrados lá pata baixo para nossa casa para passar uma semana tu comendo feijão e arroz por que não podemos compra uma carne pois não temos uma geladeira para armazenar, não temos uma água gelada para beber estamos tomando água do pote ai se tu passasse uma semana nesta situação na outra semana você chegaria com recurso aqui para nos ajudar ai eu falei isto e não se passou uma semana depois desta discursão voltam novamente os representantes do governo para dividir o barracão e as 7 famílias foram realocadas para o barracão e eu fui uma delas. Nós ficamos mais de um mês sem energia elétrica e só conseguimos nós mudar para o barracam no final de maio de 2005 e ficamos lá o restante do ano de 2005. Mas imagina morar em um barraco de madeira com área de 20 metros quadrado e ter uma família grande ou pequena. Mas mora nos barracos foi uma experiência onde estamos todos juntos e estas dificuldade nos fortalecia e foi ai onde fizemos uma grande mobilização na BR116 e começamos a lutar mais e só assim o governo começou a bota no papel a construção daqui e foi aprovado logo por que estávamos em uma situação decadente mesmo por que mora em um local como aquele (barracos) e tinha gente muito carente que não tinha como cozinha tudo no fogão a gás e tu imaginou colocar um fogão a lenha dentro do barraco de madeira e como teve muita gente que fez e cozinhava assim e era um perigo e grande ai depois de ver estes perigos e das mobilizações que fizemos foi que acelerou a aprovação mais rápido das nossas moradias. Significa boa coisa também por que deixamos de ser moradores de fazendeiros e passamos ater nossa terra e que ainda temos hoje e esta casa dada pelo governo, hoje morro no que é meu, crio meus animais no que é meu, diferente de quando se mora em terra dos outros, por que a terra dos outros não é hoje e nem é amanhã, e aqui ninguém exige nada de nós, para me foi uma boa conquista.

<p>3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?</p>	<p>Durante o processo da barragem eram muitas reuniões, nós nos reuníamos muito juntamente com a irmão Bernadete, Valdo mais o Zé, por que o castanha vai sair e nós vamos ficar sem moradias, mas a gente nunca esperou que o Castanhão fosse encher em 2 meses, aliais menos 1 mês e pouco por que da forma que falavam era 10 anos para encher e dentro de 10 anos pode ser feita muitas coisas assim falava os políticos (representantes do governo responsáveis pela obra), o castanha no ano que encheu deste a primeira chuva que deu foi dia 14 de janeiro de 2004 não esqueço desta data nunca, pois foi a primeira chuva do mês do anos que encheu e não parrou mais e as águas foram subindo todos os dias e tirando o pessoal de suas casas e a água já estavam alagando tudo e a gente fazia reunião por cima de reunião por que nosso medo era ficar todo mundo nos pau (sem moraria) por que o governo não vai dar casa e como o governo falava que não conseguia fazer uma licitação para construir casa e toda burocracia por que era para o castanha encher só em 10 anos e quando cuidou que não deu tempo nem o povo respirar e tudo foi inundado e o MAB juntamente com a igreja católica organizando o povo para conseguir nossas casa e foi uma organização forte do povo instruído muito pelo MAB e deu certo graças a deus. E foi ai que nossa resistência aumento e a coisa saiu do papel</p>
<p>4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?</p>	<p>Passar um mês e pouco sem energia, o constrangimento de morar em um barraco de madeira convivendo com seu vizinho ali que era tipo assim, não estávamos na casa do seu vizinho, mas estava praticamente vendo e ouvindo o que eles fazia e seu vizinho vendo e ouvindo o que nós fazíamos e falávamos também por que era um barraco de madeira só era um madeirite separava uma do outra, então era um constrangimento e ao mesmo instante nós estamos também unidos e para sair dali tinha que se unir cada vez mais, muito mais.</p>
<p>5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>Sim tudo foi violado, eu nem sei dizer se nós tinha o direito de sonha por que com a construção do castanha não sabíamos como seria nossas vidas depois, por uma hora ou outra ele ia encher seja 10 anos ou 2 meses e até ele encher nossos sonhos eram uma coisas assim que morta, a gente não poderia sonha para onde ir, o que a agente vai fazer por que com não morávamos no que era nosso (não</p>

	<p>se tinha terra e nem casa própria) e ai foram onde nossos direitos foram violados a torto e a direito até ele encher e chegar a situação que chegou e nós sem saber para onde ir. Foi bem complicado não ter este poder de escolha, primeiro que moramos em uma casa que não minha, ai minha maior preocupação era assim, eu vou receber uma casa para me mesma, uma casa minha mesmo ou só vai receber uma casa quem tem terra, quem já tinha uma casa e quem não tinha terra e nem casa ia ficar para trás? Estas era as coisas que passavam pelo meu pensamento.</p> <p>Nas reuniões era muito difícil eu falar quem mais falava era os homens e assim mais o pessoal de fora (representantes do governo), foi sempre assim, os daqui só quem opinava as vezes era Zé e Valdo que eles eram a frente de tudo e Socorro Barbosa também era uma pessoa decidida aqui ou acolá ela opinava, ela falava algumas coisas por que era também a presidente da associação na época e tinha que fala né, mas nós não tínhamos nem voz e vez para isto.</p>
<p>6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?</p>	<p>Algumas coisas melhoraram no começo, quando morávamos no que é dos outros tinha que trabalhar para o patrão e agora é totalmente diferente quando passamos a morar no que é nosso e tem alguma produção seu ai as coisas melhorou qualquer coisa nesta parte melhorou, teve uma melhora.</p>
<p>7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?</p>	<p>Sim, não tenho salário fixo, as vezes faço pizza, salgadinhos e aqui acolá eu tenho uma rendinha, não é renda fixa, não tenho a garantia da quantidade de encomendas vou receber e nem quando vai entrar de dinheiro para mim por mês. Tudo isto começou com um curso que fiz para aprender a fazer doce e salgado e ai depois quando tem aniversários aqui na comunidade as vezes as pessoas vêm e encomenda. E com o incentivo da vizinhança que comecei a fazer para ganhar dinheiro. E assim eu mesmo faço todas as encomendas quando recebo por que a demanda é pequena então faço tudo só. É tipo assim faço mais para os amigos. Ai tem semanas que não recebo nem uma encomenda e é assim.</p>
<p>8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?</p>	<p>Sim, bolsa família.</p>
<p>9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?</p>	<p>Amigos e vizinhos - os vizinhos ficou mais diferente, eles ficaram mais distante, tipo assim, os meus vizinho mesmo que era de porta ficou lá no começo da rua lá na rua daquela caixa da água e é</p>

	<p>um pouco distante de lá para cá, no início tentou-se mante as mesma relações, tipo assim, toda semana eu estava na casa deles e eles vinham por aqui, mas agora parece que a gente relaxou aquela mesma amizade ainda continua quando a nos encontramos é aquele prazer de estar se vendo, mas não é como antes por que a distância entre nossas casas nos distanciou. Ai vem a família, vem o trabalho ai quando se ver o tempo passa e quase não nós vemos mais.</p> <p>Família - a familiares continua morando aqui não perdi os laços para longe.</p> <p>Práticas religiosas - A parte da novena continua, pra gente a parte da igreja fez foi melhorar, todos os meses aqui tem a missa, tem as novenas o que diminui foi a participantes do povo da vizinhança.</p>
<p>10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?</p>	<p>Sim, no meu modo de pensar a construção daqui (novo Alagamar) deveria ter sido igual a sede da nova Jaguaribara, por que Jaguaribara foi feita junto com a parede da barragem né, eles (governantes) tiveram a preocupação de tirar a cidade, mas a redondeza da cidade eles não tiveram, por que assim eles não poderiam deixar inundar uma rua com a população que tinha dentro, mas a população ribeirinha, em fazenda, e na beira dos rios era maior do que a população que morava na cidade e não se preocuparam com esta outra parte da população, ai é esta dívida que ele tem com nós por que se tivesse construídos as casas (novo Alagamar) antes do lago encher nós não tinha passado por este processo que deixou as pessoas ficarem traumatizadas, tem gente que nós nem sabe o que aconteceu com elas e tem pessoas que sabemos que adoeceram por causa disto. E se tivesse feito desta forma não teria acontecido se tivesse tirado as pessoas ribeirinhas antes.</p>
<p>11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?</p>	<p>Sim, quando a gente morava lá em baixo no beijo do rio e durante todo este processo da barragem a mulher sempre se preocupava mais e ainda trabalhava mais, tudo era serviço da mulher e ainda tinha os filhos, eram quem tinha que ir lavar roupa no rio, ter que colocar água em casa trazendo em lata porque o homem só era da roça. Nesta parte ai não mudou muito não, por que eu acho que continua sendo quase a mesma coisa de antes, a mulher faz a comida, arrumar a casa, cuidar das plantas do quintal, hoje isto mudou só esta parte por que temos água encanada (abastecimento de água nas residências) e só vamos ao rio toma</p>

	banho, mas os outros serviços de casa continuo fazendo só.
12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?	Este processo me deixou mais forte sim, eu não esperava que nós tivéssemos a capacidade de enfrentar estas coisas e enfrentamos e vir o resultado e hoje eu me sinto mais confiante, vamos supor se aparecer um processo hoje mais ou menos deste jeito do que passamos naquele tempo, talvez tenha algumas coisas que eu mude daquela forma que foi antes, mas tem outras que prefiro fazer e lutar daquele mesmo jeito, daquela mesma forma que comecei a lutar para ter nossas casas, passaria por todo o processo como passamos. Fortaleceu muito, aprendemos a ter uma coragem que antes deste processo eu não tinha.
13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?	Tínhamos o grupo de mulheres que eram a frente para organizar alimentação, quando viam pessoas de fora para fazer reuniões organizava o espaço, a alimentação, era Francinir, Socoro Barbosa Preta, Cristina, Margarida era as guerras que sempre estavam a frente e sempre ia aparecendo outras mulheres para ajudar. E com esta barragem o mais desafiador foi nós se organizar, passar a ver os problemas umas das outras, compreender que fulano está com mais problema que eu hoje e não vai poder ajudar na limpeza da igreja, a fazer a comida hoje, e antes da barragem nós mulheres não éramos tão próximas então isto foi um desafio para nós mulheres
14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?	A moradia foi uma das conquistas em que eu como mulher me sentir muito realizada, da luta do movimento, muito importante não sei se foi por que foi muito sofrimento mas não consigo mais lembra muito do passado por que não foi muito bom para me. Hoje eu estou aqui tranquila e foi fruto da conquista da união, da luta de toda a comunidade. E o mais prazeroso desta conquista foi que nós falamos para o governo queremos assim nossas casa e terra e não deixamos ninguém decidir por nós.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

## 5.2 Discussões

Considerando as respostas de cada entrevistada e o ponto de vista de cada uma, estamos cientes de que as narrativas das mulheres da comunidade do Alagamar, atingidas pela Barragem do Castanhão, são um pouco semelhantes, utilizando relatos das vítimas para

evidenciar os impactos por ela produzidos. Ambas adotam uma postura crítica ao afirmar que houve um descaso com relação à construção da nova comunidade Alagamar, que existe uma dívida social com todas as atingidas e atingidos por parte dos órgãos governamentais do estado do Ceará e do órgão responsável pela construção da obra, e que a população que morava no antigo Alagamar sofreu uma desterritorialização.

O fato de a presente pesquisa ser feita por uma atingida por barragem pode abrir questionamentos sobre as intencionalidades das narrativas, mas as falas contidas nestes resultados são verdadeiras, no sentido de que mostram as vítimas sem filtros, ou encenação, são relatos sinceros e profundos sobre o processo de violações de direitos sofridos durante a construção da Barragem do Castanhão. O fato de esses relatos serem verdadeiros nos possibilita uma análise profunda sobre todo o caso, abordando por uma perspectiva de gênero e patriarcado.

Neste item, discutiremos as transformações provocadas pela construção da Barragem do Castanhão na vida cotidiana sob a perspectiva das mulheres do movimento dos atingidos por barragens – MAB, a partir dos relatos das entrevistadas. Neste sentido, buscaremos elementos específicos, com os quais possamos relacionar nossa abordagem e responder aos nossos objetivos específicos.

- Traçar o perfil socioeconômico das mulheres atingidas pela barragem;
- Compreender como era a vida cotidiana das mulheres antes da construção da barragem;
- Conhecer a opinião e os sentimentos que a construção da barragem despertou nas mulheres atingidas;
- Conhecer a relevância do gênero feminino atingida por barragem;
- Identificar as causas que promovem a desigualdade entre gêneros, na comunidade atingidos por barragem.

### **1 - Como era sua vida antes da barragem?**

As mulheres da comunidade Alagamar, antes da construção da barragem, viviam de modo simples e já enfrentavam dificuldades devido à falta de assistência básica governamental. Com a construção desta obra hídrica, esse cenário de opressões foi ainda mais acentuado. As atingidas são agricultoras e camponesas que viviam e ainda vivem em função do trabalho na roça, do cuidado com os filhos e do trabalho doméstico, como cozinhar, limpar suas casas, lavar roupa no rio, passar, buscar água no rio para o abastecimento de suas casas, cuidar

de seus quintais onde plantam suas hortas, cuidar de suas galinhas e manter a limpeza desses espaços.

Duas atingidas, além de realizar todos esses trabalhos, ainda trabalhavam como agentes de saúde e professoras, ou seja, tinham uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Além disso, era responsabilidade das mulheres a organização e limpeza dos espaços comunitários, como é relatado por algumas participantes. Elas eram as responsáveis pela limpeza dos locais onde ocorriam as reuniões, preparação da alimentação nos encontros com os representantes do governo, organização dos festejos religiosos e das comemorações na escola e na comunidade.

Fica evidente o amor que essas mulheres nutriam, e podemos até afirmar que ainda nutrem, pela antiga comunidade Alagamar.

As mulheres atingidas por barragens, já inseridas em uma sociedade machista e patriarcal, sente com muito mais intensidade todas as mudanças ocorridas no seu lá e no seio social, tonto no processo de implementação do empreendimento como durante a submissão aos danos causados após rompimentos de barragens, cada vez mais comuns em solos Brasileiros (MAB, 2020, p. 4).

Por meio da ideologia ligada à forma mais abrangente de patriarcado, naturalizaram-se comportamentos nos quais as mulheres deveriam, por exemplo, apenas exercer o trabalho doméstico, sem qualquer remuneração, reforçando a ideia de que as mulheres seriam seres "naturalmente inferiores". De acordo com Vergès (2020):

É neste sentido que os esforços das teorias feministas materialistas são fundamentais, pois reposicionam o problema da reprodução social, seja na dimensão biológica (aí localizado todo o trabalho da maternidade), seja no trabalho doméstico não remunerado (Vergès, 2020, p. 5).

## **2 - Para você, o que significa essa barragem?**

Alguns relatos são bastante intensos, como o da segunda atingida: “No primeiro momento, ao receber a notícia da construção da barragem, o sentimento de medo, insegurança e espanto predominou, pois tanto a cidade de Jaguaribara quanto o Alagamar seriam inundados. Quem tinha terra receberia indenização, mas e quem não tinha? Para onde ir? Como ficar? Esse era o maior medo, pois não se sabia o que aconteceria”.

Além dessas questões de instabilidade e insegurança, as participantes relatam que foi um período de muito sofrimento, tendo suas casas inundadas pelas águas da barragem, o que impossibilitou o acesso a direitos básicos como energia elétrica. Elas tiveram que morar em barracos de madeirite por dois anos, experimentando tristeza pela perda dos laços com suas raízes ao deixarem sua comunidade. Pode-se afirmar que todas essas dificuldades foram a força

motivadora para manter a união da comunidade e fortalecer a luta na tentativa de garantir acesso aos direitos básicos, como moradia, terra para produzir e uma forma de subsistência, o que foi considerado um ponto positivo nesse processo.

Segundo o relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em outubro de 2010, o padrão vigente de implementação de barragens no Brasil “tem propiciado, de maneira recorrente, graves violações de direitos humanos, cujas consequências acabam por acentuar as graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual (MAB, 2011, p. 7).

Ainda de acordo com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em 2010, como já citado, são 16 direitos humanos violados na construção de barragens. Dentre eles estão: direito à informação e participação, direito à liberdade de reunião, associação e expressão, direito ao trabalho e a um padrão digno de vida, direito à moradia adequada, direito à plena reparação de perdas, direito ao acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial.

### **3 - Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?**

De acordo com os relatos das entrevistadas, a participação junto ao MAB iniciou-se durante o processo da construção do Castanhão, período no qual conheceram o movimento e se inseriram na organização dos atingidos, juntamente à Associação dos Moradores do Alagamar. A participação das mulheres ocorria unicamente em nível comunitário, nas reuniões e assembleias locais com o povo da comunidade, bem como nas reuniões realizadas na comunidade com os representantes do governo e do órgão responsável pela construção do lago.

Em alguns casos, a participação a nível comunitário foi bastante baixa, como explicitado por uma das atingidas neste relato: “o convite para participar das reuniões na comunidade com o governo sempre chegava para o meu marido (o homem), e quando o mesmo não podia participar, era aí que convidavam nós, mulheres. Ou quando chamavam para assinar algum documento, era assim que se dava a participação nessas reuniões com presença do governo”.

Além deste fato ser um dos limitantes para a participação das mulheres, outra questão que impossibilitava as participações estava relacionada ao cuidado com os filhos, à educação e à base da casa, às tarefas domésticas e ao trabalho externo que recaíam sobre as mulheres. Isso as impossibilitava de estar presentes em agendas externas à comunidade, como

as reuniões em Fortaleza, encontros do MAB em vários locais e estados, mobilizações e ocupações no local da construção da obra. Diante dessas impossibilidades, a participação política era possível apenas para os homens.

Um fator de relevância destacado pelas mulheres é a importância da atuação do MAB na luta pela conquista da construção do novo Alagamar. Ao se mudarem para a nova comunidade, as mulheres afirmam que o grupo de articulações se mantém até hoje como uma forma de resistência, buscando melhorias e mantendo vivos os costumes e a cultura da comunidade.

Neste contexto, torna-se nítida a violação de direitos relacionados à questão de gênero, sendo muito comuns, principalmente no que se refere ao reconhecimento delas como merecedoras de medidas independentes para a recomposição de suas vidas. O MAB reconhece três grandes obstáculos que precisam ser superados: o autoconhecimento pela mulher da violência de gênero sofrida em todo o processo da construção da obra, a mobilização de mulheres já sujeitas a múltiplas jornadas, e a comprovação dessa violência. Como um sopro de esperança, o projeto Arpilleiras, construído por mulheres, com mulheres e para mulheres, possibilita a superação desses obstáculos, avançando na efetivação dos direitos daquelas que, há muitos anos, são caladas e oprimidas pelo simples fato de serem mulheres.

#### **4 - Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?**

As atingidas descrevem inúmeros impactos provocados pela implementação desta obra hídrica. Um dos principais foi o medo da perda do seu lugar de origem, a perda dos laços familiares e comunitários, a desterritorialização com a mudança de município, além de impactos psicológicos e emocionais, casos de depressão, traumas e até suicídios. Houve a inundação das residências, a perda de mobílias e animais de pequeno porte, equipamentos de trabalho, além de morarem quase dois anos em barracos de madeira.

Outros impactos incluem violências, como tentativas de assalto e a chegada de pessoas de outros territórios, contribuindo para o aumento dos casos de violência e o uso de drogas. Isso gerou muitos conflitos e denegriu a imagem da comunidade, descredibilizando o processo de luta por direitos. A responsabilidade de estar à frente de todo o processo de organização do povo e articulação política também resultou em ser alvo de muitas críticas por parte daqueles que não compreendiam o processo.

Além disso, não houve indenização aos atingidos pelas perdas de seus bens materiais citados acima, nem pelas perdas morais ou psicológicas.

Os impactos provenientes da formação do lago incluem a inundação de uma grande área da terra que provocou o deslocamento forçado de populações originárias da região. As infraestruturas ficam inundadas, assim como a floresta e habitats naturais. A terra antes destinadas para agricultura, áreas recreativas e áreas protegidas, incluindo lugares de alto valor religioso e culturais. Além disto, a inundação causa mudanças no clima e no regime hídrico, alterando os ecossistemas locais e inviabilizando o abastecimento de água para o consumo humano (MAB, 2011, p. 22).

Para compreendermos o processo de desterritorialização que as atingidas sofreram, é necessário entender que a territorialização, segundo Pinheiro (2022), consiste em apropriar-se de um espaço ao longo do tempo. Essa apropriação ocorre material e imaterialmente. Todos os atos de reprodução social que possibilitam a vida e dão sentido a ela produzem territorialização, construindo, portanto, territórios.

Pinheiro (2022) destaca ainda que os territórios possuem uma história, ou seja, todo território é resultado de um conjunto de ações que se desenvolvem no espaço e no tempo. A configuração de um território reflete tempos distintos que se manifestam nas formas espaciais e nos tipos de uso do espaço (Pinheiro, 2022).

Neste sentido, em concordância com Pinheiro (2022), afirma que o conceito socioespacial de desterritorialização melhor explica e lida com sujeitos, agrupamentos e comunidades atingidas por barragens, as quais, por excelência, têm seus respectivos territórios destruídos para darem lugar a grandes reservatórios e novos territórios.

Haesbaert (2007) entende esse tipo de desterritorialização como uma *precarização territorial ou precarização socioespacial* promovida pelos agentes sociais, políticos e econômicos que se beneficiam do processo de acumulação do capital. Em muitos casos, à medida que ela promove uma exclusão socioespacial de indígenas, sem-terra, sem-teto e outros setores excluídos da sociedade, formam-se, inclusive, aglomerados de exclusão (Haesbaert, 1995).

Desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução de distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de 'exclusão', ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema altamente concentrador, é o principal responsável pela desterritorialização (Haesbaert, 2007, p. 68).

E o que são as comunidades atingidas por barragens, senão grupos desterritorializados por grandes empreendimentos, sejam eles as hidrelétricas ou, como é o nosso caso, reservatórios cuja finalidade é atender à demanda de consumo de água de áreas urbanas, complexos industriais e do agronegócio, como é o caso do Castanhão.

**5 - Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?**

De alguma forma, todas as participantes afirmam ter tido seus direitos violados, sendo consenso quando reafirmam que foi negada a participação no processo político, na tomada de decisões relacionadas ao seu futuro. Em alguns casos, afirmam que só recebiam convites para participar das reuniões comunitárias quando o chefe da família não podia estar presente. Mesmo estando organizadas em um grupo de mulheres na comunidade, relatam uma invisibilidade do grupo e a negação do direito de fala, participando apenas das reuniões locais sem emitir opiniões. As participantes destacam que até o direito de sonhar com uma perspectiva de um futuro melhor não era possível, pois o descaso por parte do governo em relação à realidade de insegurança vivida pela população do Alagamar era grande.

As participantes relatam que nas reuniões com toda a comunidade, a primeira fala era dada aos representantes governamentais, e somente ao final os representantes da comunidade podiam colocar a pauta, sendo sempre dois homens os representantes da comunidade.

Outra questão muito forte na fala das atingidas que são formas de violações é a questão de gênero: "É a realidade da mulher que sempre tem que ficar em casa, e eu sempre digo à Marina (filha), eu tenho muita vontade de fazer uma arpilleira com uma casinha, a mulher na porta, e os filhos e marido saindo para a luta, porque é isto que me representava, já que eu sempre ficava e Zé ia; na história, eu ficava e praticamente vivia só, e Zé na luta. Depois que os meninos (filhos) cresceram, foram os meninos que saíram...".

No caso das mulheres que vivem e trabalham nos territórios atingidos, a situação é ainda mais dramática, pois tais projetos de construção exacerbam de maneira contundente as desigualdades de classe, de gênero e de raça presentes na nossa sociedade. Neste sentido, elas são as maiores prejudicadas, com sérias violações dos seus direitos fundamentais, entre eles o direito à fala, à educação e à saúde.

Recorrentemente, o trabalho feminino é invisibilizado por não ser considerado trabalho, há ainda o trabalho que é considerado ajuda, as mulheres compartilham um

momento de reflexão crítica, engatilhado pelo uso dessa palavra no discurso de uma atingida, pois as opressões patriarcais, por serem estruturais, também são reproduzidas por quem é oprimida (...) esse negócio de ajudar me incomoda também. Você planta, colher, eu faço tudo, mas a primeira coisa que ela falou foi: eu ajudo. No final, ela disse, mas eu faço tudo. As mulheres externalizam suas insatisfações, refletindo, criticamente, sobre as suas intensas jornadas de trabalho e sobre sua desvalorização, ao passo que são chamadas de ajuda. As atingidas demonstram a forte incorporação do patriarcado na vida e discurso das mulheres: essa coisa “ajuda ainda tá muito impregnado na gente, um meio de diminuir tudo aquilo que a gente é, seja na produção, seja com nossos filhos, seja na casa, por que nós somos tudo... Outra mulher complementou; “sempre quem trabalha mais é a mulher, o homem fica mais do lado né?”, Percebe-se que o diálogo em coletivo proporciona a conscientização e auto reconhecimento das mulheres sobre o trabalho que realizam, passos para a construção de suas identidades como sujeitos políticos (Fernandes, Esmeralda. 2021, p 37).

## **6 - A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?**

No âmbito de questões econômicas, duas participantes afirmam que tiveram impactos positivos em seus ganhos econômicos ao levar em consideração que essas participantes não tinham casa própria nem terras. Com a conquista da casa e da terra, possibilitaram outras fontes de renda e, assim, uma melhor condição financeira.

Uma participante afirma ter tido um impacto positivo durante a construção da barragem, pois, como trabalhava como cozinheira, produzia e vendia alimentos para os trabalhadores da construção civil. No entanto, após esse período, teve uma redução de sua renda, principalmente quando se mudou para o novo Alagamar, assemelhando-se ao que tinha na comunidade do velho Alagamar.

Dois participantes afirmam ter sofrido impactos negativos neste quesito. Uma funcionária municipal afirma ter uma redução de sua remuneração com a mudança de município, e a outra afirma ter perdido o meio de sobrevivência com a construção da barragem e o distanciamento do rio.

Cabe ressaltar, em uma questão anterior pelas atingidas sobre perdas de mobílias, animais de pequeno porte e instrumentos de trabalho, como o caso de mores usados para a irrigação de plantios de milho, feijão, batata, macaxeira, entre outros, que não houve uma reparação ou indenização por essas perdas.

A falta de uma política séria e de critérios para indenização, aliada ao desrespeito à realidade local e à vivência histórica dos atingidos é uma das principais marcas das empresas construtoras de barragens no Brasil (MAB, 2011, p. 12).

Mas esta condição de opressão e descaso com as populações atingidas pode vir a mudar, pois, no dia 14/11/2023, foi aprovada a Lei nº 5.452 – Política Nacional de Direitos das

Populações Atingidas por Barragens (PNAB) pelo Congresso Nacional, que tenta minimamente tratar com mais seriedade e respeito os direitos dos atingidos por barragens.

### **7 - Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?**

Duas atingidas desenvolvem atividades remuneradas, além de realizar as tarefas domésticas de suas casas. Outras duas atingidas são aposentadas e também realizam trabalho com os cuidados da casa, mas não são remuneradas, e apenas uma atingida é aposentada e desenvolve atividade remunerada.

Constata-se assim que as mulheres atingidas são as mais afetadas. No caso das atingidas do Castanhão, se olharmos para este grupo amostral, têm um certo poder financeiro sobre suas rendas e não dependem exclusivamente do sustento financeiro de seus companheiros.

Além de contribuir com a renda familiar a partir do trabalho na roça e com os trabalhos artesanais feitos "nas horas de descanso", geralmente as mulheres assumem a totalidade do trabalho doméstico, essencial para a reprodução da vida.

### **8 - Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?**

Três atingidas são aposentadas, e uma atingida é beneficiária do programa Bolsa Família.

Se a violação dos direitos humanos é recorrente na construção de barragens em todo o Brasil, “as mulheres são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida, [...] elas não tem, via de regras, sido consideradas em suas especificados e dificuldades particulares”, e por isso “tem sido as principais vítimas dos processos de empobrecimento e marginalização decorrentes do planejamento, implementação e operação de barragens” (Relatório da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”), As mulheres atingidas, que já sofrem com a opressão de gênero, são mais afetadas pelas situação de misérias e desestruturação social, familiar e individual causadas pela construção da barragem (MAB, 2011, p. 58).

### **9 - Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?**

As 1ª e 2ª atingidas afirmam ter laços e vínculos familiares quebrados. Todas as atingidas afirmam que tiveram os vínculos de amizade alterados ou desfeitos pela distância com os vizinhos. Todas as atingidas também relatam que houve mudanças relacionadas às práticas

religiosas, como a falta de motivação para participar dos festejos religiosos e a diminuição da participação das comunidades vizinhas nessas celebrações.

Nesta luta, a constatação é que são as mulheres as mais afetadas. Mudam-se os costumes e modos de vida, ocorre a quebra dos laços comunitários, a perda do trabalho gerador de renda, os altos níveis de exposição a violência. Gerando assim a desestruturação das comunidades, que envolve a separação de núcleos familiares – pessoas da mesma família são, muitas vezes, reassentadas em diferentes comunidades. Há ainda a perda das relações de rede de apoio comunitária, a perda da relação de pertencimento ao local que se vive, pois terra e território também são lugares de memórias e afetividades. Essas tantas dimensões de violências materiais e imateriais impostas contribuem com um adoecimento mental e emocional das pessoas atingidas em especial, as mulheres (Fernandes, Esmeralda, 2021, p. 26).

### **10 - Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?**

Todas as atingidas destacam haver uma dívida social para com elas provocada pela implementação desta obra. Existe uma dívida com relação à falta de apoio psicológico e emocional para proporcionar uma melhor compreensão de todo o processo da barragem, o que fica bem evidente nas falas das participantes. A isso se soma a sobrecarga, invisibilidade do trabalho feminino, a perda dos laços comunitários e familiares, perda da rede de apoio, e a desterritorialização, gerando muitas mágoas, dores e fardos emocionais pesadíssimos provenientes do brutal processo de violações a que as mulheres foram submetidas. Acredito que esta seja a maior dívida social em todo este processo de implementação do lago.

Outra dívida relatada pelas entrevistadas refere-se às perdas de seus meios e modos de subsistência, à falta de assistência técnica para melhorar a produção na nova comunidade.

Outra dívida citada está relacionada ao descaso do governo e do órgão responsável pela construção do lago. Bem como retratado pelas atingidas, havia uma previsão de que o lago só encheria 10 anos após a construção da parede. Como o Alagamar é uma das comunidades mais distantes do paredão do lago, acreditava-se que seria uma das últimas a ser inundadas, e não houve agilidade em buscar uma nova área para realocar a população. Aconteceu tudo oposto à previsão, a barragem atingiu sua capacidade máxima em menos de dois meses após sua conclusão. Contudo, este fato inesperado não justifica o descaso do governo, pois poderiam ter construído o novo Alagamar paralelamente à construção da sede da nova cidade Jaguaribara e à construção do paredão da barragem.

Além da violação dos direitos humanos com a construção de barragens, os atingidos não contaram com uma política nacional de tratamentos e ficaram à mercê das empresas construtoras. Esta situação agrava cada vez mais a dívida social do Estado brasileiro para com estas populações, que historicamente tem sido omissa na condução de políticas de indenização e conivente na violação dos direitos humanos.

**11 - Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?**

Quatro participantes afirmam que sim, primeiro pelo tratamento recebido pelos representantes do governo ao procurarem apenas a figura do homem para participação nas reuniões e tomada de decisões, invalidando assim a participação das mulheres como se elas não conhecessem a história nem a vivência do processo de luta.

Outro fato que é novamente considerado pelas participantes é a questão do trabalho doméstico, do cuidado com os filhos e com os outros. Como coloca uma atingida, "a mulher acaba tendo um certo apego pela casa, por esta casa, por possuir esta casa; é muito forte isto e o homem já não é tanto". Pode-se considerar, com esta fala da participante, que é muito mais fácil para o homem sair, pois não recai sobre ele o cuidado com a casa e os filhos, o que facilita para o mesmo passar dias fora de casa. Isso me remete a refletir que o homem também tem mais tempo para estudar e se preparar para o espaço político, como bem já citado por Saffioti na abordagem do patriarcado.

Apenas uma atingida ressalta que, pelo fato de não ser casada, os convites para participar das reuniões e dos processos de mobilização sempre chegavam a ela. No entanto, não muito diferente das outras mulheres, sua participação se dava a nível comunitário.

No processo de implementação de barragens, o MAB (2011) destaca que o conceito de atingido implantado pela empresa tem sido o territorial-patrimonialista. Neste caso, quem não for proprietário (das terras, casas, comércio, etc.) está automaticamente descartado. Historicamente, como decorrência do patriarcado, as mulheres não costumam ter os títulos das propriedades, ficando sempre na dependência de seus companheiros. Ao não ter esses títulos, não são reconhecidas como atingidas e têm mais dificuldades para ter direitos a indenização e ao reassentamento, reforçando ainda mais sua posição de submissão.

Muitas vezes, as mulheres são vítimas preferenciais de chantagem e pressão por parte das empresas construtoras e, outras vezes, não são consideradas como interlocutoras legítimas no processo de negociação, embora sejam as protagonistas na resolução dos conflitos que surgem após a negociação. A ausência e desqualificação das mulheres nos espaços deliberativos e a ausência de serviços básicos que viabilizem a mobilização e participação das atingidas também fazem parte do conjunto de violações de direitos que afetam as mulheres (MAB, 2011, p. 60).

A violação dos direitos das mulheres é mais agressiva, pois são elas que têm suas tarefas multiplicadas para que a família não seja prejudicada com a falta de condições básicas

de sobrevivência. E assim, muitas acabam ficando em casa e não participando ativamente das ações.

A combinação entre a opressão de gênero e a violência sofrida no processo de implementação de barragens mostra a centralidade de organizar as mulheres na luta pela transformação social.

## **12 - O que é ser uma mulher atingida por barragem?**

As participantes definem que ser uma mulher atingida, antes de qualquer coisa, é ser forte. É ter que inibir todos os seus sentimentos para não demonstrar fraqueza, fortalecer a si mesmas e a outras mulheres, aprender a se organizar e a lutar pelos seus direitos, descobrir a força e capacidade que têm como mulher para lutar e enfrentar os desafios que lhes foram impostos, e se reinventar constantemente. Um participante destaca que ser uma mulher atingida é se desafiar a compreender o processo de pressão que lhes é imposto ao ser dada somente às mulheres a responsabilidade do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos.

A fala destas atingidas nos faz refletir que as mulheres estão tomando consciência de seu poder e sua força decisiva, além da importância de sua opinião no discurso sobre os efeitos da construção da barragem em suas vidas.

## **13 - Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?**

As respostas das participantes assemelharam-se um pouco às da questão de número 12, mas uma participante destaca que um desafio era vencer o medo de não saber como seria o seu futuro e onde iriam morar, ter que ser forte e durona, tomar decisões sozinha, manter a união das mulheres se fortalecer para que houvesse paridade entre os homens e mulheres na luta, a moradia nos barracos de madeira, ter a capacidade de transformar os espaços para que a comunidade continuasse tendo acesso à educação (às aulas), ao atendimento médico, às celebrações religiosas no período que moraram em barracos de madeira e, como relata uma atingida, "nós mulheres tivemos filhos ali, nós mulheres nos organizávamos para fazer a limpeza daquele assentamento. Lá, como era coletivo, nós mulheres não deixamos de funcionar o básico. Não funcionou do jeito que era, mas não deixou de funcionar o que era de direito nosso, não deixamos que acabasse.", manter a comunidade unida para reivindicar seus direitos e compreender os problemas que cada mulher enfrentava.

Nestas falas fica claro a relevância e a importância das mulheres na comunidade ou em qualquer outro espaço. Foi negada a participação política das mesmas, mas todos os processos tiveram a participação feminina e muitos destes processos foram realizados e conduzidos por mulheres. O que gera uma maior indignação é ver que nitidamente invisibilizou-se a luta e presença destas mulheres na construção da Barragem do Castanhão.

Silva (2010, p. 24), reflete sobre a dialética entre o indivíduo e o coletivo. É a partir da auto-identificação com a experiência de outras mulheres que se reconhece “a experiência comum” das mulheres. É em coletivo que se pode (re)conhecer o padrão de opressões compartilhadas por ser(mos) mulheres. Então a noção de injustiça pode surgir acompanhada do reconhecimento sobre a força que possuem, a qual se amplifica por estarem em coletivo. O pensamento crítico sobre si, a identidade coletiva e a circunstância política na qual estão inseridas contribui com a compreensão de que juntas são mais fortes - não estão sozinhas (Fernandes; Esmeralda, 2021, p. 58).

Historicamente, as mulheres são ensinadas que é de sua natureza o cuidar prioritário do(a) outro(s). Tal designação, que exige tanto das mulheres, não abre espaço para o autocuidado. As mulheres ocupam seus horários disponíveis com o trabalho doméstico e de cuidado do outro, o qual não é reconhecido ou valorizado. Por essa lógica, destinar um instante do seu tempo para o seu próprio lazer é superar uma arbitrariedade da natureza e indicar uma transformação na sua realidade. São mudanças individuais, amplificadas em escala coletiva.

#### **14 - Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?**

Todas as atingidas consideram que a construção do novo Alagamar com as casas, os lotes de terra, abastecimento de água, sistema de irrigação para produção foram conquistas muito significativas e que são fruto da luta do povo fortalecida pelo MAB. Uma atingida também destaca as conquistas junto ao MAB no grupo de atingidas, com a participação no filme "Arpilleiras", a satisfação de ver suas filhas terem vez e voz, ter participação política como militante do MAB e poder falar, ter acessado a universidade e considera uma conquista pelo fato de não ter tido essas oportunidades, mas suas filhas estão podendo ter e são mulheres empoderadas, considerando que isso também é "fruto das mulheres atingidas, da luta de militantes, e isto é muito gratificante". Outro fator destacado pelas atingidas é a importância do MAB dentro da comunidade até os dias atuais.

Acredita-se que essas conquistas só foram possíveis porque houve uma organização, uma luta coletiva da comunidade junto ao MAB.

### 5.3 Resultados e discussões do 2º grupo de entrevistadas

Inicia-se aqui os quadros descritivos da fala de cada entrevistada; em seguida, as discussões do relato das entrevistadas.

Na sequência, descrevemos os resultados do segundo grupo de entrevistadas de idade entre 20 e 35 anos:

Quadro 7 – Depoimento das participantes atingidas

<p>1º Atingida – grupo 2.</p> <p>Identificação</p> <p>Idade: 35 anos</p> <p>Localidade de origem: Antigo Alagamar      Ano de saída: 2004</p> <p>Moradia atual: Novo Alagamar      É reassentamento? Sim (X) Não ( )</p> <p>Estado civil: união estável      Nº de filhos: 2 filhos</p>	
PERGUNTAS	DESCRIÇÃO DA FALA
<p>4. Como era sua vida antes da barragem?</p>	<p>Eu era criança iniciando a adolescência, mas nunca pensou-se que iria acontecer o que aconteceu, eu achava que nós iríamos continuar ali (antigo Alagamar). A vida lá era muito boa, não tinha este mundo da internet que se tem hoje, e nos juntávamos com as outras crianças filhos dos nossos vizinhos e íamos para a quadra da escola brincas todas as noites e na frente da quadra ficava a capelinha e ali nós brincávamos naquele espaço de esconde- esconde, pega-pega e tudo ficava bem próximo da minha casa e assim foi a minha vivencia no antigo Alagamar. Durante o dia íamos para a escola o que também era uma diversão para todos nós. Íamos para o rio tomar banho e era uma diversão. Nossa vida era muito boa me refiro a esta infância que eu tive antes de todo o processo da barragem.</p>
<p>2. Para você, o que significa essa barragem?</p>	<p>Significa mudança, que por mais que enfrentasse dificuldades lá não queríamos ter saído do antigo Alagamar e muitas vezes reflito como seria nossas vidas se tivéssemos morando lá, se não fosse a construção desta barragem, o que teria acontecido, como seria nossas vidas hoje, o que teia mudado, estas mudanças seriam para melhor ou não, por que já se tinha uma comunidade inteirai construída que era o Antigo Alagamar, por que aqui começamos a construir a comunidade do zero e lá já tínhamos estruturas de escola com quadra, postinho de saúde, igreja, e reflito o que teríamos melhorado na nossa comunidade se não fosse esta barragem.</p>

<p>3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?</p>	<p>Mesmo criança e de forma inconsciente já participava do MAB, indo em uma reunião comunitária com meus pais, participando de mobilizações no canteiro da obra da barragem do Castanhão durante o processo de construção, seja ajudando junto com minha mãe e o grupo de mulheres a organizar a limpeza comunitária dos espaços coletivo da vila dos barracos de madeira, ficar brincando enquanto meus pais estavam em uma reunião. Minha participação de forma consciente a nível estadual no MAB foi quando já tinha quase 18 anos em que ajudava a coordena alguns projetos, formações políticas e reunião de mobilização junto a direção estadual do MAB. Então decidir ser mãe aos 26 anos e passei a participar só a nível local aqui na comunidade mesmo.</p>
<p>4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?</p>	<p>Um dos maiores impactos foi já depois da barragem construída quando começou o período chuvoso e a barragem começou a acumular água e o nível da água só aumentava e um dia acordamos com a água entrando em nossa casa já e também chegou um momento que o caminho que usava para chegar até a escola já estava inacessível por conta da inundação e tivemos que sair da nossa casa e foi muito doído ver os vizinhos perdendo suas coisas(mobília) por que a água estava entrando nas suas casas, perderam também seus animais de pequeno porte como galinhas, porcos, ovelhas, os animais maiores foi possível salvar, mas mesmo assim muitas vacas morreram afogadas pois chovia muito durante as noites e as água subiam muito rápido, muito perderam seus motores que usava para o plantio irrigado, perdeu-se as plantações de feijão, milho tudo foi perdido e não se conseguia fazer nada diante desta situação inicialmente e não foi reparado esta percas não teve indenizações por estes tipos de percas materiais e foi neste momento que comecei a entender o real processo da barragem.</p> <p>O período que moramos nos barracos foi de dificuldades, mas foi um dos momentos que mais uniu a população da comunidade para conseguir o a terra para a construção do reassentamento e como fruto desta união foi que consegue-se agilizar o processo de tomada de descrições por parte dos governantes responsáveis pela resolução da problemática, da busca da área para construção do novo assentamento Alagamar, construção das nossas casa e logo foi definido a área, começando a chega dos matérias para construção das nossas casa e de toda a comunidade.</p>

	<p>Por que antes os governantes não queria este projeto de casas e de divisão da terra desta forma que temos hoje, o plano era fazer casas pré-moldadas que só encaixava as paredes e que se furasse a parede com um prego saia na parede do vizinho, mais isto com o argumento que seria mais rápido a construção e assim não precisaria construir os barracos e já seria construído as casas definitivas para nós morar, mas não aceitamos de forma alguma esta proposta e exigimos que nossas casas deveriam ser de alvenaria e era uma construção que iria demorar? Sim, mas merecíamos uma moradia digna depois de todas as violações que sofremos.</p>
<p>5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>Sim, hoje compreendo que foi negado o direito de participação política e voz a minha mãe e a outras mulheres, por que elas não iam nas reuniões fora da comunidade e só elas que ficar em casa cuidados dos filhos e das suas casas.</p>
<p>6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?</p>	<p>Morava com os meus pais, então só estudava e não tinha uma renda dependia financeiramente dos meus pais e não sentia se está questão afetou.</p>
<p>7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?</p>	<p>Trabalho em casa e na administração das vendas da produção de queijo da queijeira (fabrica de produção de queijo) da minha família de forma autônoma.</p>
<p>8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?</p>	<p>Sim, Bolsa família.</p>
<p>9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?</p>	<p>Diminuo a convivência diária com nossa vizinhança da comunidade antiga, aqui passamos a morar mais distante outros foram morar em outros lugares e ai fomos perdendo estes laços, tipo tinha três famílias que tínhamos um laço de amizade muito forte e estas foram morar em um reassentamento próximo a nova cidade de Jaguaribara, familiares meu como meus avós paternos foram morar em outro município vizinho e perdemos o convívio diário.</p>
<p>10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?</p>	<p>Sim, pois mesmo eu ainda muito nova lembro que escutar a conversas dos meus pais juntamente com os vizinho de que o governo não estava preocupado em conseguir a terra para nos reassenta por que a previsão para o lago encher seria de 10 anos e a realidade foi completamente o oposta, após a construção da barragem foi questão de um mês e meio para que a água chegasse nas nossas casas e com o passar do tempo compreendi que todo este processo de violação que vivemos em ter nossa casa inundada, ter morado quase dois anos em um barraco de madeira, a perda dos nossos animais de pequeno porte, dos moveis da nossa casa poderia ter sido evitado se o processo de</p>

	<p>identificação da área e a reconstrução da nossa nova comunidade tivesse acontecido em paralelo a construção da barragem, então é esta a dívida que até hoje ainda é existente com nós atingidas e atingidos. Por que foi muita negligencia por parte do <u>DNOCS — Departamento Nacional de Obras Contra as Secas</u> órgão responsáveis pela construção da barragem e do governo do estado. Outra dívida é a psicológica e emocional, foi um trauma muito grande para a população principalmente para as pessoas mais idosas que viram seus filhos nascerem e se criado naquela comunidade e de repente ter sua casa inundada, lembro de ver muitas pessoas chorando durante este processo, outras adoeceram de tanta tristeza. Como nós moramos bem próximo ao rio as casas da nossa comunidade era uma vila que ia sentido subindo contrário ao rio e à medida que a água ia aumentando seu nível muitas famílias tiveram que se abriga nas casas de vizinhos mais a cima enquanto finalizava a construção do seu barraco para se mudar, minha avó materna foi uma destas que passou 10 dias morando na casa de um vizinho junto com sua família.</p>
<p>11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?</p>	<p>Sim, muita no meu caso ainda era pequena, uma criança e tinha mesmo irmão então mãe não podia sair e nem tinha como nós levar para ir nas reuniões fora da comunidade e tinha todo o custo financeiro que teria para sair com três crianças então era mais ele que iam, mas nas reuniões na comunidade nós participávamos e muitas vezes ficávamos brincando no espaço de fora da sala de reunião. Lembro que antes de nós mudar das nossas casa do antigo Alagamar minha mãe e muitas outras mãe não dormiam a noite com a preocupação da água entrar dentro de sua casa e elas estarem dormindo e não ter como saírem com seus filhos e eu via muito a preocupação da minha, com esta coisas eu não sentia a mesma preocupação do meu pai com relação a isto, e para me que ainda era criança e iniciando adolescência naquele período não conseguir entender este processo e lembro-me muito que minha mãe sempre ficava em casa e cuidada de tudo em casa e meu pai sempre saia ir nas reuniões fora do Alagamar. E eu não sentia tanto estes impactos por que era muito jovem e sim mãe que sentia, se fosse hoje claro que eu iria ter igual, do que eu iria fazer, onde iríamos morar, então isto para minha mãe e para minha vó foi diferente.</p>
<p>12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?</p>	<p>O que me fez ser uma mulher atingida foi o processo de tomada de consciência política das violações de direitos que toda a comunidade sofreu e que só a luta como por exemplo: ir fazer uma mobilização para parar o trafego da BR116 e com isto conseguir chamar a atenção das autoridades políticas e só assim, pode-se conseguir minimamente uma moradia digna. Então ser uma</p>



	<p>nascimento até os 12 anos de idade. Neste período tudo o que acontecia na comunidade tinha relação com as conjecturas da barragem Castanhão. Tenho muitas lembranças desse período, lembro que morávamos de favor numa casa com três cômodos e sem reboco e vivíamos sonhando com o dia em que teríamos a nossa casa, um quarto só pra mim e pra marina...era um sonho coletivo, de todos que acreditavam que a luta poderia trazer conquistas. Lembro também que não tínhamos água encanada, ninguém da comunidade tinha, a não ser os pequenos e médios proprietários daquela região, então, a saída era ir buscar água no rio de jumento, com as ancoretas apoiadas no animal. Na infância tínhamos muitas brincadeiras diferentes das de hoje: esconde-esconde, bita, cai no poço, de dar aula, bila, peteca e tinha uma muito particular que nós aprendemos com kelly, que trabalhava lá em casa, recortávamos figuras de pessoas humanas, de móveis, de comida das revistas da hermes, avon e montávamos uma casa dentro de um livro, cada um de nós (eu, kota, marina, sara e lucas) tinha um livro onde morava uma família, com nomes e histórias.</p>
<p>2. Para você, o que significa essa barragem?</p>	<p>Significa uma marca profunda na história da minha família e da minha comunidade. Uma marca que despertou não só muitas dores coletivas, mas, também muita atuação coletiva da população durante décadas e décadas de luta e organização.</p>
<p>3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?</p>	<p>Quando eu era criança a barragem já vinha sendo construída, né ... então, eu considero que, de alguma forma, já na infância eu participei dessa luta. Desde o começo os meus pais (Zé Alves e Margarida) estiveram à frente nessa luta. A nossa casa por muitas vezes funcionou como um ponto de encontro dos militantes do MAB da comunidade Alagamar e adjacências. A nossa família sofreu e sofre até hoje, na pele, todas as situações adversas da luta: acusações, ataques, perseguições, ameaças, tentativa de homicídio. No final da construção da barragem, em 2004, passamos por um novo momento dramático na comunidade, a barragem foi concluída e em 20 dias atingiu a sua capacidade máxima, sem que as comunidades no entorno tivessem reassentamento garantido. Todas essas famílias tiveram que vê a água chegando na porta de suas casas e elas sem ter pra onde ir. Eu tinha 12 anos e vivi esse drama. Todos nós fomos removidos às pressas, uns de carro, caminhão, outros de helicóptero, e fomos</p>

	<p>morar no alto da chapada em barracos de madeirite, onde a água não chegaria... hoje eu reconheço que foi ali que minha militância começou, porque a vida comprimida nos barracos de madeirite era muito difícil, tensa, desesperadora, então o governo do Estado decidiu começar um trabalho de ação comunitária e sensibilização no local, com foco no tema do meio-ambiente. Com isso, eu, Sara, Susi, Rayanne, Rafaela, Marina, formamos um grupo de jovens chamado “Grupo amigos da natureza”, que fazia apresentações teatrais, dublagens, no início de cada reunião da comunidade. Acho que foi aí que comecei a compreender e ao mesmo tempo me despertar para esse trabalho coletivo. Aos poucos já adolescente fui nutrindo um desejo de ser militante. Lembro que o MAB fazia encontros de dois, três dias em Jaguaribara, nesse tempo Sara já tinha começado a participar, mas mãe não me deixava ir. Fiz ensino médio, faculdade, comecei a trabalhar, mas essa vontade continuava persistindo. Até que, em 2014, o MAB, pela relação histórica, me convidou para ir para o Maranhão construir o movimento lá. Eu topei, e a partir daí oficializei a minha entrada na militância do MAB, passando a atuar de maneira orgânica, pelas instâncias nacionais e a construir uma trajetória política autônoma, independente enquanto mulher. Atuei durante 8 anos nos Estados do Piauí e Maranhão, de 2014 a 2022 e nesse período tínhamos um grupo misto de homens e mulheres, aos poucos os homens foram se mudando para outros estados e tivemos um bom período, onde a direção do MAB PI-MA era majoritariamente formada por mulheres (eu, maria e samantha), isso foi algo muito novo, enquanto muitos estados continuavam sendo coordenados por homens (como essa figura principal, de destaque), aos poucos com o trabalho de autoorganização das mulheres, que se deu nesse período, fomos vendo mais mulheres se colocarem na direção dos processos políticos do MAB. Mas, falando especificamente da minha atuação enquanto militante, eu penso que esses anos no MA e PI foram de muito crescimento político e que me tornaram a mulher que sou hoje, sei também que isso só foi possível alcançar porque não tinha nenhum grande líder do sexo masculino convivendo todos os dias comigo e com as meninas, na região. Isso nos deu liberdade para aprender, experimentar essas tarefas e, principalmente, liberdade para ATUAR</p>
--	---

	<p>POLITICAMENTE, sem muitos impedimentos. Lembro que mesmo assim sentíamos o machismo, um dos espaços que eu mais sentia o machismo era quando íamos fazer uma reunião no sindicato, muitos assédios também sofremos ali, mas, mesmo assim com o tempo eles aprenderam a nos respeitar como dirigentes políticas. Concluo dizendo que, ser uma mulher dirigente não é nada fácil, porque mesmo que você tenha uma trajetória impecável basta muita pouca coisa para você ser desqualificada e tirada dos espaços de poder, principalmente se você chegar a questionar um homem que tem poder.</p>
<p>4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?</p>	<p>Acredito que o primeiro impacto foi a negação do direito à informação, daí o que restava era um cenário de muita indecisão e incertezas, que dividia opiniões e levava às tensões e a própria divisão da comunidade. Lembro que pai, Josivaldo, Francisco Ruimar, faziam perguntas nas reuniões do grupão que só eram respondidas na reunião seguinte, que acontecia pelo menos um mês depois. Essa dinâmica se dava no início da construção da barragem e essa forma teve que ser questionada para que fosse mudado o formato com que o DNOCS fazia as reuniões com a população atingida da região. Como pai junto com Josivaldo estavam à frente da luta, muitos desses conflitos que repercutiam na comunidade acabavam gerando muitas tensões e preocupações no ambiente familiar. Por muitos anos, pai foi alvo de acusações, ataques, ameaças, de preconceito, desqualificação por parte dos fazendeiros e inimigos secundários do MAB. E tudo isso teve um impacto emocional e psicológico muito forte na nossa família.</p> <p>Um outro impacto foi a própria negação do direito de decidir sobre a barragem e sobre a nossa permanência no velho alagamar.</p> <p>Tivemos o impacto de ser deslocado, desterritorializado do nosso lugar e isso se deu de uma forma muito sofrida, porque já sabíamos que uma hora tínhamos que ir, mas, com a cheia da barragem esse deslocamento acabou acontecendo do dia pra noite. Tudo isso foi muito doloroso.</p> <p>Com o deslocamento outros impactos aconteceram, como: a perda da renda, do trabalho, do modo de vida, a perda do contato com o rio que se dava de maneira diária. A perda da renda aqui tem várias ordens, significa o trabalho que se realizava e não é mais possível, mas também a</p>

	<p>perda da oportunidade de renda, com a chegada de grupos de homens vindo de outros lugares que monopolizaram o nicho da pesca com seus modernos instrumentos de trabalho, ganharam muito dinheiro e a comunidade ficou sem nada. Como se não bastasse, ainda contribuíram muito para aumentar os casos de violência na comunidade. Mas, algumas perdas não tivemos: permanecemos todos na mesma comunidade, permanecemos todos com a mesma relação de vizinhança. Tudo isso foi pensado intencionalmente pelo MAB e é uma importante conquista que pouca gente sabe.</p> <p>Todavia, um grande impacto que eu percebo hoje em dia na comunidade, depois de 18 anos morando no reassentamento, é o impacto do adoecimento mental. Muitas pessoas no Alagamar hoje sofrem com sintomas de depressão e houve vários casos de suicídio.</p> <p>Por último, o maior impacto que sinto é o fato de ser uma mulher atingida por barragem, essa marca que a gente carrega e que fica quase impossível desvincular a nossa pessoa dessa história de uma barragem no meio do caminho.</p>
<p>5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>Sim, mas eu exatamente não sei dizer com precisão. Talvez o direito de manter um vínculo com a minha cidade natal, Jaguaribara, devido a distância de mais de 70km. Muita gente sofreu com esse apartamento da velha cidade Jaguaribara, que era uma cidade muito querida na região, cidade de um povo muito especial. Isso também nos fez sentir órfãos enquanto comunidade durante muito tempo. Eu me lembro que no início era uma sensação estranha sair todo dia pra estudar em Jaguaretama e tentar buscar ali alguma ligação histórica e não encontrar, ao contrário, o que tínhamos era uma indiferença muito grande das pessoas. Isso é uma coisa que até hoje notamos. O quanto é diferente o povo de Jaguaretama em relação aquele povo de Jaguaribara... talvez a outra coisa tenha sido a perda do vínculo com o rio Jaguaribe. Deve existir outros, mas não me recordo bem agora.</p> <p>Para além de mim, quando penso nas mulheres, de todos os direitos violados talvez o da participação política tenha sido um dos principais. Nessa época falava-se muito pouco de feminismo, não se pensava muito sobre isso. Era bem diferente de hoje, então, a participação das mulheres se dava de forma despercebida no processo ou como auxiliar</p>

	<p>dos homens, por exemplo, quando a gente pensa sobre a construção de referências políticas, o imaginário político desta luta, as contribuições que houveram, pensamos sempre em dois ou três homens (pai, Josivaldo, Jeová) e quando pensamos nas mulheres elas aparecem como agentes que estavam ali dando suporte. Isso é muito forte de pensar hoje em dia. Eu, por exemplo, não me lembro de nenhuma reunião que tenha sido conduzida por uma das mulheres que estavam também à frente, nesse período. As falas que traziam alguma notícia eu lembro que sempre eram pronunciadas pelos homens, mas as mulheres participavam desde sempre, iam nas reuniões, nas ocupações, etc. Elas estavam lá, só que o papel político que desempenhavam acabava sendo muito reduzido, dado o patriarcado e a divisão sexual de gênero.</p>
<p>6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?</p>	<p>A participante não respondeu.</p>
<p>7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?</p>	<p>Sim, sou liberada pelo MAB. (Militante remunerada).</p>
<p>8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?</p>	<p>Não</p>
<p>9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?</p>	<p><b>Na família</b> - eu acho que nós todos lá de casa carregamos dores, dores que são coletivas, comunitárias e também familiares, vividas nesse processo. Sentimos com muita intensidade tudo que foi vivido. Acho que a nossa família conseguiu sobrelidar esse sofrimento e continuar sempre ativa, conseguiu se manter atuando, sendo exemplo e também protagonista de muitas coisas, mas ainda assim acho que, esses é um dos maiores impactos, pois não dá pra esquecer tantas coisas.</p> <p><b>Nos amigos</b> - Acho que se manteve em certa medida, mas também mudou muito. Exemplo: a falta de perspectiva para os jovens fez com que muitos fossem embora pra SP nos primeiros anos após a chegada no Reassentamento e com isso eu perdi várias relações de amizade que eu tinha construída do tempo de escola. Outro fator que mudou o círculo de amizade foi a religião evangélica. Várias amigas que eu tinha deixaram de manter a amizade, em função da religião.</p>

	<p><b>Nos vizinhos</b> - os vizinhos permaneceram sendo vizinhos, e a relação com eles foi possível manter, mesmo entendendo que a mudança de lugar, de território muda tudo, toda a dinâmica, não é mais igual a de antes em nada. Como já citei, essa foi uma conquista simbólica e social muito importante da luta do MAB. Não conheço nenhum outro lugar que tenha conquistado algo assim.</p> <p><b>Nas práticas religiosas</b> - sem dúvida, a situação de sofrimento coletivo provocada pelas conjecturas da barragem Castanhão propiciou mudanças na prática da fé das pessoas. A comunidade Alagamar é uma comunidade de mais de 100 anos e, todavia, a igreja católica foi o principal e único ponto de encontro religioso na comunidade. De lá pra cá, a maior mudança que tivemos na comunidade foi a construção da barragem Castanhão. Lembro que poucos anos, cerca de dois a três anos, depois de mudarmos para o Reassentamento começou a ter presença de fiéis da igreja assembleia de deus, que começaram a ir pro Alagamar. Pouquíssimo tempo depois tínhamos uma legião de pessoas do Alagamar começando a professar essa fé. Claro que isso não tem a ver só com a barragem, uma vez que o Brasil começava nesse período, 2013, 2014, a viver um tempo de expansão das igrejas neopentecostais. Também nesse período, talvez um pouco antes, a doutrina espírita começou a ter espaço na comunidade.</p>
<p>10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?</p>	<p>Sim, com certeza. Depois de 20 anos de conclusão da barragem Castanhão, 18 anos de Reassentamento Novo Alagamar, ainda temos projeto de irrigação para 134 famílias que não saiu do papel. Isso é um verdadeiro absurdo! Desde o início da construção da barragem, em 1995, a comunidade Alagamar vive situações extremas e dramáticas: o susto da cheia do Castanhão 20 dias depois de construído, quando se anunciava que levaria 10 anos pra encher; 14 anos depois, a seca do Castanhão que deixou famílias do Alagamar e da cidade de Jaguaretama sem água para beber durante meses, todas poderiam ter sido evitadas, se o central fosse as famílias atingidas, as pessoas, ao invés das empresas. Existe sim uma dívida social enorme, todos esses danos precisam ser levantados e a população precisa ser reparada.</p>
<p>11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem,</p>	<p>Sim, com certeza. O MAB vem conseguindo sistematizar isto desde 2013, quando comprova</p>

são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?	que os impactos das barragens são proporcionalmente maiores na vida das mulheres.
12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?	<p>Ser uma mulher atingida por barragem é viver uma condição social desumana que quando se manifesta passa a determinar todas as fases seguintes da sua vida.</p> <p>Ser uma mulher atingida por barragem é viver uma condição social que, muitas vezes, é pré-determinada anteriormente por agentes do mercado e do Estado, que visam controlar certos territórios geográficos com capacidade de garantir rentabilidade para o capital. Ser atingida é, portanto, fazer parte de um grupo populacional que vive em territórios que, num determinado momento, são transformados em territórios de sacrifício e tentam sobreviver a um estágio de profundo desmantelamento social.</p>
13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dar maior intencionalidade política ao trabalho com as mulheres atingidas construindo um Plano Nacional de fortalecimento e auto organização das mulheres atingidas, de nível superior, pensando 3 anos.</li> <li>- Construir o feminismo popular dentro do MAB e com a nossa base social.</li> <li>- Superar a divisão sexual de gênero dentro do Movimento</li> <li>- Construir um protocolo de comportamento dos homens, que garanta segurança e proteção às mulheres.</li> <li>- Assegurar a contribuição política das mulheres do MAB em todos os espaços públicos e políticos, de articulação, negociação e direção do MAB, em nível nacional, internacional, estadual e regional.</li> <li>- Posicionar as mulheres como sujeitas políticas do Movimento, com a mesma legitimidade dos companheiros homens.</li> </ul>
14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ter conseguido desenvolver um trabalho intenso de auto-organização em nível nacional, alcançando o protagonismo dentro do MAB, na luta dos atingidos e atingidas e para fora (parceiros)</li> <li>- desenvolver um potente trabalho artístico, lúdico e político através das Arpilleras, resultando num filme belíssimo e em diversas e múltiplas exposições artísticas Brasil a fora.</li> <li>- ter conseguido ocupar e incidir politicamente nos espaços políticos desde a base até os espaços</li> </ul>

	nacionais, o que representou uma grande mudança no MAB nos últimos 10 anos.
--	---

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

### Quadro 9 – Depoimento das participantes atingidas

3º Atingida – grupo 2.	
Identificação	
Idade: 27 anos	
Localidade de origem: Velho Alagamar	Ano de saída: 2003
Moradia atual: Vila Mineiro	É reassentamento? Sim (X) Não ( )
Estado civil: União Estável	Nº de filhos: Nenhum filho
PERGUNTAS	DESCRIÇÃO DA FALA
1. Como era sua vida antes da barragem?	Quando a construção da Barragem Castanhão foi anunciada em 1985, eu não era nascida. Já quando eu nasci, em 1996, estava se dando o início da construção da obra, então, na verdade, toda a minha vida foi permeada pela construção e posterior operação da barragem. É como se não existisse para mim uma vida anterior à Barragem Castanhão. De toda forma, em meio à construção da obra, dos impactos e discussões é que se deu a nossa infância e crescimento. Eu acredito que isso reverberou em muitos impactos, às vezes até não muito perceptíveis e em consequências no âmbito psicológico, social, que às vezes não temos muita dimensão. De todo modo, nós ainda ficamos no Velho Alagamar, local inundado pelo lago da barragem, até 2003, ano em que eu tinha apenas pouco mais de 7 anos de idade. Isso significa dizer que ainda tenho algumas lembranças consideráveis do Velho Alagamar. Consigo recordar bem da nossa casa, que na verdade não era nossa, era cedida por uma pequena proprietária que era da nossa família (irmã da minha vó). Era uma casa bem simples, sem reboco e de vez em quando o filho dessa pequena proprietária falava em nos tirar de lá. Nossa vida era bem simples, não tínhamos muito pertences e era uma casa com 4 crianças e dois adultos. Também entre as principais lembranças consigo pensar no Rio Jaguaribe. Nossa casa ficava em uma distância curta das margens do rio e íamos a pé buscar água, lavar roupas e brincar no rio, então, sem dúvida, esse é o aspecto mais importante da nossa vida antes da barragem: o vínculo muito grande com o Rio Jaguaribe. Apesar de nessa época nossos pais não trabalharem mais na agricultura, eles já eram

	<p>servidores públicos (agente de saúde e professor), então não tínhamos a ligação com o rio como base de sustento familiar, como os demais ribeirinhos que pescavam e plantavam em vazantes, mas nosso vínculo com aquelas águas também era muito grande, porque dependíamos materialmente dela para o abastecimento hídrico da casa e porque era lá que lavávamos as roupas também. Esse vínculo também era no campo do simbólico e ligado a qualidade de vida. Lembro muito dos banhos, de catar juás na estrada, das brincadeiras e do trabalho vínculo a carregar água de lá até em casa. Então, a nossa vida era uma vida de uma família ribeirinha e camponesa, com as dificuldades sociais enfrentadas por esse tipo de população naquela época, especialmente as carências sociais e econômicas. Outro aspecto importante é a nossa participação nas lutas dos atingidos pela barragem. Desde o início dos anos 90, as lideranças da comunidade do Alagamar começaram a participar de forma ativa da resistência contra a construção do Castanhão. Esse processo fez surgir o MAB na comunidade e região. Então, como nossos pais eram lideranças nesse processo, nós que éramos crianças também participávamos. É claro que não entendíamos muito bem os significados daquilo, mas acompanhávamos as reuniões e debates. Enquanto os adultos discutiam, nós brincávamos. Mas, a presença em muitas, muitas e muitas reuniões é também uma lembrança muito grande para mim. Então, a nossa vida era sim: entre trabalho, brincadeiras, vivência no rio e reuniões.</p>
<p>2. Para você, o que significa essa barragem?</p>	<p>Bom, o significado do Castanhão para mim tem dois sentidos. Um sentido é mais pessoal, enquanto uma criança atingida por barragem que fui. E o outro tem ligação com a compreensão política que adquiri durante tantos anos de militância no Movimento dos Atingidos por Barragens. As duas interpretações não são discordantes, mas penso que cada uma tem particularidades importantes. Enquanto uma criança atingida, eu acredito que o Castanhão significou algo como o aprisionamento ou o nosso afastamento do Rio e das nossas origens. Foi como algo gigante que veio modificando tudo. Ao mesmo tempo e contraditoriamente, foi a partir desse processo e das lutas travadas que me tornei uma pessoa adulta, militante, com fé nas causas sociais. Tudo da minha vida foi permeado pelo Castanhão: a minha trajetória e concepção política, a minha formação profissional como agrônoma e mestra, entre outras</p>

	<p>coisas. Já do ponto de vista político, eu entendo o Castanhão como um sistema sociotécnico e hidrossocial, responsável por redesenhar territórios e por inserir territórios na dinâmica globalizada do capitalismo. Esse processo se deu e se dá, sobretudo, através de um cercamento das águas e da construção de um sistema hídrico e hidrossocial que garante suprimento de água para grandes empreendimentos e para um processo de urbanização intensiva da capital Fortaleza e sua zona metropolitana.</p>
<p>3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?</p>	<p>Como falei na primeira pergunta, antes e durante a construção da barragem, nós ainda éramos muito crianças. Apesar disso, a nossa participação se dava associada à participação dos nossos pais. Nas reuniões que meu pai e minha mãe iam, nós também íamos. Nessa época, ainda não existia a construção política e organizativa da Ciranda do MAB, por isso a nossa participação enquanto crianças era muito limitada. Eu sempre penso o quanto teria sido rico e importante garantir a construção desse espaço, pois acredito que foi um grande limitante para uma maior participação das mulheres nas lutas que foram travadas na resistência ao Castanhão e na luta pelos direitos das famílias. Acho que essa foi uma grande razão para a luta ter sido protagonizada por homens. Dessa forma, como eu era muito jovem, quando a nossa mãe não ia para as reuniões, nós também não íamos. Eu particularmente só comecei a participar de forma mais orgânica no MAB com cerca de 10, 12 anos, em virtude dos encontros de formação que aconteciam no Alagamar. Como eram encontros perto de casa, nesses nós íamos independente da nossa mãe ir. Para mim, era tudo muito interessante: a música, as pessoas diferentes, as falas. Eu achava muito rico. Achava interessante aquelas pessoas, discursos, mas acredito que eu não entendia tão bem. Eu só comecei a entender e participar de forma mais consciente, a partir dos 13 ou 14 anos, quando comecei a participar das escolas de formação do MAB e quando comecei a ler mais os livros que o MAB trazia para a região. Lembro de ler o livro “A mãe” com 13 anos, porque encontrei ele na secretaria do MAB. E desde então fui entendendo o processo da luta. A partir dos 14 anos, é que envolvi na militância e desde então não parei de participar. Participei de todas as instâncias da organização e, atualmente, sigo participando, mesmo que em menor intensidade, especialmente em articulações</p>

	comunitárias no Alagamar e na assessoria e contribuição em projetos sociais que o MAB articula e desenvolve.
4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?	De um ponto de vista mais individual, eu acredito que o maior impacto do Castanhão na vida foi um processo de desterritorialização um pouco brutal. Eu sempre brinco dizendo que eu sou uma pessoa sem município. Até hoje pra mim, o local em que eu tenho apego emocional de fato é apenas o Alagamar. Isso porque eu não conheci a Velha Jaguaribara. Quando as famílias foram transferidas para a Nova Jaguaribara em 2001, eu tinha apenas 5 anos. Então, eu não tive essa experiência de memória que alguns tem. Ao mesmo tempo, eu não convivi na Nova Jaguaribara, porque ficou muito distante de nós. Eu achava um martírio quando precisávamos ir à nova cidade. Ao mesmo tempo, não tínhamos vínculo com Jaguaretama, eu nem conhecia Jaguaretama na verdade. Eu só passei a andar em Jaguaretama quando comecei o ensino médio em 2010, com 13 anos, mas apenas ia para a escola, não tinha vínculos. Então, quando o Alagamar mudou para Jaguaretama, também em 2010, pra mim representava pouca diferença, mas esse processo todo fez com que eu, assim como muitos outros, não se identificassem nem com Jaguaribara nem com Jaguaretama. Então, eu interpreto que o impacto maior pra mim pessoalmente foi esse processo de desterritorialização, que não restringe apenas ao aspecto comunitário, mas também a toda uma abrangência municipal. Já de um ponto de vista mais coletivo, eu acredito que os maiores impactos afora o deslocamento foi a ausência de garantia de direitos para a população rural atingida. Eu penso que o processo vivenciado pela população rural foi muito problemático e difícil em múltiplas dimensões. Não se tinha projeto para essas famílias e os projetos foram desenvolvidos a partir da pressão da luta dos atingidos, mas em um descompasso muito grande com as reais necessidades. O resultado disso é que até hoje os assentamentos ainda registram muitos problemas.
5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?	Confesso que sinto dificuldade de pensar nesse sentido, em virtude da vivência desse processo ter se dado em uma fase de infância e não de idade adulta. Acho que consigo pensar em direitos violados muito mais na perspectiva de uma pessoa que viveu uma infância atingida, do que como propriamente uma mulher atingida. Por exemplo,

	<p>consigo pensar na ausência de informações e de esclarecimentos para as crianças atingidas. Sempre penso que foi de uma dureza muito grande esse processo para as crianças. Eram tantas mudanças e nós não entendíamos o que aquilo significava. Existia muito medo e confusão na nossa cabeça. Eu tinha medo dos meus pais morrerem, tinha pesadelos com grandes ondas de água destruindo tudo, sofriamos muito com as chuvas incessantes de 2004 e com o fato de não termos casa, então tinha a insegurança também com o futuro. Imagine isso tudo na cabeça de uma criança. Às vezes, eu penso que isso gerou na minha família um quadro muito grande de ansiedade com repercussões até os dias atuais. Mas, ao mesmo tempo, do ponto de vista de uma mulher atingida, considerando toda a compreensão política que adquiri na militância do MAB, eu acredito que entre os direitos mais violados foi, sem dúvida, o direito à participação nas discussões, tanto nos espaços governamentais, como nos espaços políticos e de organização.</p>
<p>6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?</p>	<p>Como relatei, esse processo se deu em uma fase em que eu era uma criança.</p>
<p>7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?</p>	<p>Sim, sou engenheira agrônoma, faço mestrado e trabalho com assessoria em projetos sociais, culturais e ambientais.</p>
<p>8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?</p>	<p>Não</p>
<p>9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?</p>	<p>Eu avalio que os impactos nesse sentido foram diversos e muito profundos.</p> <p>Familiar - Com as transformações ocasionadas com a construção da barragem Castanhão, nossa família e a de muitos da nossa comunidade foi um pouco esfacelada e dividida. Alguns foram morar distantes em outras comunidades. Meus avós, por exemplo, foram embora e acabaram sendo assentados em um outro lugar.</p> <p>Convívio comunitário e amigos - Além disso, ocorreu mudanças na convivência social e comunitária, os vizinhos mudaram, assim como as práticas e costumes comunitários. Acredito que, de algum modo, apesar de na nova comunidade ter sido garantido melhoras e consideráveis benefícios sociais, como água encanada, terra, moradia e outros, essas perdas sociais e comunitárias nunca foram recuperadas, porque o que acontece é um</p>

	processo de quebra e desmantelamento das redes sociais, econômicas e culturais que existiam antes.
10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?	<p>Sim. Entendo que os problemas sociais dos atingidos pela barragem Castanhão, mesmo 20 anos após a inauguração da obra seguem não resolvidos, em parte. Acredito que esse fato é verificado sobretudo na área rural, a minha pesquisa de mestrado fala muito sobre isso, sobre a existência de uma dívida com essas famílias da área rural. Não existia projeto para essas famílias quando foi formulado a ideia do Castanhão. Era previsto apenas o assentamento da nova cidade e o pagamento de indenizações às famílias detentoras de terras, mas havia uma massa gigantesca de sem-terras, que eram moradores dessas fazendas e ficariam a Deus dará, se não fosse a luta e a resistência protagonizada pelo MAB nessa região. Eu penso que essa dívida é histórica e hoje em dia assume novos contornos. É como se fosse uma dívida que vai se renovando a cada novo período, porque não é algo mais que as estruturas governamentais enfrentam. Mas não é possível negar os problemas sociais, econômicos e estruturais dos projetos e dos assentamentos e, para mim, a maior face dessa dívida na atualidade tem a ver com o que chamei na minha pesquisa de múltiplas faces da injustiça hídrica. Em outras palavras, isso significar dizer que mesmo se tratando de uma barragem de acúmulo de água, uma das maiores no nordeste e até da América Latina, cujas águas caminham por mais de 200km para chegar em Fortaleza e no Pecém, ainda existem diversas comunidades e famílias que foram atingidas e deslocadas pela obra e que não tem garantia de segurança hídrica, mesmo residindo a uma distância menor do que 30km do lago da barragem. Acredito que atualmente esse é o maior exemplo de injustiça e da permanência de um quadro de dívida social nesse contexto.</p>
11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?	<p>Acredito que sim. Penso que no caso das mulheres muitos outros direitos foram negados, além do que aqueles violados de um ponto de vista geral para homens e mulheres. Para as mulheres, não foi garantido um processo amplo de participação nas discussões, como é comum nos casos de construção de barragens. Acho que também o impacto no sentido social e psicológico, em relação à perda dos laços comunitários e familiares também é mais sentido pelas mulheres. E o fato de ainda ser negado o direito ao acesso à água em</p>

	<p>muitas áreas e comunidades da região do Castanhão também afeta muito mais a qualidade de vida das mulheres, visto que são elas que na maior parte dos casos são as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado. Sem água nesses casos, a vida das mulheres é muito mais difícil</p>
<p>12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?</p>	<p>Acho que ser mulher atingida por barragem envolve um processo de construção e reconstrução permanente. Ser atingida também é uma identidade social e política que adquirimos no processo de participação social na luta política onde aprendemos que a nossa luta é pela vida e por direitos. Então, acho que ser atingida é também uma reafirmação, perante a sociedade, de que existimos e de que queremos ter voz</p>
<p>13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?</p>	<p>Como já citei, acredito que os desafios envolvem a garantia de direitos e a luta por visibilidade e reconhecimento. Acredito que ainda são necessários muitos avanços no tocante a esse tema do reconhecimento das mulheres atingidas como sujeitas de direitos e com especificidades importantes. Também acho que existe ainda o desafio da participação político e do fortalecimento da organização das mulheres, tanto no âmbito local e comunitário, como em processos de organização regionais e nacionais do MAB e de outras formas de organização das populações atingidas.</p>
<p>14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?</p>	<p>Acho que na luta do Castanhão ainda não se percebia a necessidade de pensar, formular e pressionar por pontos específicos voltados às mulheres, por insuficiência de compreensão política, entre outras coisas. De toda forma, as mulheres participaram da luta, estiveram sempre presentes, mesmo que muitas vezes invisibilizadas. Por essa razão, eu acho que todas as conquistas conseguidas nesse contexto foram também conquistas das mulheres, sobretudo, o direito à terra e o direito à moradia. Muitas dessas mulheres de que falamos eram sem-terra e viviam com suas famílias sob o jugo e as ordens dos patrões (donos das fazendas). Então, a luta por terra e moradia foi essencial para que se garantissem condições mínimas para essas famílias. Também acho que fazem parte das conquistas das mulheres o avanço do protagonismo na participação do MAB. Essa participação é histórica, mas se avançou muito após a intencionalidade de trabalho com as mulheres a partir da produção das Arpilleras e da gravação do filme das Arpilleras nessa região.</p>



	<p>locais, como os meus avós que foram indenizados e passaram a morar distante, próximo de outro município.</p>
<p>3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?</p>	<p>A barragem do Castanhão mudou a vida de toda a nossa comunidade e conseqüentemente, das pessoas que ali moravam. Em razão das contradições que sustentaram a sua construção como a falta de informação, de direitos e planejamento sobre o novo local de reassentamento das comunidades, um grupo de pessoas e lideranças da comunidade começaram a se organizar e através da igreja católica na época, conhecem o MAB.</p> <p>A partir daí, se dão conta que a realidade que eles sentiam na pele era a mesma de diversas outras regiões do país. Começam a questionar as autoridades locais e o estado sobre a situação do povo, realizando diversas ações para obrigar o estado e município a receber e negociar com as comunidades as suas pautas de reivindicações.</p> <p>O meu pai foi uma dessas lideranças, que também foi nos envolvendo nessa luta e desde cedo nos levando e incentivando a participar dos atos, reuniões e encontros do movimento no Ceará. Foi nesse processo que fui me formando, estudando, participando e tomando consciência sobre o meu lugar no mundo e na luta enquanto mulher e atingida por barragem.</p>
<p>4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?</p>	<p>Foram muitos, porém destaco três, primeiro a perda dos laços familiares e de amizade, a exemplo da mudança dos meus avós e alguns tios que já não podemos encontrar todos os dias e de amigas e amigos de escola que se mudaram para comunidades distantes ou para a cidade. Alguns desses nunca mais encontrei.</p> <p>A segunda foi a mudança dos costumes, como a nossa relação com o rio e os locais de brincar que foram deixados para trás, mesmo com a construção da nova quadra e do campo no novo reassentamento, isso foi modificado.</p> <p>Outro impacto foi a alteração do município que fazíamos parte, após o deslocamento para o novo Reassentamento Alagamar, foi identificado que a comunidade estava no território de Jaguaribara e não mais de Jaguaribara. As relações da comunidade passaram a ser com esse outro município devido à proximidade</p>
<p>5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>Na época em que fomos atingidos pela Barragem do Castanhão tinha apenas 11 anos de idade e assim como os adultos e mulheres da comunidade sofremos todas essas violações, perda dos costumes, perda dos laços familiares e comunitários, falta de informação, dentre outros.</p>

	Todo esse processo também foi muito doloroso na vida das crianças e adolescentes da região.
6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?	Não.
7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?	Sim, mas não resido mais no Reassentamento. Atualmente moro em Brasília e trabalho com assessoria parlamentar.
8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?	Não
9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?	Conforme questão 4, as relações cotidianas foram bastante modificadas como a perda da convivência diária com meus avós e tios que tiveram que se mudar, além de amigos e amigas da escolar (ver resposta da questão 4).
10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?	<p>Sim, muito do passivo de desenvolvimento das comunidades não foi atendido, muitas delas não sendo incluída no prometido “desenvolvimento”. Algumas famílias foram colocadas em vilas sem a adequada condição para melhoria das condições de vida, sem terras para plantar, adutoras de água, estruturas dignas de postos de saúde, escolas, centros comunitários e até de casas em melhores e adequadas condições (outros reassentamentos).</p> <p>Os assentamentos com projetos produtivos (novo Alagamar) ainda hoje encontram dificuldades para serem desenvolvidos, tendo as famílias que enfrentar problemas no adequado acesso a políticas públicas, como assistência técnica, créditos, subsídios de energia e água, acesso a água, dentre outros.</p>
11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?	<p>Sim, sem dúvidas. Vivemos em uma sociedade estruturalmente machista e historicamente foi negado a todas nós os espaços externos e de poder, cabendo apenas as tarefas de cuidado, seja dos pais, irmãos, maridos e filhos. Isso se reflete na participação das mulheres nos espaços, melhor dizendo, na baixa participação, intervenção e garantia de direitos.</p> <p>Inclusive, foi delegada as mulheres e jovens a responsabilidade do cuidado com os familiares adoecidos em todo esse processo de mudança em razão da Barragem do Castanhão.</p>
12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?	É ser, apesar de tudo, forte e nunca desanimar, mesmo nos momentos mais difíceis da luta e organização do movimento. É seguir com muita esperança e convicção na luta coletiva e organização do povo atingido por barragem, tendo a certeza de que não há outro caminho possível para a construção de uma sociedade mais justa para

	todas e todos, especialmente para os que virão depois de nós.
13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?	Um deles é não desanimar ou desistir da luta. Depois, continuar o estudo de forma individual e coletiva; participar ativamente do movimento; continuar denunciando as violações de direitos das mulheres, especialmente as atingidas por grandes barragens, obras, rompimentos, mudanças climáticas; lutar pelos direitos específicos das mulheres atingidas e avançar nos espaços de decisão do movimento.
14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?	No Ceará tivemos conquistas de alguns projetos de hortas PAIS, cisternas, cestas básicas, entre outros, que beneficiam a todos e em especial a vida das mulheres.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

### Quadro 11 – Depoimento das participantes atingidas

<p>5º Atingida – grupo 2.</p> <p>Identificação</p> <p>Idade: 34 anos</p> <p>Localidade de origem: Antigo Alagamar - Jaguaribara      Ano de saída: 2004</p> <p>Moradia atual: Fortaleza ano 2022      É reassentamento? Sim ( ) Não (x)</p> <p>Estado civil: Solteira      Nº de filhos: 01</p>	
PERGUNTAS	DESCRIÇÃO DA FALA
1. Como era sua vida antes da barragem?	Era uma vida de muito trabalho, a minha família sempre foi muito humilde uma família grande de 7 filho mais meu pai e minha mãe, então éramos 9 pessoas dentro de casa e todos tinham que trabalhar muito, nossa família era meio que extrativista acho que dar para classificar assim por que trabalhávamos com a palha da carnaúba, produzíamos vassouras e comercializávamos nos mercados e até para a prefeitura, pois naquela época era possível. Trabalhávamos também com a colheita de castanha de caju para vender, inclusive colhia também o fruto da oiticica, então trabalhávamos muito, era uma vida de muito trabalho no antigo alagamar e no período chuvoso plantamos feijão e milho, tinha o rio Jaguaribe que meu pai pescava também e assim era a forma da nossa subsistência
2. Para você, o que significa essa barragem?	A barragem tem vários significados, mais no geral uma forma de acumulo de água que nem sempre vai beneficiar, inclusive quem ela atingiu diretamente que tirou das suas casas e mudou totalmente a sua vivencia, não beneficiou e nem vai beneficiar diretamente como até hoje várias

	<p>família em torno da barragem do Castanhão ainda não tem água nas suas torneiras e nem para produção, enquanto isto a água desta barragem está indo vários quilômetros abaixo para outros locais, para empresas privadas para produção (o caso do perímetro irrigado do agronegócio nos municípios de limoeiro do norte e russas -CE), para outras cidades como abastecer a capital Fortaleza, e enquanto isto o povo atingido não é beneficiado em sua grande maioria com a água desta barragem.</p>
<p>3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?</p>	<p>O MAB chegou durante a construção da barragem e neste período eu era muito jovem e não conseguir compreender o processo de construção da barragem, fui algumas reuniões na comunidade com meus pais, mas nunca compreendendo o geral da luta, mas depois que mudamos para o novo Alagamar comecei a participar de alguns espaços do MAB na comunidade, depois na região e assim contribui ajudando a construir a organização e fortalecer o MAB , inclusive minha participação sempre se deu na construção dos espaços de participação das mulheres, pois sempre foi uma avaliado que era e é muito importante construir estes espaços onde as mulheres seja sujeitas ativas, as mulheres consigam ter participação política dentro da comunidade e fora, levando suas pautas, suas lutas, então desde de então contribui sendo uma sujeita organizadora e tem um histórico na região de construir as pautas das mulheres e de fortalecer as lutas e temos várias conquistas destes processos, e já venho ajudando nesta construção a alguns anos, como militante do MAB.</p>
<p>4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?</p>	<p>Um dos principais impactos da barragem na minha vida e foi com o passar do tempo que consigo compreender melhor é a perda dos laços principalmente familiares, a minha família foi morar em vários lugares, uma parte ficou na comunidade e foi assentada na nova comunidade, mas meus avós maternos foram morar em outro município, vários tios meus foram morar em outro município diferente, ficam longe uns dos outros e com a distância vai perdendo a convivência, perdendo os laços, por sermos familiares de sangue não há uma desligamento definitivo, mas há quebra no modo de vivencia/convivência, diminui a frequência de encontros no todo.</p>
<p>5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>Acredito que não tem como não ter sofrido processo de violações durante a construção da barragem, talvez a perda dos laços comunitários, familiares é um fator traumatizante, atinge diretamente, a perda da casa que tínhamos toda uma história de vida naquela casa, a perda do rio que se tinha toda uma vivencia de lavar roupa, da pesca que meu pai trazia o peixe como alimento</p>

	para casa, do banho no rio no final de semana, de brincar no rio e todos esta forma de viver foi violada.
6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?	Sim, impactou diretamente nos ganhos econômicos da minha família como um todo, trabalhávamos com a produção de vassouras que viam da palha da carnaúba (palmeira típica do nordeste) e inclusive as terras onde ficava o plantio das carnaúbas não erra nossa, então fazíamos o arrendo destas áreas, e água cobriu as terras e as carnaúbas e ficamos sem este meio de subsistência direto.
7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?	Sim, trabalho no comercio/empreendedora de forma autônoma e a militância no MAB.
8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?	Sim, Bolsa família.
9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?	Atingiu muito a vida na comunidade, a vida familiar e na questão religiosa afetou o município inteiro e não somente nossa comunica, mais falando da vivencia na comunidade antiga as festas de padroeiros eram enormes e vinham várias comunidades vizinhas participar junto, gente da sede da do município, então eram festividades grandes e bem tradicionais e foi se perdendo esta participação das comunidades vizinhas pela distância para se deslocarem, então afetou bastante, e todas estas mudanças se deu depois da construção do novo Alagamar.
10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?	Sim, existe esta dívida social que inclusive é irreparável por que não é só econômica, se fosse só econômica poderia ter se pensado várias medidas além da construção da nova comunidade e tal, mas como são percas sentimentais, emocionais acho que são impagáveis.
11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?	Acredito que por mais que a situação de ser atingido seja a mesma, a mulher sente de forma diferente principalmente os laços com a comunidade é sentida de forma mais pesada por que ao perder os laços com a família, perde-se a rede de apoio que se tem como por exemplo na ajuda família com o cuidado com os filhos, pois existi uma construção de rede de apoio familiar com os pais, padrinhos, com os avos e está perca é mais contundente para a mulher.
12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?	É tanta coisa, já é tão desafiador, tão difícil ser mulher né, sempre temos que está lutando inclusive para esta em espaços político, acadêmico, ter direito a falar, que inclusive é uma coisa que considero mais difícil é falar, se expressar, por que sempre foi negado a nós mulheres e foi nos dado apenas o espaço da casa e do cuidar, então ser uma mulher atingida é se desafiar a lutar pelos acesso a nossos direitos que

	foi nos tirado muitas e muitas vezes, então ser uma mulher atingida é se desafiada a falar, a lutar, a se expressar, a estudar, a militar, a trabalhar, ser mulher atingida é muita coisa.
13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?	Como falei na questão anterior a 12º - considero mais difícil é falar, se expressar, por que sempre foi negado a nós mulheres e foi nos dado apenas o espaço da casa e do cuidar, então ser uma mulher atingida é se desafiar a lutar pelos acessos a nossos direitos que foi nos tirado muitas e muitas vezes, então ser uma mulher atingida é se desafiada a falar, a lutar, a se expressar, a estudar, a militar, a trabalhar, ser mulher atingida é muita coisa.
14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?	A casa é uma conquista muito grande, ser mulher e entender que se tem uma casa que é sua é muito importante, terra para produção é uma conquista mais masculina, mas para a mulher é muito importante por usar o quintal da casa (lote que fica no funda da casa) para produzir sua horta, plantar arvores frutíferas por que tudo isto é trabalho realizado pelas mulheres, projetos produtivos que garante uma renda e proporciona uma independência financeira para as mulheres, por mais que seja um grande desafio ainda, mas tem conquistas que contribui nisto, acho que está em espaços que se consiga falar, expressar sua opinião ou discordar e contribuir em algo também é uma conquista para muitas mulheres, nas comunidades liderar e construir grupos de atingidos isto também é uma conquista para as mulheres.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

## 5.4 Discussões

Considerando as respostas de cada entrevistada e o ponto de vista de cada uma, e levando em consideração os relatos de cada atingida, evidenciam-se os impactos provocados em suas vidas cotidianas. Ambas adotam uma postura crítica ao afirmar que houve um descaso com relação à construção da nova comunidade Alagamar, que existe uma dívida social com todas as atingidas e atingidos por parte dos órgãos governamentais do estado do Ceará e do órgão responsável pela construção da obra, e que a população que morava no antigo Alagamar sofreu uma desterritorialização e a invisibilização da participação feminina em todos esses processos.

Dessa forma, faremos as discussões buscando responder cada pergunta e alcançar os objetivos propostos na presente pesquisa.

## **1 - Como era sua vida antes da barragem?**

Todas as participantes relatam que, durante o período da construção da barragem, eram crianças, algumas iniciando a adolescência. Elas destacam que tudo que acontecia na comunidade já era efervescência da construção da barragem, conforme destaca uma participante: “De toda forma, em meio à construção da obra, dos impactos e discussões, é que se deu a nossa infância e crescimento”. De alguma forma, mesmo sem terem tanta dimensão, a referida obra impactou psicológica, emocional e de outras formas na vida dessas crianças, levando em consideração que eram crianças e não tinham uma total compreensão de todo o processo naquele período.

Como crianças, não eram elas que lidavam diretamente com essas questões, e relatam também uma infância de muitas brincadeiras, das vivências com o rio, vivendo em uma casa simples, a relação com os familiares que moravam vizinhos, a ausência das tecnologias e do mundo da internet que se tem hoje, e enfrentavam dificuldades sociais e econômicas, naquela época consideradas comuns para aquele tipo de população. Uma participante destacou que já trabalhava durante aquele período, junto com sua família.

Outra participante ressalta que desde os anos 90 iniciou-se o processo de participação da comunidade Alagamar em resistência à construção da barragem. Foi a partir desse processo que surgiu a chegada e o surgimento do MAB na comunidade e região, conforme descreve uma participante: “Então, a nossa vida era sim: entre trabalho, brincadeiras, vivência no rio e reuniões”.

## **2 - Para você o que significa essa barragem?**

As entrevistadas afirmam que a barragem significa mudanças que as levam a refletir como seriam suas vidas atualmente se não houvesse a barragem. Outra afirma ser uma marca profunda na sua história de vida e comunitária, carregada de dores e décadas de lutas e organização coletiva. Elas trazem questões como a dor de deixar para trás suas lembranças, suas histórias e os laços com o território, o afastamento do rio, que consideram um ato de muita agressividade, mas ao mesmo tempo reconhecem que passar por todo esse processo lhes possibilitou uma militância com consciência política, compreendendo as causas sociais e acreditando nelas. Como uma delas afirma: "Tudo na minha vida foi permeado pelo Castanhão:

a minha trajetória e concepção política, a minha formação profissional como agrônoma e mestra, entre outras coisas". Ela ainda destaca que o Castanhão redesenhou o território, inserindo-o em um contexto capitalista.

Neste sentido, uma atingida descreve a barragem como um reservatório para acumular água, e muitas famílias, assim como ela, tiveram que sair de suas casas e territórios. Até os dias atuais, não têm direito ao acesso à água para suas necessidades básicas, pois a água do Castanhão atende prioritariamente ao abastecimento da capital Fortaleza.

### **3 - Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher desde de antes, durante e depois da construção da barragem?**

As entrevistadas afirmam que sua participação no MAB se deu inicialmente ainda na infância e início da adolescência, de forma inconsciente, ao acompanharem seus pais nas reuniões do grupo ou com representantes do governo. Iam com suas mães para a reunião do grupo de mulheres e até mesmo ajudavam na limpeza comunitária.

A 1ª participante afirma que sua atuação no MAB de forma mais consciente se deu quando tinha 18 anos, juntamente com a coordenação do MAB no estado, na construção e mobilização dos atingidos pelo açude Castanhão. Ao completar 26 anos e optar pela maternidade, passou a participar e contribuir apenas a nível comunitário.

A 2ª participante descreve que sua participação de forma consciente ocorreu em 2004, quando recebeu um convite para compor a instância estadual do MAB nos estados do Piauí e Maranhão, onde contribuiu por 8 anos. Ela pondera sobre ser uma coordenação composta principalmente por mulheres, destacando que isso lhe possibilitou um maior crescimento político, capacidade intelectual e liberdade de atuação política. No entanto, ressalta que o machismo era muito forte nos espaços políticos desses estados. Depois, passou a atuar diretamente na instância nacional do MAB em São Paulo, construindo sua trajetória política autônoma e independente enquanto mulher, considerando que "ser uma mulher dirigente não é nada fácil".

A 3ª atingida salienta que sua participação se deu de forma mais consciente entre seus 13 e 14 anos. Desde então, compôs todas as instâncias do MAB a nível estadual. Atualmente, ela segue nas articulações comunitárias no Alagamar e na assessoria e contribuição em projetos sociais que o MAB articula e desenvolve comunitariamente.

A 4ª entrevistada realça que seu pai, por ser uma das lideranças da comunidade e referência do MAB, teve influência direta em seu engajamento na militância. Assim, sua formação política, estudo e a tomada de consistência de sua classe social, de mulher e atingida por barragem foram se dando ao longo do tempo.

A 5ª mulher entrevistada expressa sua prática militante de forma mais séria depois da mudança para o novo Alagamar, ocorrendo sua inserção e construção de um processo organizativo, principalmente das mulheres, com o objetivo de garantir participação política e que sejam sujeitas ativas dentro e fora da comunidade.

#### **4 - Quais foram os impactos da construção da barragem na sua vida?**

As atingidas frisaram muitos impactos, tanto pessoais quanto comunitários, e tudo se inicia pela negação do acesso às informações sobre como seria esse processo de construção da barragem, sendo o grande gerador de dúvidas e incerteza sobre como seria suas vidas futuramente. A falta de informações repercutia em discordâncias entre os moradores da comunidade, e isso recaía sobre as lideranças e representantes da comunidade, gerando acusações, calúnias e até ameaças ao seu bem-estar pessoal, impactando psicologicamente e emocionalmente toda a sua família.

A negação do direito de decisão se queriam ou não a construção da barragem, se desejavam ou não continuar no velho Alagamar, foi evidente. A desterritorialização que veio junto com a construção da barragem, serem expulsos de suas casas pela inundação das águas da barragem, a perda de bens materiais que não foram indenizados, morar por quase dois anos em um barraco de madeira, a perda dos laços com o território, com a família, com o modo de vida, com o rio e a forma e o meio de subsistência.

A mudança concreta para o novo Alagamar causou impactos psicológicos, como quadros depressivos e vários suicídios, e o descaso do governo para com a população atingida de maneira geral fica nítido, sem pensar onde realocar esses atingidos e sem um projeto a curto ou a longo prazo para reestruturação da vida concreta dos atingidos pela barragem do Castanhão. O maior impacto considerado por uma participante é: "O maior impacto que sinto é o fato de ser uma mulher atingida por barragem, essa marca que a gente carrega e que fica quase impossível desvincular a nossa pessoa dessa história de uma barragem no meio do caminho".

**5 - Você enquanto mulheres sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?**

Sim, as entrevistadas enfatizam que eram ainda muito crianças naquele período, mas que hoje fica muito explícito que um dos principais direitos negados às suas mães e às mulheres da comunidade foi a participação política, a voz nos espaços governamentais, políticos e de organização. A mulher era vista apenas como alguém que dava suporte aos homens, e naquela época aparentemente tinha-se uma ideologia que aquele tratamento, aquela situação era algo normal e comum, pois não se falava em feminismo e, acredito, muito menos em questões de gênero. Levamos em consideração que esta situação nunca foi e nem deve ser considerada normal, mas a falta de conhecimento ou melhor, de acesso ao conhecimento, à informação é um dos principais promovedores deste sistema de opressão.

Outra atingida deixa entendível a falta de explicação ou esclarecimento de todos aqueles acontecimentos para as crianças. Perda do convívio com a cidade natal e ficar órfão de município por um tempo, receber indiferença por parte da população do novo município ao qual pertence o novo Alagamar, perda do vínculo com o rio, a violação de uma infância tranquila e pacífica das crianças, provocando distúrbios dissociativos na sua vida adulta, e, no mais, algumas violações se repetem com a perda dos costumes, das suas histórias naquele território.

**6 - Como você avalia os impactos da construção da barragem nos seus ganhos econômicos?**

Três entrevistadas relatam que, por serem crianças naquele período, dependiam financeiramente de seus pais, então não sentiram ou entenderam como essa questão afetou seus pais. Uma atingida não respondeu à pergunta. A 5ª atingida relata que, como viviam da produção artesanal de vassouras de palha e essa palha vinha de uma palmeira que era produzida na área que foi inundada pela água do lago, perderam sua renda, sua fonte de subsistência.

**7 – Atualmente, você desenvolve alguma atividade remunerada?**

A 1ª participante - Sim, trabalha de forma autônoma na administração das vendas da produção de queijo da queijeira (fábrica de produção de queijo) de sua família.

A 2ª participante - Sim, militante política do MAB remunerada financeiramente.

A 3ª participante - Sim, sou engenheira agrônoma, discente de pós-graduação (mestrado), trabalho com assessoria em projetos sociais, culturais e ambientais.

A 4ª participante - Sim, assessora parlamentar.

A 5ª participante - Trabalho no comércio/empreendedora de forma autônoma e militância política no MAB.

## **8 - Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública?**

A 1ª e 5ª atingidas afirmam que sim, programa bolsa família.

A 2ª, 3ª e 4ª atingidas responderam não acessar nenhum tipo de política pública.

## **9 - Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinho, praticas religiosas)?**

**Na família** – As participantes destacam a quebra dos laços familiares provocada pela mudança de seus parentes para municípios e comunidades vizinhas. A 2ª participante salienta a carga das dores emocionais coletivas, comunitárias e também familiares, vividas nesse processo, e todo o processo vivido foi muito intenso, como ela mesma coloca: “Acho que a nossa família conseguiu sobrelevar esse sofrimento e continuar sempre ativa, conseguiu se manter atuando, sendo exemplo e também protagonista de muitas coisas, mas ainda assim acho que esses são um dos maiores impactos, pois não dá pra esquecer tantas coisas”.

**Nos amigos** – Neste quesito, uma atingida traz um fato bem interessante que é a falta de perspectiva de um futuro melhor que levou muitos a morarem em São Paulo, provavelmente em busca de melhores condições de subsistência, desfazendo as relações de amizade e relações construídas no tempo de escola. E como coloca a atingida: “Outro fator que mudou o círculo de amizade foi a religião evangélica. Várias amigas que eu tinha deixaram de manter a amizade, em função da religião”.

**Nos vizinhos** – Permaneceu-se a vizinhança da antiga comunidade, mas houve a quebra da convivência diária e das relações sociais, econômicas e culturais, ou seja, houve mudança na dinâmica da vida da população.

**Nas práticas religiosas** – Neste ponto, as atingidas destacam uma menor participação da população na igreja católica e os festejos, que eram massivos, ficaram mais esvaziados. Acredita-se que, devido ao período de muitas violações de direitos, muitos

migraram para igrejas evangélicas, como a igreja assembleia de Deus, que ganhou espaço no novo Alagamar. A 3ª participante chama atenção para uma questão sobre essa mudança de prática religiosa de pessoas da comunidade: “Claro que isso não tem a ver só com a barragem, uma vez que o Brasil começava nesse período, 2013, 2014, a viver um tempo de expansão das igrejas neopentecostais”, e também chegou a doutrina espírita, ganhando espaço na comunidade.

### **10 - Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?**

Há um consenso entre todas as atingidas de que sim, existe uma dívida social com todas e todos os atingidos pela barragem do Castanhão. Isso se inicia pelo descaso governamental e por parte do DNOCS, pois houve o cuidado de reassentar a população da sede da cidade de Jaguaribara ao mesmo tempo que acontecia a construção do paredão da barragem. No entanto, não houve a mesma preocupação e zelo pela população da comunidade Alagamar e de todas as outras comunidades que foram deslocadas da área inundada pelas águas do reservatório.

No reassentamento Alagamar, é salientado que ainda existe um projeto de irrigação que não foi implementado. Primeiramente, as famílias foram expulsas pelas águas em 2004 e, 14 anos depois, sofrem com a falta de água devido à seca do Castanhão. Acredita-se que isso ocorreu porque os atingidos nunca foram prioridade para ninguém. Outra dívida citada é em relação às famílias atingidas que foram reassentadas em áreas de sequeiro. Como essas famílias não tinham terras e não receberam indenização, foram remanejadas e moram a menos de 10, 20 ou 30 km do açude Castanhão, sem acesso à água nem através do abastecimento de adutora para uso doméstico, quanto mais para produção irrigada. Como consequência, geraram-se problemas sociais, econômicos e estruturais nos projetos e nos assentamentos. Enquanto isso, as águas do Castanhão seguem através do canal da integração por mais de 300 km para abastecer a capital Fortaleza e o complexo portuário do Pecém, gerando uma grandiosa insegurança hídrica para essa população atingida.

Outra atingida ainda chama a atenção para os reassentamentos com perímetros irrigados, que no caso do Castanhão são apenas três, sendo um deles Alagamar. As famílias enfrentam dificuldades no acesso a políticas públicas, como assistência técnica, créditos,

subsídios de energia e acesso à água, entre outros. Por último, enfatiza-se a dívida das perdas culturais, o adoecimento psicológico e emocional da população, considerado impagável.

**11 - Você considera que os impactos ocorridos aqui são sentidos de maneiras diferentes entre homem e mulher atingida por barragem?**

As atingidas corroboram do mesmo entendimento que sim. Como bem é colocado, o MAB vem fazendo um estudo sobre essas violações que são sofridas mais intensamente e bruscamente pelas mulheres. É trazida novamente a questão de gênero, a disparidade entre os gêneros, a insegurança hídrica que afeta diretamente a qualidade de vida das mulheres nos trabalhos domésticos, que são realizados principalmente por elas. Além disso, há impactos sentimentais, psicológicos e a quebra dos laços e perda da rede de apoio familiar e comunitário na ajuda com o cuidado de seus filhos.

**12 - O que é ser uma mulher atingida por barragem?**

As participantes se identificam como atingidas no sentido literal do significado desta palavra, de terem vivenciado condições desumanas que determinaram próximas fases de suas vidas. Essa identificação é uma manobra usada pelo estado para exercer controle sobre um dado território, como é o caso do território onde foi construído o açude Castanhão. É uma identidade social e política adquirida no processo de tomada de consciência das violações de direitos a que foram submetidas, uma reafirmação para a sociedade da existência de mulheres e de uma população atingida por barragem. Elas se mantêm animadas, perseverantes e acreditam na força do povo organizado e na luta coletiva.

Outra atingida traz em sua fala o quanto é desafiador e difícil ser mulher e ter acesso, participação e voz nos espaços políticos, enfrentando os empecilhos que lhe são impostos, impedindo que estudem. "Então ser uma mulher atingida é ser desafiada a falar, a lutar, a se expressar, a estudar, a militar, a trabalhar; ser mulher atingida é muita coisa".

**13 - Quais são os principais desafios hoje na vida das mulheres atingidas por barragem?**

Internacionalizar o trabalho, formações e estudos políticos com as mulheres para que elas sejam vistas e reconhecidas como agentes políticas ativas e sociais, bem coloca uma atingida.

- Construir o feminismo popular dentro do MAB e com a nossa base social.
- Superar a divisão sexual de gênero dentro do Movimento
- Construir um protocolo de comportamento dos homens, que garanta segurança e proteção às mulheres.
- Assegurar a contribuição política das mulheres do MAB em todos os espaços públicos e políticos, de articulação, negociação e direção do MAB, em nível nacional, internacional, estadual e regional.
- Posicionar as mulheres como sujeitas políticas do Movimento, com a mesma legitimidade dos companheiros homens".

#### **14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?**

As entrevistadas destacam como conquistas a obtenção de terra e moradia, juntamente com projetos de Arpilleiras que fortalecem o protagonismo e o empoderamento das atingidas.

Uma atingida também compartilha suas experiências enquanto mulher atingida, destacando seu envolvimento no desenvolvimento de trabalho de auto-organização em nível estadual e regional. Ela é reconhecida como protagonista dentro do MAB e no trabalho com parceiros, ocupando esses espaços há mais de 10 anos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final desta pesquisa proporciona um sentimento de felicidade e alívio psicológico e emocional. Apesar das dificuldades enfrentadas no período de estudos e escrita, foi possível alcançar os objetivos propostos, indo até além do que eu mesma imaginava.

Apresentamos, no início da pesquisa, a proposta de fazer um estudo das transformações provocadas pela construção da barragem do Castanhão na vida cotidiana sob a perspectiva das mulheres do movimento dos atingidos por barragens, principalmente no que diz respeito ao conhecer e identificar o perfil socioeconômico dessas mulheres.

Buscamos também identificar e interpretar como ocorre e quais são as principais causas que promovem a desigualdade entre gêneros nas comunidades atingidas pela barragem do Castanhão. Além disso, procuramos compreender a relevância do gênero feminino na comunidade em estudo e pensar em como difundir tal conhecimento sobre desigualdades.

A invisibilização do trabalho feminino como fator vital da consolidação capitalista, com base na reprodução e no trabalho doméstico, impactou negativamente o papel da mulher na sociedade. Assim, tornou-se fundamental entender a situação da mulher no processo do patriarcado e na relação de gênero, razão pela qual, em seguida, trouxemos discussões para evidenciar como as relações desiguais de poder (na escala de estado e do próprio Movimento) atuam na organização do movimento e como as mulheres-coletivas se organizam para o enfrentamento dos mecanismos de opressão e como as atingidas reivindicam seus direitos, se constituem como agentes políticas e enfrentam as violações sofridas.

Nesse sentido, em nosso trabalho, ao se propor traçar o perfil socioeconômico das atingidas, buscou-se saber quem são essas mulheres e como viviam, e quais eram suas formas

e fontes de subsistência. O primeiro grupo entrevistado é composto por mulheres agricultoras, camponesas, atingidas que se dividem entre o trabalho na roça, cuidados dos filhos e da sua família, e trabalhos domésticos; viviam de modo simples, enfrentavam dificuldades sem assistência básica de programas sociais governamentais comuns daquele período, e com a construção desta obra hídrica, só se acentuou mais este cenário de opressões.

No tocante às questões financeiras, as atingidas afirmam ter sentido os impactos de formas diferentes. Houve casos de melhoria do poder aquisitivo durante a construção da barragem e pós-construção, queda destes ganhos, casos de aumento da renda familiar pós-mudança para a nova comunidade, caso de redução de salários de uma atingida servidora municipal após a mudança de município, e um caso que perdeu sua fonte de renda com a construção da barragem.

Atualmente, três atingidas são beneficiárias da política pública da aposentadoria; apenas uma é contemplada com o programa Bolsa Família e desenvolve um trabalho de forma autônoma; outra é funcionária municipal/pública. Todas essas mulheres realizam também trabalhos domésticos e o cuidado de suas famílias em suas casas e não recebem nenhum tipo de remuneração por esses serviços. Assim, constata-se que todas as atingidas têm uma autonomia financeira, mesmo que um pouco irrisória.

O segundo grupo de atingidas viveu o processo da construção da barragem nas fases da infância e adolescência. Algumas conseguem descrever as lembranças do modo simples que viviam, dos medos, dificuldades e aflições vividas naquele tempo, das suas infâncias de brincadeiras simples ao ar livre, sem este mundo da internet, da relação com o rio.

No tocante às questões financeiras, três atingidas eram dependentes de seus pais, então não compreendiam estas questões dos impactos de forma direta e clara, pois não lidavam diretamente com a questão. Apenas uma participante afirma que já trabalhava naquele período juntamente com a família para ajudar, e com a inundação da área do antigo Alagamar, a mesma afirma que sua família perdeu sua fonte de renda e sua subsistência.

Atualmente, estas mulheres atingidas deixam entendido nos seus relatos que estudaram. Quatro destas cursaram nível superior, atuam como militantes políticas seja a nível comunitário, estadual ou nacional no MAB e realizam trabalhos remunerados, garantindo suas autonomias financeiras. Assim, conseguimos conhecer quem são e como viveram e como vivem estas mulheres atingidas pela construção da barragem do Castanhão.

Dando continuidade, após conhecermos quem são as mulheres atingidas, iremos compreender quais foram os impactos provocados pela construção do Castanhão na vida cotidiana destas mulheres atingidas.

Vários foram os impactos citados pelas entrevistadas de ordem pessoal e comunitária. A princípio, a negação ao acesso das informações sobre como seria o processo de construção da barragem foi o grande gerador de medos, dúvidas e incertezas sobre como seriam suas vidas futuramente. A falta de informações repercutia em discordâncias entre os moradores da comunidade. A responsabilidade de ser uma liderança comunitária e estar à frente de todo o processo de organização do povo e articulação política reverberava-se também em ser alvo de muitas críticas, gerava acusações, calúnias e até ameaças ao seu bem pessoal, impactando psicologicamente e emocionalmente a toda sua família.

A negação do direito de decisão se queriam ou não a construção da barragem, se desejavam ou não continuar no velho Alagamar. A desterritorização que veio junto com a construção da barragem, a expulsão das atingidas de suas casas pela inundação das águas da barragem, perda de bens materiais que não foram indenizados, morar por quase dois anos em um barraco de madeira, perda dos laços com o território, com a família, com a vizinhança, e até as práticas religiosas, com o modo de vida, com o rio, da forma e do meio de subsistência.

A chegada de pessoas de outros territórios que contribuíram para o aumento dos casos de violência e o uso de drogas, o que foi um gerador de muitos conflitos e difamar a imagem da comunidade.

Todas estas mudanças e, assim como a nova forma de viver no novo Alagamar, causaram impactos psicológicos como quadros depressivos e vários suicídios, e o descaso do governo para com a população atingida de maneira geral fica nítido, de não ter sido pensado onde realocar esses atingidos e nem um projeto a curto ou a longo prazo para reestruturação da vida concreta dos atingidos pela barragem do Castanhão. O maior impacto considerado é a dor, o peso e a marca carregada por ser uma mulher atingida, por ter todos esses direitos violados e tudo isso passou a ser parte das suas vidas, das suas histórias.

Seguimos trazendo as evidências das relações de desigualdade de poder, ficando entendido que a construção do Castanhão foi uma obra de responsabilidade do estado do Ceará e do DNOCS.

Foi possível constatar que nenhum destes dois órgãos pensou em um projeto a curto, médio ou longo prazo para as famílias sem-terra, famílias estas que moravam em casas e terras cedidas pelos fazendeiros nas áreas rurais da região. Inúmeras famílias foram realocadas em

assentamentos de sequeiro, gerando problemas sociais, econômicos e estruturais nos projetos e nos assentamentos que persistem até os dias atuais.

Foi feito apenas o planejamento para a construção da área urbana da nova cidade de Jaguaribara e pagamento de indenização aos fazendeiros locais. E pode ser comprovado tal descaso nos relatos das entrevistas ao destacar a ausência, a falta de proatividade na busca da terra e da construção do novo Alagamar ao mesmo tempo que se construíam o paredão da barragem e a área urbana da cidade.

Ainda existem diversos reassentamentos em áreas de sequeiro onde residem as famílias atingidas, que não têm garantia de segurança hídrica, mesmo residindo a uma distância menor do que 10 km do reservatório (ex: reassentamento Caroba). Fica explícita a maior injustiça e a existência de uma dívida social gritante para com estas atingidas que ainda é muito atual. E nesta correlação de poder ressalta-se a opressão imposta aos atingidos por parte do estado e do DNOCS.

Diante de todas estas constatações, podemos compreender o papel da luta, resistência e organização protagonizada pelo MAB nessa região, e em especial no processo da comunidade do Alagamar em decorrência de ser um dos três reassentamentos contemplados com o projeto de irrigação para produção.

A chegada do MAB no estado do Ceará se deu durante a construção da obra hídrica e, ao se unificar com a associação dos Moradores do Alagamar, deu-se início à organização dos atingidos e ao processo de lutas pela garantia dos reassentamentos e terras para os atingidos.

As mulheres atingidas da comunidade Alagamar evidenciam que sua participação política se dava apenas a nível comunitário no grupo de articulações política, nas assembleias com os representantes governamentais e o povo, sem direitos a expressar suas opiniões nestes espaços. Não sendo reconhecidas como interlocutoras legítimas no processo de negociação, mesmo vivenciando todas as violações de direitos que a construção do lago promoveu. E que apenas a figura do homem, chefe de família, tinha aceitação, representatividade e veracidade nos espaços de reuniões e negociações perante o governo.

Às mulheres só era ofertada a lavoura na roça, o recinto de suas casas, o trabalho doméstico, cuidados com os filhos e família, garantir a limpeza dos espaços comunitários e a alimentação do povo em dias de reuniões. Assim, sobrepõem-se as desigualdades de classe, de gênero e eleva-se a força do patriarcado existente em nossa sociedade. Neste sentido, a violação dos direitos das mulheres é mais agressiva, sendo elas as maiores prejudicadas, pois são elas que têm suas tarefas multiplicadas para que a família não seja prejudicada com a falta de

condições básicas de sobrevivência, gerando sérias violações de seus direitos fundamentais, entre eles o direito à fala, à educação, à saúde, a decidirem sobre o futuro de suas vidas. E assim muitas acabam ficando em casa.

Cotidianamente, a invisibilização do trabalho feminino é considerada apenas ajuda, e por viverem imersas nas opressões patriarcais, consideradas e normalizadas naquela época pela falta de conhecimento e por não se falar e nem se praticar o feminismo minimamente como hoje, as atingidas demonstram um pouco de incorporação do patriarcado em suas vidas e discursos.

Mas, ao mesmo tempo, nas suas falas fica claro e evidente a relevância e a importância das mulheres na comunidade ou em qualquer outro espaço. Elas foram negadas a participação política, mas todos os processos tiveram a participação feminina, e muitos destes processos foram realizados e conduzidos por mulheres; no final, elas faziam tudo. O que gera uma maior indignação é ver que nitidamente invisibilizou-se a luta e a presença destas mulheres em todas as etapas do processo de construção do reassentamento novo Alagamar, provocado pela Barragem do Castanhão.

As participantes definem que ser uma mulher atingida, antes de qualquer coisa, é ser forte; é ter que inibir todos seus sentimentos para não demonstrar fraqueza, fortalecer a si mesmas e a outras mulheres, aprender a se organizar e a lutar pelos seus direitos, descobrir a força e capacidade que as mesmas têm enquanto mulher para lutar e enfrentar os desafios que lhes foram postos, e se reinventar constantemente. Um participante destaca que ser uma mulher atingida é se desafiar a compreender o processo de pressão que lhes é imposto ao ter responsabilidade dada somente às mulheres do trabalho doméstico e cuidado com os filhos.

Mas, em meio a todas estas formas de operações que lhes eram e são impostas, as falas das participantes expressam o entendimento e reconhecimento dos seus direitos violados, como a não participação política e o não direito de fala. A capacidade de entender que todos os trabalhos lhes destinados não devem ser executados somente pelas mulheres, e se auto reconhecerem enquanto coletivos, se fortalecerem no grupo das mulheres, a capacidade e força que ambas tiveram que aprender a se organizar, a lutar pelos seus direitos e enfrentar os desafios que lhes foram postos, e se reinventar constantemente.

A fala destas atingidas nos faz refletir que o trabalho desenvolvido pelo coletivo de mulheres do MAB, através do projeto Arpilleiras, busca promover e conscientizar que a auto-organização e a dialética entre o indivíduo e o coletivo promovem a auto-identificação da mulher. Isto é possível ao escutar as experiências comuns de outras mulheres, promovendo o

reconhecimento do padrão de opressões vividas por serem mulheres. Passam a se reconhecer enquanto coletivo, desenvolvendo pensamento crítico sobre si, a circunstância política na qual estão inseridas, contribuindo com a compreensão de que juntas são mais fortes, não estão sozinhas. Assim, o projeto Arpilleiras fortalece o protagonismo e o empoderamento das atingidas.

Neste entendimento, desde 2008, o MAB dá intencionalidade em sua estratégia política da necessidade da auto-organização das mulheres atingidas, por serem as maiores vítimas do modelo de implementações de barragens e obras hídricas, tendo desafiado a construir um processo organizativo, de caráter nacional, em todas as regiões em que o MAB atua.

As mulheres, historicamente são as vítimas “necessárias” para a reprodução do modo de produção capitalista e patriarcal. No caso específico das mulheres atingidas pelo modelo energético, temos um agravante, além de sofrer estas desigualdades de classe e nas relações de gênero, precisamos enfrentar a violação dos direitos ocasionados pela construção das barragens. Isso ficou comprovado pela primeira vez institucional, no relatório da “Comissão especial de Atingidos” (CNDDPH, 2010, p. 134).

Internacionalizar o trabalho, formações e estudos políticos com as mulheres em todos os estudos em que o movimento tem atuação. Deu-se início a este plano com a construção do sujeito histórico, seguido pela história da luta das mulheres, estudo dos conceitos do feminismo, gênero, patriarcado, socialismo e mulheres, saúde das mulheres, sexualidade, violência, prostituição, políticas públicas com o objetivo de que sejam vistas e reconhecidas como agentes políticas ativas e sociais.

E, por fim, encerra-se esta pesquisa trazendo os desafios atuais para a construção do feminismo popular dentro do MAB e com a nossa base social, superar a divisão sexual de gênero, construir um protocolo de comportamento dos homens que garanta segurança e proteção às mulheres (alguns estados já construíram), assegurar a contribuição política das mulheres em todos os espaços públicos e políticos, de articulação, negociação e direção do MAB, a nível regional, estadual, nacional e até internacional, posicionando as mulheres como sujeitas políticas do Movimento, com a mesma legitimidade que os homens.

## REFERÊNCIAS

ADECE. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. **Complexo Industrial e Portuário do Pecém**. Disponível em: <http://www.adece.ce.gov.br/index.php/complexo-industrial-e-portuario-do-pecem>. Acesso em: 12 jun. 2018.

AGOSÍN, Marjorie. **Tapestries of Hope, Threads of Love: the Arpillera Movement in Chile 1974-1994**. Rowman & Littlefield Publishers, 2008.

ALVES, Marina Calisto. **A reconstrução da dinâmica socioprodutiva em comunidades rurais atingidas por barragens: uma análise do Reassentamento Novo Alagamar**. 2019. 156 p. Monografia (Graduação em Agronomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ANDRADE, Allyne. **Interseccionalidade e políticas públicas: um novo olhar** [Cartilha]. 2022. Disponível em: <https://gpublicas.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Interseccionalidade-e-Politicas-Publicas.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

ANDRIOLI, Liciane e NADALLETI, Cristiane. A trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens no contexto da luta de classes do século XXI no Brasil. **Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois**, 2013.

ARAÚJO, Cédina Maria de. A invisibilidade do trabalho das mulheres na produção em assentamentos rurais de Baraúna/RN. *In*: CARVALHO, M. P.; PINT, R. P. (org.) **Mulheres e desigualdades de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008.

ARAÚJO. Christianne Evaristo. **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Questão Ambiental e a Participação Política**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011.

BEZERRA, Tatiane Paulino. **AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA VIDA DAS MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS: O CASO DA HIDRELETRICA DE ITÁ-RS**. 2018. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

BRAZ, Milena Marcintha Alves. **Águas para o Ceará: experiências de trabalhadores a partir da Construção do complexo Castanhão**. 2011. 192 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

CDDPH. CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Comissão Especial. **Relatório**. Disponível em: [http://www.ippur.ufrrj.br/images/noticias/eventos\\_ippur/Relatorio%20Final%20CDDPH.pdf](http://www.ippur.ufrrj.br/images/noticias/eventos_ippur/Relatorio%20Final%20CDDPH.pdf). Acesso em: 08 jun. 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

COGERH. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos. **Ficha Técnica dos Açudes 2020**. Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/ficha-tecnica-dos-acudes-158/>. Acesso em: 08 jan. 2021.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões**. Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Londres. 2000. Disponível em: [https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb\\_sumario.pdf](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/41/cmb_sumario.pdf). Acesso em: 17 maio 2018.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Relatório da Comissão Especial Atingidos por Barragens**. Brasília: CDDPH, 2010. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidas-por-barragens-participamoficina-arpillera-na-argentina-0>. Acesso em: 24 out. 2020.

DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil: Experiência do DNOCS em barragens da região semi-árida**. 2. ed. Fortaleza: DNOCS, 1990.

DNOCS. **Empreendimento Castanhão. Relatório Reservado**. Fortaleza: DNOCS/SRH/Comissão de Supervisão e Acompanhamento (CSA), 2002.

DNOCS. **Relatório de Impacto Ambiental do açude público Castanhão**. Fortaleza: Dnocs, 1990.

ECODEBATE. **Lula reconhece dívida com os atingidos por barragens**. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2009/07/31/lula-reconhece-divida-com-atingidos-por-barragens/>. Acesso em: 10 dez. 2017.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Mulheres, água e energia não são mercadorias: Coletivas das mulheres do MAB e a organização de oficinas para confecção de *arpilleras* como instrumento de resistência das populações atingidas. *In: IV ENCONTRO*

INTERNACIONAL CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS. **Anais do IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens**, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa – Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Editora Elefante. 2017.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Trad. Nelci Redina Candian. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Beatriz Rodrigues. **Arpilleras e feminismo ressignificações das mulheres atingidas por barragens no semiárido nordestino**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

FERREIRA, Janaína Sousa. **Divisão sexual do trabalho, relações de gênero e implicações ao processo de subalternização do serviço social no contexto brasileiro**. Universidade Estadual da Paraíba, 2016.

FRAGA, Gerson Wasen. Memórias de terras e de águas: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no norte do Rio Grande do Sul através da História Oral. *In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, v. 23, p.1-13, 2013.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. **Dez Teses Acerca dos Movimentos Sociais**. Lua Nova, n.17. São Paulo, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a03n17.pdf>  
Acesso em: 10 jul. 2022.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GONÇALVES, Dorival Junior. “**Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: A Disputa pelas ‘Fontes’ e o Controle dos Excedentes**”. 2007. 416 p. Tese (Doutorado em Energia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HIRATA, Helena. O sexo do trabalho. *In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. 342p.

JACOBI, Pedro Roberto. Movimentos sociais urbanos no Brasil. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, BIB*. Rio de Janeiro, nº 9, 1980, p. 22-30

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers= ouvrières. **Critiques de l'économie politique**, v. 5, p. 65-97, 1978.

LARNER, Gerda. **A criação do patriarcado: História da Opressão das Mulheres Pelos Homens**. Tradução de Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Roberto Cunha Alves de. **Um rio são muitos**. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

LUSA, MailizGaribotti; SILVA, Manuelle Nascimento da. **Mulheres e Homens no semiárido brasileiro**: Uma análise das relações de gênero no romance o quinze e o reconhecimento das demandas por políticas públicas de gênero. Publicação. *In*: III FÓRUM BRASILEIRO DO SEMIÁRIDO. **Anais do III Fórum Brasileiro do Semiárido**, v. 3, 2011.

LUSA, MailizGaribotti. **Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terras Catarinas** – Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUSA, Mailiz Garibotti. Movimentos sociais e mulheres: identidades e lutas. *In*: VIII JORNADA INTERNACIONAL – POLÍTICAS PÚBLICA. **Anais da VIII JOINPP**, p. 1-15, 2017.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Mulheres atingidas por barragens - mudanças no modo de vida**. 2010. Disponível em: [http://www.mabnacional.org.br/materiais/mulheres\\_atingidas.pdf](http://www.mabnacional.org.br/materiais/mulheres_atingidas.pdf). Acesso em: 30 out. 2017.

MAB. **A criação das comissões regionais de atingidos**. 2011c. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/2-cria-das-comiss-es-regionais-atingidos>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MAB. **Arpilleras: a costura como ferramenta política**. 2015. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/arpilleras-costura-como-ferramenta-pol-tica>. Acesso em: 24 out. 2020.

MAB. **Atingidas por barragens participam de oficina de Arpillera na Argentina**. 2013.

MAB. **Atingidas por barragens: Costurando os direitos humanos**. *In*: Catálogo –**Arpilleras: Bordando a Resistência**. São Paulo, 2015c.

MAB. **Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB**. 2011b. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheresdo-mab>. Acesso em: 30 de out. 2017.

MAB. **Começa o Encontro Nacional das Mulheres do MAB**. 2011a. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/come-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>. Acesso em: 30 out. 2017.

MAB. EXPOSIÇÃO *Arpilleras* – bordando a resistência. Catálogo. **Memorial da América Latina**. São Paulo. 2015. Disponível em: [https://issuu.com/mabnacional/docs/cat\\_logo\\_mab\\_arpilleras\\_bordando](https://issuu.com/mabnacional/docs/cat_logo_mab_arpilleras_bordando). Acesso em: 27 out. 2017.

MAB. **Ideias centrais do Oitavo Encontro Nacional do MAB.** 2017. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/ideias-centrais-do-oitavo-encontro-nacional-domab>. Acesso em: 24 nov. 2020.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **A violação de direitos humanos na construção de barragens.** Síntese do Relatório Comissão Especial de Atingidos por Barragens – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. São Paulo, 2011.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro.** Disponível em: [http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Dossie-Ditadura contra as populações/5634](http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Dossie-Ditadura%20contra%20as%20popula%C3%A7%C3%B5es/5634). Acesso em: 10 dez. 2018.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro.** Disponível em: [http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Dossie-Ditadura contra as populações/5634](http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Dossie-Ditadura%20contra%20as%20popula%C3%A7%C3%B5es/5634). Acesso em: 10 out. 2020.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Final da década de 70: os primeiros passos.** Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>. Acesso em: 10 out. 2020.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. **Seca no Nordeste, um problema de desigualdade.** Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/seca-no-nordeste-um-problema-desigualdade> . Acesso em: 13 mar. 2020.

MAB. **Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular.** São Paulo, 2015a.

MAB. **Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.** Disponível em: [http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/cartilha\\_politica\\_direitos\\_2013\\_web.pdf](http://www.mabnacional.org.br/sites/default/files/cartilha_politica_direitos_2013_web.pdf) . Acesso em: 30 out. 2020.

MOCELIN, Daniel Gustavo e GEHLEN, Ivaldo. Movimentos sociais e movimentos sociais rurais. *In*: GEHLEN, I; MOCELIN, D. G. **Organização social e movimentos sociais rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, Sara Brigido. **Das Promessas às Violações de Direitos Humanos: Um Estudo de Caso Sobre O “Complexo do Castanhão” e a Luta do Movimento dos Atingidos por Barragens no Ceará.** 2018. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Estadual de Feira de Santana 2018.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREZ, Olívia Cristina; RICOLDI, Arlene Martinez. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. *In*: Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP). **Anais do Congresso Latino-americano de Ciência Política**, p. 1 -22, 2019.

RIOS. Flavia. **O QUE É INTERSECCIONALIDADE E QUAL SUA IMPORTÂNCIA PARA A QUESTÃO RACIAL** 2020. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/pergunta->

[a-um-pesquisador/2020/09/08/Flavia-Rios-interseccionalidade-e-a-quest%C3%A3o-racial](https://a-um-pesquisador/2020/09/08/Flavia-Rios-interseccionalidade-e-a-quest%C3%A3o-racial).

Aceso em: 12 out. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS. Governo do estado do Ceará. **Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará**. Disponível em: <http://atlas.srh.ce.gov.br/infra-estrutura/acudes/index.php?status=1>. Acesso em: 10 maio 2018.

SEFERIN, Rodrigo Timm. **Direitos Humanos e Política Energética: Um Estudo Sobre o Caso da Hidrelétrica São Roque**. 2017. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina.

SILVA, José Alves. **A gestão dos recursos naturais do reassentamento novo alagamar - município de Jaguaratama, estado do Ceará**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização *Lato Sensu* em Gestão Ambiental) – Universidade Estadual Vale do Acaraú. Jaguaratama, 2015.

SILVA, José Alves. **As palavras viram espaço: a invenção de um lugar**. Festival Cultura e Memória. Jaguaratama, 2022.

SYCHOCKI, Cristine. **As Relações de Gênero no Movimento dos Atingidos Por Barragens (MAB) A Partir da Organização no Rio Grande do Sul**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2010.

TABOLKA, Lauren Hanel Lang. **Do Campo à Ação: Convergências Do Feminismo No Movimento De Mulheres Camponesas (MMC)**. 2021. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIANNA, Aurélio; LEROY, Jean-Pierre; TAVARES, Ricardo. Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? **Proposta – Experiências em Educação Popular**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 54-57, 1990.

VIEIRA, Cleidiane Santos. **Complexo Hidroelétrico do Tapajós: O Discurso desenvolvimentista do Governo Federal nos Produtos de Comunicação da Diálogo Tapajós.** 2014. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

WÚDICE, George. **Viva Rio: Citizenship Redefinition.** N. York, New York, 1996.

## ANEXO - 1

### Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UFFS TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Os Impactos Sociais Provocados Pela Construção da Barragem do Castanhão sob a Perspectiva das Mulheres do Movimento dos Atingidos Por Barragens – MAB.

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa sobre: Os Impactos Sociais Provocados pela Construção da Barragem do Castanhão sob a Perspectiva das Mulheres do Movimento dos Atingidos Por Barragem – MAB.

Desenvolvida por Francisca Klécia Bernardino da Silva, discente do Mestrado no

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus de Erechim, sob orientação do Professor Dr. Reginaldo José de Souza.

Conforme o Relatório da Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010), que realizou importante estudo em 7 barragens, abrangendo as cinco regiões do país, constata-se que há um padrão vigente de implantação de barragens, propiciando graves violações de direitos humanos, acentuando as desigualdades sociais existentes. Nesta pesquisa, levanta-se a hipótese de que tal situação se agrava ainda mais na vida das mulheres, que podem sofrer de forma mais incidente com os rompimentos das relações e laços comunitários, com a invisibilização do trabalho, a ausência na participação política, com a perda dos costumes e da cultura.

De acordo com o relatório: “[...]são atingidas de forma particularmente grave e encontram maiores obstáculos para a recomposição de seus meios e modos de vida”, evidenciando assim que as mulheres atingidas sofrem opressões e violações em todas as regiões do Brasil no processo de construção de grandes obras hídricas.

Assim, **o objetivo central** desta pesquisa é analisar quais são os impactos sociais provocados pela construção da Barragem do Castanhão, no estado do Ceará, sob perspectiva das mulheres do Movimento Dos Atingidos Por Barragens – MAB.

Convido-lhe para participar e contribuir na minha pesquisa, porque faz parte do grupo de mulheres moradoras da comunidade Alagamar, zona rural, município de Jaguaratama-CE, tendo em vista que toda esta comunidade foi atingida pela construção da Barragem do Castanhão, e as pessoas tiveram que reconstruir suas vidas e a nova comunidade “Alagamar” em outro território.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento

em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizada de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-la será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e tanto o material coletado quanto os dados tabulados, serão arquivados no notebook da pesquisadora e armazenados na sua residência por durante 5 anos, depois deletados.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua identificação será preservada, não havendo riscos de exposição de seus dados, de sua imagem ou voz no decorrer do trabalho. No caso em que a entrevistada desejar que sua participação seja identificada no trabalho final, esta situação será respeitada e acatada pela pesquisadora.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista/questionário à pesquisadora. A coleta dos dados acontecerá na Comunidade Alagamar, S/N - zona rural – Jaguaretama-CE, tendo como instrumentos roteiro /questionário, entrevista, gravação e fotografias, com o intuito de coletar informações sobre suas percepções a respeito dos impactos sociais provocados pela construção da barragem em sua comunidade.

O tempo de duração da entrevista e aplicação do questionário é de aproximadamente 01:00h (Uma hora), para cada participante.

A entrevista será gravada somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização.

Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação       Não autorizo gravação

As entrevistas serão gravadas se permitido pelas entrevistadas e se caso não for autorizado as gravação será pedido que as praticantes responderem por escrito as perguntas do questionário e em último será feito a entrevista sem nem um tipo de registro tanto o material coletado quanto os dados transcritos, serão arquivados no notebook da pesquisadora e armazenados os documentos físicos em arquivo partícula da pesquisadora por durante 5 anos, depois deletados os arquivos virtuais e triturado os arquivos físico. Terão acesso a estes arquivos somente a pesquisadora e o orientador.

O benefício direto desta pesquisa para você e sua comunidade é a oferta de oficinas formativas sobre a temática do estudo, que serão conduzidas pela pesquisadora após a conclusão do trabalho como uma forma de devolutiva para ambos. Isto com o propósito de incentivar o protagonismo das mulheres na comunidade, visando a garantia de seus direitos e de sua participação política nas

decisões públicas.

A participação na pesquisa poderá trazer riscos como constrangimento ou algum desconforto emocional. Caso ocorra este tipo de situação, a entrevista será imediatamente interrompida, a visita ou gravação. Haverá o comprometimento da pesquisadora em assegurar o bem estar físico e psicológico da participante, respeitando seu silêncio quando desejar, recriando um ambiente de conforto ou buscando auxílio de profissionais da saúde nas unidades mais próximas da comunidade, quando for o caso. E caso ocorra tais riscos será informado pela pesquisadora a Unidades básica de Saúde Familiar – UBSF, Francisca Freitas de Jesus localizada no ALAGAMAR no bairro de Zona Rural em Jaguaretama – CE, a UFFS e ao Movimento dos Atingidos Por Barragens – MAB.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas, mantendo sigilo dos dados pessoais.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue à pesquisadora. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

CAAE:

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS:

Data de Aprovação: 01/08/2023

---

Assinatura do Pesquisador Responsável

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel: (88 – 997022411)

e-mail: kleciabernardino17@gmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, ERS 135 - Km 72, 200, Cx Postal 764, Erechim-RS. CEP 99700-970.

“Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS”:

**Tel e Fax** - (0XX) 49- 2049-3745

**E-Mail:** [cep.uffs@uffs.edu.br](mailto:cep.uffs@uffs.edu.br)

**Endereço eletrônico:** <https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa/apresentacao>

**Endereço para correspondência:** Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS - Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul CEP 89815-899 Chapecó - Santa Catarina – Brasil).

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

---

Assinatura:

---

**ANEXO – 2****TERMO DE CONSENTIMENTO PARA USO DE IMAGEM E VOZ**

Eu, \_\_\_\_\_ permito que a pesquisadora Francisca Klécia Bernardino da Silva obtenha fotografia e gravação de voz de minha pessoa para fins da pesquisa científica/Os impactos Sociais Provocados Pela construção da Barragem do Castanhão Sob a Perspectiva das Mulheres do Movimento dos Atingidos Por Barragens - MAB, no estado do Ceará.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa, possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos. Porém, minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma.

As fotografias e gravações ficarão somente sob a propriedade da pesquisadora pertinente ao estudo e sob sua guarda.

Terão acesso aos arquivos a pesquisadora do estudo e seu orientador.

Assinatura do Participante da Pesquisa:

\_\_\_\_\_

Pesquisadora responsável:

Francisca Klécia Bernardino da Silva

\_\_\_\_\_

Jaguaretama-CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_

**ANEXO - 3****ROTEIRO DE ENTREVISTA****TRANSFORMAÇÕES PROVOCADAS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DO  
CASTANHÃO NA VIDA COTIDIANA SOB A PERSPECTIVA DAS MULHERES DO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB****Identificação**

Nome: Idade:  
Localidade de origem: Ano de saída:  
Moradia atual: É reassentamento? Sim ( ) Não ( )  
Estado civil: Nº de filhos:

1. Como era sua vida antes da barragem?
2. Para você, o que significa essa barragem?
3. Como vem se dando sua participação no MAB, enquanto mulher, desde antes, durante e depois da construção da barragem?
4. Quais foram os principais impactos da construção da barragem na sua vida?
5. Você, enquanto mulher, sentiu que teve algum direito violado durante este processo de construção da barragem? Em caso afirmativo, quais?
6. A construção da barragem impactou nos seus ganhos econômicos? De que forma?
7. Atualmente você desenvolve alguma atividade remunerada? Qual ou quais?
8. Você tem apoio financeiro através de algum tipo de política pública? Qual?
9. Como você avalia os impactos da construção da barragem nas suas relações cotidianas (com a família, amigos, vizinhos, práticas religiosas)?
10. Você considera que existe uma “dívida social” provocada pela construção da barragem?
11. Você considera que as mudanças aqui ocorridas, em função da construção da barragem, são sentidas de maneiras diferentes entre homens e mulheres?
12. O que é ser uma mulher atingida por barragem?
13. Quais são os principais desafios na vida das mulheres atingidas por barragem?
14. Quais foram as principais conquistas das mulheres do MAB aqui?